

Janaína Senem

**DA INSCRIÇÃO DO SUJEITO NA ESCRITA ACADÊMICA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Linguística.  
Orientador: Prof. Dr. Sandro Braga.

Florianópolis  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária  
da UFSC.

Senem, Janaína

Da inscrição do sujeito na escrita acadêmica /  
Janaína Senem ; orientador, Sandro Braga - SC, 2017.  
162 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão,  
Programa de Pós-Graduação em Linguística,  
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Linguística. 2. Escrita Acadêmica. 3. Análise  
do Discurso. 4. Autoria. I. Braga, Sandro. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de  
Pós-Graduação em Linguística. III. Título.

Janaína Senem

## DA INSCRIÇÃO DO SUJEITO NA ESCRITA ACADÊMICA

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Linguística e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 27 de março de 2017.

---

Prof. Marco Antonio Martins, Dr.  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguística

### **Banca Examinadora:**

---

Prof. Sandro Braga, Dr.  
Orientador e presidente  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Prof.<sup>a</sup> Solange Maria Leda Gallo, Dr.<sup>a</sup>  
Membro externo  
Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)

---

Prof. Rodrigo Acosta Pereira, Dr.  
Membro interno  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Prof.<sup>a</sup> Cristine Gorski Severo, Dr.<sup>a</sup>  
Membro interno  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Rosângela Pedralli, Dr.<sup>a</sup>  
Suplente  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor doutor Sandro Braga, por estar sempre presente e orientar este trabalho de forma extrair o melhor de mim mesma, fazendo-me pensar e repensar constantemente sobre esse processo e trazendo sempre colocações preciosas para que esta pesquisa pudesse ser desenvolvida.

À CAPES por ter financiado e possibilitado a realização deste trabalho.

Aos professores da banca de qualificação e de defesa por aceitarem o convite e trazerem valiosas contribuições para o trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e a todos os professores que contribuíram para que eu pudesse trilhar esse caminho.

Aos meus colegas de trabalho do Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura, em especial, à Maíra Sevegnani por guiar, inicialmente, meus passos no projeto. Agradeço também aos alunos-participantes por suscitarem reflexões semanais sobre a minha própria pesquisa e possibilitarem que ela acontecesse.

A todos os meus amigos(as) e colegas que o Mestrado me deu de presente, por entenderem melhor do que ninguém como é trilhar essa jornada. Em especial, agradeço à Camila de Almeida Lara por ser a primeira pessoa que pude dividir alegrias, anseios, medos e até bolo de aniversário com Semântica em Florianópolis. Obrigada por entrar na minha vida e me dar lições de força, foco e fé. Agradeço, também, à Amanda Maria de Oliveira, por ser minha amiga e companheira de apartamento e por me mostrar que dividir pode ser extremamente prazeroso e divertido. Obrigada amigas por estarem presente nessa e em outras várias jornadas que a vida em Florianópolis me deu.

A todos os meus amigos(as) que me acompanham desde muito cedo e que acreditaram em mim, muitas vezes, mais do que eu mesma. Obrigada Laura, Karina, Aline, Leticia, Michelly, Thamy, Elen e Juan por serem sempre presentes e iluminarem meus caminhos com suas amizades.

Ao meu amor e companheiro Bruno Remor, mais um presente que Florianópolis me deu, obrigada por fazer-se presente mesmo na distância e por trazer muito mais amor a essa jornada. Obrigada por ser um grande amigo e me acompanhar no dia-a-dia com todas as alegrias e desafios que nos cercam. Enfim, obrigada por trazer, fazer e ser mais poesia na minha vida.

Aos meus pais, Henrique e Terezinha, e à minha irmã, Iara, por me apoiarem nas decisões tomadas e me mostrarem que os caminhos trilhados com amor valem muito mais a pena.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre os modos de inscrição do sujeito na escrita acadêmica a partir de sua participação no Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura (LABEAL/UFSC). Com esse intuito, apoio-me nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de inspiração francesa, mais especificamente nos trabalhos de Pêcheux (2014 [1988]), Orlandi (1996; 2013), Gallo (1995; 2008) e Authier-Revuz (1990), para compreender como o sujeito se inscreve, enquanto autor, quando escreve em uma escrita que visa o efeito de objetividade pela sua relação com o discurso científico. Desse modo, trago, inicialmente, uma reflexão sobre as formações imaginárias que constituem os dizeres de alguns participantes do LABEAL no que concerne à escrita acadêmica e ao Laboratório para discutir sobre a própria constituição da escrita acadêmica enquanto prática discursiva constituída histórica e ideologicamente. Na sequência, discorro sobre os discurso científico e acadêmico e seus pontos de (des)encontros, ressaltando que ambos constituem o dizer daquele que escreve e se inscreve no LABEAL. Em seguida, realizo a análise de seis resenhas acadêmicas produzidas no Laboratório que englobam escrita e reescrita, procurando atentar para as mudanças que ocorrem da primeira para a segunda escrita no que concerne à autoria nessas produções. Nesse sentido, trabalho tanto em uma perspectiva enunciativa, com a noção da função-autor (ORLANDI, 2013), como em uma dimensão discursiva, acionando o efeito-autor (GALLO, 2001, 2008), para refletir como o sujeito se inscreve como autor de seu dizer ao adentar às determinações do discurso científico e, também, do acadêmico. Para finalizar, pode-se acordar que o processo de escrita acadêmica consiste na tentativa de produzir um efeito para “conter” a heterogeneidade constitutiva do discurso e do sujeito, justamente, para produzir um efeito de objetividade que se relaciona com o o discurso da ciência. Nesse processo, o sujeito procura se constituir assumindo diferentes posições, conforme as condições de produção, e tentando se situar no entre-meu aceitável (possível de ser dito) que caracteriza a autoria na universidade.

**Palavras-Chave:** Análise do Discurso; Escrita Acadêmica; Discursos Científico e Acadêmico; Autoria.





## ABSTRACT

This research aims to reflect on the ways of subject's inscriptions in academic writing through his participation in the Academic Writing and Reading Laboratory (LABEAL/UFSC). For that purpose, I support myself in theoretical assumptions of Discourse Analysis of French inspiration, more specifically the works of Pêcheux (1988), Orlandi (1996; 2013), Gallo (1995, 2008) and Authier-Revuz (1990), in order to comprehend how the subject inscribes himself, as an author, when he writes in a writing that aims the objectivity effect due to its relationship with scientific discourse. Thus, I develop, initially, a reflection about the imaginary formations which constitute the sayings of some LABEAL' participants in what concerns the academic writing and the Laboratory to discuss about the constitution of academic writing itself while discursive practice constituted historical and ideologically. In sequence, I expatiate upon the scientific and the academic discourse and their divergence and convergence points, emphasizing that both constitute the sayings of the one who writes and inscribes in the LABEAL. Then, I conduct the analysis of six academic reviews which were developed in the Laboratory and which encompass writing and rewriting, in order to observe the changings that occurred for the first to the second writing in what concerns the authorship in these productions. In this regard, I work in an enunciative perspective, with the concept of the author as a function, as well as in a discursive level, through the author effect (GALLO, 2001, 2008), in order to reflect about how the subject inscribes himself as an author of his saying when he enters the determinations of scientific discourse and, also, of the academic. To sum up, it is possible to acknowledge that the process of academic writing consists in an attempt to "contain" the constitutive heterogeneity of discourse and subject, precisely, to produce the effect of objectivity which is related to the science discourse. In this process, the subject seeks to be constituted by assuming different positions, according to the production conditions, and trying to place himself in an acceptable gap (possible to be said) that configures the authorship in university.

**Keywords:** Discourse Analyses; Academic Writing; Scientific and Academic Discourses; Authorship.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 ENTENDENDO O DISCURSO: NOÇÕES EM ANÁLISE DO DISCURSO</b> .....	19
1.1 O IMAGINÁRIO NA CONSTITUIÇÃO DA ESCRITA ACADÊMICA.....	31
<b>2 O DISCURSO DA ESCRITA ACADÊMICA</b> .....	39
2.1 UNIVERSO DISCURSIVO: A CIÊNCIA E O SABER CIENTÍFICO.....	40
2.2 O DISCURSO CIENTÍFICO E O ACADÊMICO: PONTOS DE (DES)ENCONTROS .....	47
2.3 ESCRITA ACADÊMICA NO LABORATÓRIO DE ESCRITA ACADÊMICA E LEITURA (LBEAL) .....	54
<b>3 DISPOSITIVO ANALÍTICO: DOS PROCESSOS DE INSCRIÇÃO DO SUJEITO NA ESCRITA ACADÊMICA</b> .....	67
3.1 AUTORIA: NÍVEL DISCURSIVO E ENUNCIATIVO .....	67
3.2 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> .....	75
<b>3.2.1 Recorte 01 – P01</b> .....	78
3.2.1.1 Análise da função-autor.....	80
3.2.1.2 Análise do Efeito-Autor.....	98
<b>3.2.2 Recorte 02 – P02</b> .....	104
3.2.2.1 Análise da função-autor.....	106
3.2.2.2 Análise do Efeito-Autor.....	120
<b>3.2.3 Recorte 03 – P03</b> .....	123
3.2.3.1 Análise da função-autor.....	125
3.2.3.2 Análise do efeito-autor .....	136
<b>3.2.4 Problematizando o LBEAL</b> .....	141
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	147

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	151
<b>ANEXOS</b> .....	155

“Mas, o que há,  
enfim, de tão  
perigoso no fato  
de as pessoas  
falarem e de seus  
discursos  
proliferarem  
indefinidamente?  
Onde, afinal, está  
o perigo?”

FOUCAULT, M.  
(2012 [1970])

## INTRODUÇÃO

Se o que digo, eu digo sabendo que o equívoco e o deslize são inerentes à linguagem e, por consequência, a todo tipo de manifestação linguística quer seja ela literária quer seja científica, me pergunto: como me situar aqui, nesse meio turbulento de palavras e sentidos, de modo que eu como responsável pelo que digo, possa me afirmar como autora de minhas palavras? Assumir a não transparência da linguagem, a não objetividade em qualquer prática discursiva é dizer também: sou um sujeito pensante, com voz ativa e ao mesmo tempo inscrito em certas formações discursivas, ora ou outra contraditórias. Sujeito esse que, pela perspectiva da Análise do Discurso (AD), não é origem de seu dizer, mas que alçado na função-autor e no efeito-autor busca produzir um efeito de unidade e de fecho. Pensar na noção de autoria, tal como re(formulada) pela AD é pensar nesse movimento do sujeito na tentativa de se colocar como “dono” de seu dizer, como “[...] responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto,” (ORLANDI, 1996, p. 69). Assim, nessa perspectiva, a autoria constitui toda prática discursiva, tendo em vista as diferentes implicações decorrentes dessas práticas.

Sinto-me apreensiva por colocar-me aqui tão presente em uma prática discursiva que implica/suscita discussões científicas complexas. Não sei se me sinto preparada, mas de uma forma ou outra é nesse mar que somos lançados ao ingressar na academia. Escondemo-nos, porém,

ao máximo em nossos colegas autores<sup>1</sup>, nossas bases teóricas que sustentam todas as argumentações. Não digo, porém, que não se deve utilizá-los ou qualquer outra ideia semelhante a Levi-Strauss<sup>2</sup> e sua noção de que as pessoas são corrompidas pelos textos. Não. Eles são práticas que constituem a academia, a produção de conhecimento, deslocamentos, avanços, rupturas que problematizam a própria questão da ciência.

O que pretendo problematizar é justamente a inscrição do sujeito na posição-sujeito de aluno de graduação e de pós-graduação que procura lidar com esse entre-lugar constituído pelo discurso científico (DC) e pelo acadêmico (DA) em que se espera a produção de um efeito de objetividade e neutralidade, mas que, ao mesmo tempo, suscita uma certa inscrição e responsabilização do sujeito em e pelo seu dizer. Desse modo, procuro refletir sobre o que é que tem nessa prática discursiva que suscita vários alunos interessados em participar do Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura e, ao mesmo tempo, vários que acabam fazendo, apenas, a inscrição no projeto ou se ausentando após um ou dois encontros. Seria a apreensão de tomar a palavra, de que fala Foucault (2012 [1970]), nessa escrita determinada pelo discurso científico? Nesse sentido, penso ser relevante analisar a inscrição do sujeito na escrita acadêmica para compreender de que forma é possível o sujeito instaurar-se como autor de seu dizer em uma escrita que visa o efeito de objetividade e apagamento do sujeito. Assim, proponho, como objetivo central da pesquisa, refletir sobre os modos como se dá a inscrição do sujeito na escrita acadêmica a partir de sua participação no Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura (LABEAL).

A partir dessa questão central, saliento que o LABEAL se configura como um ambiente de ensino, pesquisa e extensão, aberto aos alunos da graduação e da pós-graduação<sup>3</sup> da Universidade Federal de Santa Catarina, e tem como intuito fomentar (e problematizar) a prática

---

<sup>1</sup> Aqui, no sentido foucaultiano do termo, somente aqueles que adquirem um certo nome/reconhecimento em determinada produção textual. FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** 3.ed. [S.l.], Portugal: Vega, 1992.

<sup>2</sup> Conforme CALVET, Louis-Jean. **Tradição oral e tradição escrita.** Tradução: Waldemar Ferreira Netto, Maressa de Freitas Vieira – São Paulo; Parábola Editorial, 2011.

<sup>3</sup> O projeto foi inicialmente pensado para alunos de graduação, no entanto em virtude da demanda de alunos da pós-graduação o escopo do público alvo foi ampliado.

da escrita acadêmica. Nesse sentido, os participantes do LABEAL entram em contato com diferentes práticas de leitura e de escrita, produzindo resumos e resenhas acadêmicos ou até mesmo discutindo com os mediadores sobre suas próprias pesquisas (artigos, dissertações, teses). Desse modo, o Laboratório se constitui na confluência dos discursos científico e acadêmico, na medida em que opera com os processos de ensino e de aprendizagem nas formas de dizer que constituem o dizer da ciência (e da academia). Esse aspecto também interessa à pesquisa uma vez que essas condições de produção, determinadas por esses discursos, reverberam no *corpus* selecionado.

Seguindo esse raciocínio, proponho uma análise dos modos de inscrição do sujeito em seu dizer com base em seis resenhas acadêmicas<sup>4</sup> produzidas no Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura durante o ano de 2015. Ênfase que esse *corpus* engloba três escritas e três reescritas feitas por três alunos participantes do LABEAL a respeito de uma reportagem veiculada na Revista *Veja*<sup>5</sup>, pois, almejo, também, compreender os movimentos da inscrição do sujeito em seu dizer da escrita para a reescrita da resenha, tendo em vista a função-autor (ORLANDI, 2013, 1996) e o efeito-autor (GALLO, 2001, 2008). A seleção desse *corpus* se deu com base na disponibilidade de materiais para análise, já que a resenha dessa reportagem e também o resumo de uma notícia são os textos trabalhados inicialmente com os alunos, e, também, aqueles que apresentam maior produção de escrita e reescrita. Isso porque, durante a participação no Laboratório, os alunos são livres para trazerem seus próprios textos que estão produzindo em disciplinas

---

<sup>4</sup> Ressalto que o adjunto “acadêmico” na dissertação tem mais a intenção de marcar um texto produzido na esfera da universidade - como atividade solicitada a alunos nesse contexto - que propriamente caracterizar essas resenhas como um texto tipicamente acadêmico, conforme desenvolverei no capítulo 03.

<sup>5</sup> A escolha desse texto-fonte não acadêmico para a escrita de resenhas acadêmicas se deu por três fatores centrais. O primeiro deles diz respeito à heterogeneidade dos alunos que frequentam o Laboratório, fato que dificultaria, em suas primeiras produções de escrita, a leitura de textos acadêmicos. Além disso, o curto tempo de duração dos encontros no Laboratório também dificultaria os processos de leitura, escrita e reescrita de textos acadêmicos que são, geralmente, mais extensos. Por último, ressalto que os participantes do LABEAL, em grande parte, após o trabalho com os textos iniciais (notícia e reportagem), acabam trazendo textos que estão trabalhando em disciplinas ou em suas pesquisas, e, desse modo, muitos alunos não chegam a trabalhar com a escrita e reescrita dos textos acadêmicos disponíveis no Laboratório.

ou em suas pesquisas, e muitos optam por essa forma de trabalho. Além disso, optei também pela análise das resenhas, pois este gênero discursivo<sup>6</sup> implica em uma maior explicitação do posicionamento do sujeito do que em um resumo<sup>7</sup>, por exemplo, característica que, a meu ver, contribui para uma pesquisa que tem como objetivo perceber os movimentos de inscrição do sujeito.

Assim, para resumir, a análise das resenhas tenciona compreender os movimentos (da escrita para a reescrita) que constituem as formas de inscrição do sujeito na função-autor e a produção (ou não) do efeito-autor para dar conta da dimensão da autoria em nível enunciativo e discursivo e refletir sobre a interpelação do sujeito no discurso científico e no discurso acadêmico para pensar em sua inscrição na escrita acadêmica.

Além da análise do *corpus* e de forma a contribuir com essa análise, proponho, ainda, uma reflexão acerca de alguns imaginários da escrita acadêmica que reverberam em *e-mails* de alunos interessados no projeto do Laboratório. Esses imaginários, também constituídos por formações ideológicas, caracterizam as formações discursivas sobre essa prática de escrita e, portanto, analisá-los contribui para o entendimento do sujeito enquanto posição que assume no discurso. Nesse sentido, almejo refletir sobre esses imaginários para poder problematizar a própria escrita acadêmica e, estabelecendo uma relação com as resenhas produzidas, perceber se o LABEAL se aproxima ou se afasta do que ecoa nos *e-mails* através daquilo que se observa nas práticas de escrita acadêmica nesse ambiente.

Para isso este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro revisito o quadro epistemológico da Análise do Discurso a fim de constituir um dispositivo teórico que possibilite um gesto de interpretação analítico. Por conseguinte, apresento algumas noções como a de linguagem, discurso, sujeito, ideologia, forma-sujeito, formações discursivas, entre outras, com base em Pêcheux (2014

---

<sup>6</sup> Utilizo o termo “gênero discursivo”, porém, nesta pesquisa, opto por não adentrar nesta questão teórica devido à complexidade implicada a esse conceito que poderia, a meu ver, suscitar discussões outras e levar a constituição de um outro estudo. Nesse sentido, enfatizo, apenas, que compreendo esse conceito em uma vertente bakhtiniana conforme reitero em nota no capítulo 01.

<sup>7</sup> Não quero com isso dizer que a produção de resumos não implica em autoria, mas, apenas, que essa prática discursiva de escrita está mais limitada ao dizer do outro do que a escrita de resenhas, por exemplo. Nesse sentido, ambas as práticas constituem gestos de autoria, porém, de maneiras distintas.



[1988]) e Orlandi (2013), que sustentam o campo de estudos e que são fundamentais para o desenvolvimento da análise. Na sequência, discorro sobre o imaginário da escrita acadêmica, através da reflexão sobre os *e-mails* para compreender algumas das formações imaginárias que constituem as formações discursivas do sujeito-aluno na universidade.

No segundo capítulo, trato da questão do discurso científico e do discurso acadêmico como discursos que determinam as práticas de escrita na universidade e que constituem as resenhas. Desse modo, trago, inicialmente, algumas considerações sobre ciência e saber com base em Foucault (2008 [1968]) e Lyotard (2009 [1979]), estabelecendo um percurso histórico da produção de ciência e ressaltando o saber como lugar em que a ciência se constitui historicamente. Na sequência, busco compreender, conforme Foucault (2012 [1970], 1989 [1979]), como os procedimentos de delimitação e de controle do discurso constituem o discurso científico e, em especial, como esse discurso se alça no dizer “verdadeiro”, dizer esse que se estabelece em relação com o poder. De forma semelhante, o discurso acadêmico também se alça nesse dizer “verdadeiro” e que busca, como efeito, apagar o sujeito que diz, na medida em que se entende que o DA se constitui em uma confluência do discurso científico e do discurso pedagógico. Por último, realizo algumas considerações acerca da escrita como prática constituída historicamente e, em específico, da escrita acadêmica, além de trazer um pouco do funcionamento do LABEAL a respeito dessa prática discursiva.

Por fim, no terceiro capítulo desenvolvo a análise do *corpus* acionando noções como a de função-autor (ORLANDI, 2013), efeito-autor, TEXTO e TEXTUALIZAÇÃO (GALLO, 2001, 2008, 2008). Além disso, para compreender a inscrição do sujeito na escrita acadêmica divido a análise em dois níveis: enunciativo e discursivo; o primeiro para trabalhar a função-autor e o segundo o efeito-autor. Desse modo, utilizo também a proposição das heterogeneidades enunciativas de Authier-Revuz (1990) e dos processos de AUTENTICAÇÃO e LEGITIMAÇÃO (GALLO, 2008) que constituem a prática de TEXTUALIZAÇÃO desenvolvida no Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura. Além disso, desenvolvo algumas considerações sobre como a escrita e a reescrita das resenhas reverberam as condições de produção do LABEAL, procurando estabelecer, também, uma ponte entre as reflexões sobre os *e-mails* e as resenhas produzidas.

Por último, esboço as considerações finais nas quais procuro estabelecer um efeito de fecho para a pesquisa desenvolvida, apontando alguns resultados do trabalho no que tange as formas que a escrita opera

na academia tendo em vista a autoria e sua relação com os discursos científico e acadêmico. Nesse sentido, espera-se que o estudo possa contribuir para novas discussões a respeito da problemática abordada e, se possível, contribuir para o desenvolvimento de novas práticas que direcionem um olhar para o sujeito como perpassado por formações discursivas (e ideológicas) e para a linguagem como não transparente.

## 1 ENTENDENDO O DISCURSO: NOÇÕES EM ANÁLISE DO DISCURSO

Sabe-se de fato que a linguagem nos constitui, que ela opera em uma relação de dispersão e unidade (discurso e texto) e que todo uso da língua implica em diferentes formas de significação da própria língua e da constituição do sujeito. De forma metafórica, penso na língua<sup>8</sup> como astros dispersos e o discurso como constelações que organizam e materializam a existência do “caos”. Nesse sentido, o discurso não pode ser imaginado como uma linha linear, que segue uma direção e que não apresenta rupturas, ele é dispersão no sentido de que não está organizado em uma direção em rumo a um ponto final, e constitui todas as relações que envolvem linguagem, tanto ela verbal como não verbal. O discurso implica uma exterioridade à linguagem, mas, ao mesmo tempo, depende dela para ter uma existência material (ORLANDI, 2013). Desse modo, a linguagem constitui o discurso e o discurso, materializado na linguagem, constitui as interlocuções.

Na perspectiva teórica a qual este trabalho se filia, o leitor, talvez, pode ter observado ainda que de forma incipiente, que a língua não é pensada *à la* Saussure, como um sistema de signos fechado em si mesmo em que a construção do sentido se dá no jogo das próprias relações dentro do sistema exclusivamente linguístico. Para a Análise do Discurso (AD), não se busca por uma imanência do significado, mas sim “[...] procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.” (ORLANDI, 2013, p. 15). Assim, o funcionamento da linguagem é pensado como relação entre posições-sujeito que são afetadas histórica e ideologicamente e que, nos processos intersubjetivos, filiam-se a certos efeitos de sentido e não a outros. Desse modo, em oposição à Linguística saussuriana, não há como se

---

<sup>8</sup> Na perspectiva teórica que adoto na presente pesquisa, a diferenciação entre língua e linguagem não é central justamente por tratar a língua enquanto reguladora do discurso que envolve questões além do linguístico. Para Saussure, porém, língua e linguagem são conceitos diferentes, língua se relaciona com o sistema de signos e linguagem com a faculdade mental humana, isto é, capacidade de linguagem. Acredito ser importante ressaltar esse aspecto porque nas diferenciações que se seguem entre a Análise do Discurso e a Linguística saussuriana coloco em contraponto com a noção da AD a visão de língua proposta por Saussure. Ver: SAUSSURE, Ferdinand de; CHELINI, Antonio; PAES, Jose Paulo; BLIKSTEIN, Izidoro. **Curso de linguística geral**. 15 ed. São Paulo: Cultrix, 1989.

pensar em linguagem e em discurso sem considerar o sujeito, no fato de que o que é dito é dito de algum lugar por um sujeito afetado por relações mais complexas que a mera estruturação sintática. Como bem pontua Pêcheux (2014),

[...] a ‘indiferença’ da língua em relação à luta de classes caracteriza a *autonomia relativa do sistema linguístico* e que, *dissimetricamente*, o fato de que as classes não sejam ‘indiferentes’ à língua se traduz pelo fato de que *todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes* (PÊCHEUX, 2014 [1988], p. 82. grifos do autor).

Ao dizer que todo processo discursivo se inscreve em uma relação de classes, entende-se que para analisar o processo discursivo (foco da AD) de forma a sair da abstração formalista e do subjetivismo idealista<sup>9</sup>, é imprescindível pensar no discurso como efeito de sentido entre interlocutores marcado ideologicamente. Ou seja, é imprescindível olhar para as relações de produção suscitadas pelas sociedades capitalistas. Além disso, pensar o discurso é ressaltar que “[...] não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia<sup>10</sup>[...]” (ORLANDI, 2013, p. 17) e que esta se materializa nas formações discursivas (retomarei esse conceito no desenvolver do capítulo). Não se pode assim, olhar para a linguagem e para o discurso do mesmo modo que Saussure compreende a língua fechada em si própria, mas sim como constituição dos sujeitos. É nesse sentido que a Análise do Discurso procura compreender como o simbólico produz sentidos, sendo que os sentidos não estão reduzidos ao interior do sistema linguístico, mas se estabelecem “[...] na relação com a exterioridade, nas condições em que

---

<sup>9</sup> Em seu livro *Semântica e Discurso*, Pêcheux (2014 [1988]) afirma que há uma ênfase dos estudos da linguagem, desde Saussure, que permeia o formalismo e o subjetivismo. Nesse sentido, o autor critica a vertente formal e abstrata de Frege que consiste na visão do sujeito como “*portador de representações*” (p. 53) e também o posicionamento idealista de Husserl em que a subjetividade é entendida como “*fonte e princípio de unificação das representações*” (p. 53). Para esse autor, ambas essas formas de compreender a linguagem ignoram o sujeito em sua constituição ideológica e na relação com a luta de classes.

<sup>10</sup>Essa noção de que ao dizer o sujeito se constitui ideologicamente foi proposta por Pêcheux e constitui o campo da Análise do Discurso francesa.

eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (ORLANDI, 2013, p. 30).

De início, para compreender a noção do que vem a ser sujeito pela AD é preciso deixar claro que para entender esse conceito tantos outros precisam ser mobilizados de forma concomitante e, por isso, a compreensão do que se entende como sujeito desenvolver-se-á ao longo de todo o trabalho. O ponto de partida para compreendermos tal noção é de que o sujeito não se trata do indivíduo empírico, de carne e osso, ele é uma posição ocupada pelo falante no discurso, por isso é sujeito *do* discurso, ou sujeito discursivo. Como bem pontua Orlandi (2013) o sujeito:

Ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (ORLANDI, 2013, p. 49).

Nesse sentido, o sujeito é determinado, ou “assujeitado” à língua, à história, ao inconsciente e à própria ideologia, mas também é livre dentro dessas delimitações que lhe são impostas. Em outras palavras, a relação do sujeito com o discurso, com a história e com a ideologia, se situa em uma relação de liberdade com responsabilidade e, de certo modo, é condicionada pelas conjunturas e possibilidades de ser sujeito.

Essa determinação do sujeito se dá também pelo o que Pêcheux (2014 [1988]) denomina forma-sujeito que determina o modo de ser sujeito em um determinado momento histórico. Bem como Souza (2011, p. 76) ressalta “[...] o sujeito não se faz nunca por ele mesmo. O que modifica são os sistemas e dispositivos institucionais que geram as formas de ser sujeito”. A forma-sujeito, assim, é determinação histórica, uma forma de assujeitamento que, mesmo que eu seja eu e que ninguém possa falar, pensar do lugar que eu ocupo, reproduz uma generalização em que todos são “assujeitados” ao modelo imposto historicamente.

Na Idade Média o sujeito se constituía pela forma-sujeito-religioso que impunha a crença e submissão a Deus. Assim, nesse

momento histórico, era a religião que determinava como o sujeito deveria se portar. Já na modernidade<sup>11</sup> e no cenário contemporâneo, o Estado e as leis passam a exercer esse papel antes atribuído à religião. Por conseguinte, a forma-sujeito-de-direito passa a reger a constituição social do sujeito e este, antes submisso à religião, passa a ser ao mesmo tempo submisso e livre. É nesse sentido que o sujeito se constitui por uma forma-sujeito contraditória, na qual ele precisa seguir uma série de leis e regras sociais estabelecidas e concomitantemente ele é também livre e responsável por suas ações.

Além disso, a forma-sujeito na contemporaneidade é caracterizada também pelo sistema capitalista que se volta para o mercado de trabalho e impõe a relação do homem no meio social de forma distinta do que nas comunidades socialistas, por exemplo. A forma-sujeito acaba, pois, sendo modelada pelas possibilidades dentro desse sistema característico também pela manutenção das relações (desigualdade) de classes. Assim, a forma-sujeito-de-direito<sup>12</sup> é também constituída pela forma de organização do sistema capitalista que, conseqüentemente, constitui o sujeito como sujeito social.

Para reiterar, seguindo Pêcheux (2014 [1988]):

[...] a interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especialmente, em sujeitos de direito) *se efetua em nome do Sujeito universal da Ideologia: o Sujeito ‘se faz lembrar’ aos sujeitos, dizíamos, e os determina a ser o que são, a agir como agem (e, em particular, a falar como falam) (PÊCHEUX, 2014 [1988], p. 250. grifos do autor).*

---

<sup>11</sup> Sabe-se que o termo modernidade suscita diversas discussões de acordo com a perspectiva teórico-epistemológica adotada. Alguns autores, como Bauman (2000), designam a sociedade em que vivemos como “modernidade líquida”, outros como Lipovetsky (2004) como “hipermodernidade” e, ainda, Lyotard (2009 [1979]) como “pós-modernidade”, sendo que cada termo utilizado tem uma implicação teórica distinta. Entretanto, não desejo, nesse momento, abordar essas discussões que permeiam o uso das diferentes expressões, mas apenas utilizo o termo “modernidade” para denominar um período histórico que antecede à expansão da tecnologia e da informática iniciada no final do século XIX, conforme Lyotard (2009 [1979]).

<sup>12</sup> Além da forma-sujeito, a posição-sujeito também determina e faz parte da constituição do sujeito. Esta noção implica maior particularização do que a primeira e me deterei a ela posteriormente.

Entretanto, não se pode pensar que essa noção compreende os sujeitos como “robôs”, cópia uns dos outros que agem sempre dentro dos mesmos padrões, mas simplesmente que existem delimitações (que precisam ser levadas em consideração quando se trata de análise numa perspectiva discursiva de base francófona) na constituição do sujeito do discurso. Delimitações históricas, sociais e ideológicas que asseveram que o sujeito não é a origem de suas práticas discursivas, que questões mais amplas (e complexas) as constituem. No entanto, o sujeito se constitui nessas práticas e passa também a constituí-las, produzindo o que se poderia chamar de rupturas na história.

É nesse sentido que Pêcheux fala de duas ilusões necessárias para a constituição do sujeito, o esquecimento número 01 e número 02. O esquecimento número 01, ou ideológico, consiste na ilusão que o sujeito tem de ser a origem do que diz, sendo que ele está retomando já ditos, construções discursivas outras, de outros lugares, que o atravessam, de forma inconsciente, ou seja, sem que ele se dê conta disso. É importante compreender esse esquecimento não como uma não singularidade dos sentidos produzidos individualmente, mas apenas com a ideia de que o sujeito não é a fonte de seu discurso. Já o esquecimento número 02, refere-se à ilusão que se tem de controlar o sentido, ou seja, de que o sentido dos enunciados é único e esta ilusão “[...] nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, [...]” (ORLANDI, 2013, p. 35). Ambos os esquecimentos constituem o sujeito e são necessários para as práticas discursivas.

Se não sou a origem do que digo, se meu discurso é constituído histórico, social e ideologicamente, implica pensar que o que digo já foi dito antes (sem anular a minha singularidade ao dizer). Esse “já dito” é chamado de interdiscurso, ou memória discursiva, e é ele que possibilita/sustenta todo o dizer e engloba o pré-construído. Sobre pré-construído, Pêcheux (2014 [1988], p. 89) “[...] remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado. Trata-se [...] do efeito discursivo ligado ao *encaixe* sintático”. Assim, o pré-construído remete a todo dizer que fala em outro lugar independentemente, ligando-se à ideia de que os enunciados se constituem sempre em relação a outros. Nesse sentido, quando um participante do Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura (LBEAL) faz um resumo de uma notícia publicada em jornal, por

exemplo, o próprio resumo se caracteriza a partir de um pré-construído<sup>13</sup>, alçado no que se espera da produção dessa prática discursiva, pois, apesar de estabelecer uma referência (e uma relação) com o texto-fonte, os enunciados ali colocados tornam-se de certo modo independentes da própria notícia, cuja publicação tinha outro fim. Isso implica em se dizer que os sentidos transmitidos não sejam necessariamente os mesmos, já que a linguagem não é transparente e o resumo não é mera transmissão de informações. No caso do resumo, haverá supressão de informações consideradas não relevantes por aquele que o produz. Entretanto, dizer que os sentidos não sejam necessariamente os mesmos não é dizer que eles possam ser qualquer um, como Orlandi (1996, p. 27) ressalta “O sentido, para a AD, não está já fixado a priori como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há a determinação histórica”.

Entretanto, o discurso não se constitui apenas pelo interdiscurso, aquilo da ordem do repetível (constituição), ele também se caracteriza pelo intradiscurso, que é da ordem da atualidade, da formulação. O sujeito elabora seu dizer no momento da formulação, e é nesse intradiscurso que o enunciado vai se sustentar, mas já constituído pelo interdiscurso. É o interdiscurso que possibilita o intradiscurso e é a movência dessa formulação que tenciona e modifica o próprio interdiscurso. Como afirma Orlandi (1996, p. 93), “A própria mudança, [...] resulta de uma relação com o mesmo, já que a noção de repetição – empírica, formal e histórica – supõe tanto o fechamento quanto a possibilidade de deslocamento, embora ambos sejam retorno, interpretação”. Assim, é essa relação entre o mesmo e o diferente que possibilita a mudança da própria ideologia e que faculta que diferentes enunciados sejam ditos em diferentes momentos históricos e que a história se constitua em constante transformação. Daí a importância de uma investigação arqueológica, em termos foucaultianos, para a Análise do Discurso, para compreender como os enunciados (e os sentidos) se constituem na confluência com o inter e intradiscurso.

---

<sup>13</sup> Ao entender que o pré-construído se refere a uma construção anterior, exterior ao enunciado, entende-se que as próprias configurações e características que constituem um resumo podem ser pensadas como um pré-construído na medida em que “[...] esse efeito de pré-construído consistiria numa *discrepância* pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’” (PÊCHEUX, 2014 [1988] p. 142), isto é, ele irrompe no enunciado, mas se remete a uma exterioridade, ao interdiscurso (o já dito) que constitui o dizer e, neste caso, aquilo que constitui os resumos.



Outra noção importante para a Análise do Discurso, como já dito, é compreender o sujeito como posição (posição-sujeito) que, de forma semelhante à forma-sujeito, também determina as práticas discursivas. Ainda que ambas possam se modificar, a posição-sujeito, que é atravessada pela forma-sujeito enquanto determinação histórica, é mais flexível e permite maior rupturas, deslocamentos. Essa posição está relacionada ao imaginário que se tem sobre determinado lugar que o sujeito assume no discurso. Para esclarecer, a posição-sujeito de professor implica na recorrência de um certo grupo de enunciados que se estabelecem no imaginário (e no discurso) do que é ser professor, ou seja, a posição-sujeito professor faz com que o sujeito enuncie dizeres que são próprios a essa posição, próprios a esse lugar que ele ocupa, remontando uma regularidade discursiva. Essas posições, como já mencionado, são maleáveis e se modificam sócio-historicamente, não sendo, portanto, cercamentos do sujeito (o sujeito se insere nelas). Essa inserção (ou melhor, constituição) do sujeito em uma determinada posição discursiva está marcada ideologicamente e, conseqüentemente, reflete a luta de classes, para usar os termos de Pêcheux.

A posição-sujeito, como dito anteriormente, é sempre marcada *ideologicamente* e aí se pode questionar: qual a noção de ideologia nessa perspectiva? De início, acrescento que, para a Análise do Discurso, não se pode pensar em ideologia como algo de valoração negativa que deve ser combatida, muito menos como ponto de vista de determinado sujeito discursivo. Pensar em ideologia requer a compreensão de que ela se caracteriza por uma estrutura-funcionamento que constitui os sujeitos inexoravelmente. Assim como não se pode fugir do discurso, da linguagem, não se pode estar destituído de ideologia. Os dizeres se situam nas fronteiras e são constituídos por atravessamentos ao mesmo tempo em que são afetados por construções ideológicas complexas que se manifestam de forma inconsciente em nossas construções linguísticas. É a ideologia que possibilita a relação entre a linguagem e o mundo e é no discurso que ela se materializa.

Para pensar em ideologia, Pêcheux (2014 [1988]) baseia-se na visão de Althusser (1970) que compreende que a ideologia é marcada pelos Aparelhos Ideológicos do Estado e que os sujeitos são constituídos ideologicamente de acordo com o lugar que ocupam nas dimensões sociais. Assim, um sujeito constituído em um lugar x (um militar, por exemplo) assevera a ideologia que é característica desse lugar (exército) inconscientemente.

Entendo essa noção de lugar constituído por uma ideologia como o que Grigoletto (2008) denomina de lugar social e que se diferencia de

lugar discursivo. Para essa autora, o lugar social é o lugar empírico que o sujeito ocupa ao ser interpelado pela ideologia e que se constitui de um imaginário determinado pelas formações ideológicas. Assim, o lugar social de médico, por exemplo, constitui o sujeito como aquele que é portador de um diploma de medicina e pode fazer e dizer certas coisas, sendo que essas coisas têm um status e uma legitimação específica devido a esse lugar social do que é ser médico na contemporaneidade.

Relacionado a esse lugar, Grigoletto (2008) propõe a noção de lugar discursivo como aquele que se constitui no discurso, ou seja, o lugar que um sujeito ocupa na ordem discursiva e que não se confunde com o lugar empírico (social), mas que implica e está implicado por ele. Para a autora, o lugar discursivo é “[...] um modo do sujeito do discurso se relacionar tanto com a forma-sujeito histórica quanto com as diferentes posições-sujeito.” (GRIGOLETTO, 2008, p. 57), ou seja, ele se constituiria em um espaço intervalar entre a forma-sujeito e a posição-sujeito. Nesse sentido, entendo que a posição-sujeito se trata do sujeito ocupando o lugar no discurso e o lugar discursivo do espaço da ordem do discurso que o sujeito pode ou não ocupar. Em outras palavras, a posição-sujeito trata da relação do sujeito para o discurso e o lugar discursivo da relação do discurso para o sujeito. Assim, pode-se dizer que essas noções distintas, podem ou não coincidir, e que o indivíduo (empírico) pode assumir uma posição-sujeito (professor, médico, aluno...) atravessado pela ideologia de forma inconsciente nesses diferentes lugares discursivos que se constituem pelo social e pelo imaginário do que é ser professor, médico, aluno, etc.

É importante ressaltar, ainda, que o lugar discursivo e o lugar social se constituem e se afetam mutuamente. Assim, “[...] o lugar social só se legitima pela prática discursiva [...] E o lugar discursivo, [...] só existe discursivamente porque há uma determinação do lugar social que impõe a sua inscrição em determinado discurso.” (GRIGOLETTO, 2008, p. 56). Desse modo, lugar social é efeito do discurso e lugar discursivo é efeito da prática social. Em outras palavras, o lugar discursivo se constitui a partir da relação da língua com a história e essa relação pressupõe o sujeito e, portanto, a ideologia.

Ainda no que concerne à noção de ideologia, Pêcheux (2014 [1988]), a partir de Althusser (1970), pulveriza esse conceito, para toda a situação discursiva, ligando-a a posição-sujeito.

[...] é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, *o que é* e *o que deve ser*, [...] É a ideologia que fornece as

evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 2014 [1988], p. 146. grifos do autor).

Nesse sentido, a ideologia é compreendida como uma estrutura-funcionamento que se caracteriza por dissimular a sua existência no interior do seu próprio funcionamento e, conseqüentemente, produz evidências de transparência da linguagem, da história e do sentido. E o inconsciente, também como uma estrutura, faz esse trabalho de produção de evidências da ideologia atuar sem que o sujeito tenha consciência disso, ou seja, o coloca como “senhor de si” que já é um efeito próprio da ideologia. Como ressalta Pêcheux (2014 [1988], p. 139. grifos do autor) sobre ideologia e inconsciente “[...] o caráter comum das estruturas-funcionamento designadas, [...] é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de ‘evidências subjetivas’ [...] ‘nas quais se constitui o sujeito’”.

Se a ideologia se materializa no discurso de forma inconsciente, é preciso entender o inconsciente como “[...] manifestações de natureza psíquica do/no sujeito, que fogem ao âmbito de sua consciência, que não se manifestam de acordo com sua vontade, mas afloram nos sonhos, nos atos falhos, nos lapsos, etc” (FERNANDES, 2005, p. 40). Essa visão de base psicanalítica que envolve o inconsciente nos estudos discursivos caracteriza o sujeito como descentrado, desejanste, incompleto, mas que está em constante desejo de completude. Um sujeito constituído por exterioridade (ideologia, inconsciente) no seu próprio interior, em sua própria constituição.

Compreender a noção de ideologia é fundamental, portanto, para entender a concepção de sujeito nessa perspectiva e também para desenvolver análises discursivas, já que, “Os aspectos ideológicos e políticos, no discurso, apresentam-se semanticamente relevantes, pois refletem, na interação entre os sujeitos, o lugar histórico-social de onde o discurso é produzido” (FERNANDES, 2005, p. 57-58). Assim, a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e o sujeito, como posição no discurso, se coloca a dizer de um determinado lugar discursivo, lugar

esse constituído por formações discursivas que representam as formações ideológicas.

Por formações discursivas compreende-se “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 2014 [1988], p. 146. grifos do autor). Assim, as formações discursivas regulamentam o enunciado de acordo com o momento histórico-social que ele se situa (o que pode ser dito) e as chamadas formações ideológicas manifestam no discurso a ideologia, e constituem as próprias formações discursivas. O processo discursivo se dá, desse modo, em uma relação de implicação de aspectos exteriores à materialidade linguística em que as formações discursivas materializam as formações ideológicas que manifestam a ideologia que, por sua vez, se materializa no discurso. Além disso, todo o processo de interlocução, como o próprio nome já diz, é intersubjetivo e, portanto, envolve o imaginário. Nesse sentido, além das formações ideológicas e da própria ideologia, as formações discursivas são constituídas também pelas chamadas formações imaginárias que consistem na visão que um sujeito tem sobre o outro de sua interlocução e também sobre a visão que esse sujeito acredita que esse outro tem de si mesmo. Esse imaginário afeta a forma como se desenrolam as manifestações discursivas e o posicionamento do sujeito em diferentes interlocuções. Todas essas noções estão imbricadas no processo de constituição de sentidos e, portanto, necessitam do olhar do analista.

Pensar em formações discursivas é pensar em diferentes posições-sujeitos, diferentes formas de inscrição do sujeito, e em diferentes formas de produção de sentido. Dessa maneira,

[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se (sic) no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito.” (PÊCHEUX, 2014 [1988], p. 150. grifos do autor).

Isso posto, não é possível compreender a produção de sentidos como algo imanente à palavra, mas como efeito do processo de

interlocução em conformidade com as formações discursivas que ali se inscrevem. Desse modo, “[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão [...] não existe ‘em si mesmo’ [...] é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico” (PÊCHEUX, 2014 [1988], p. 146) e que fazem com o que o que um enunciado dito hoje possa não ser mais dito amanhã ou o que uma mesma palavra signifique tão diferentemente em interlocuções diferentes. Isso se dá no jogo das formações discursivas que, como visto anteriormente, envolvem aspectos exteriores à língua.

Não é possível pensar, porém, em formações discursivas uniformes, assim como não há discursos unidirecionais. O próprio prefixo “uni” parece problemático na compreensão do discurso e do sujeito. As formações discursivas são plurais, produzem efeitos de sentidos múltiplos, sentidos esses constituídos também pela falha e pelo equívoco. Aliás, a falha é própria da constituição da língua bem como a história (que constitui todo o emaranhado do discurso) é ruptura, fissura, descontinuidade. Se a constituição do sujeito é perpassada por tantos aspectos exteriores à língua enquanto sistema, não é possível enquadrar os discursos a formas únicas, fixas e delimitadas. Um texto é atravessado por várias formações discursivas e essas se caracterizam por contraditórias entre si. Como bem ressalta Fernandes (2005):

Em toda e qualquer formação discursiva, as contradições representam uma coerência visto que desvelam elementos exteriores à materialidade linguística, mas inerentes à constitutividade dos discursos e dos sujeitos. Os sujeitos são marcados por inscrições ideológicas e são atravessados por discursos de outros sujeitos, com os quais se unem, e dos quais se diferenciam (FERNANDES, 2005, p. 70).

A contradição, assim, é característica das formações discursivas, mas, além disso, do próprio sujeito. Ao me colocar a dizer aqui, um emaranhado de dizeres outros estão apostos ao meu dizer, dizeres esses que indicam que como sujeito discursivo não sou homogêneo e que o que digo (apesar da busca pela unidade, continuidade e fixidez) não apresenta um sentido límpido e transparente, e é perpassado por um conjunto de discursos de outros sujeitos (contraditórios). Ao me colocar a dizer, o Outro que me constitui se diz também, sendo esse Outro aquele que determina grande parte do meu modo de ser. Além dele,

dirijo-me para o outro que constitui o imaginário que tenho sobre o possível público-leitor que pode ler esta dissertação<sup>14</sup>. Assim, as contradições são reflexos dos vários outros dizeres apostos nas práticas discursivas e que refletem também a heterogeneidade, pluralidade do sujeito, dos discursos.

Pensando na heterogeneidade do sujeito, Fernandes (2005) faz uma distinção entre o sujeito falante e o sujeito falando, na qual o primeiro é entendido como o indivíduo empírico que possui a capacidade da linguagem e o segundo diz respeito ao sujeito da Análise do Discurso e “[...] refere-se a um sujeito inserido em uma conjuntura sócio-histórica-ideológica cuja voz é constituída de um conjunto de vozes sociais” (FERNANDES, 2005, p. 35).

Essa noção de que os dizeres são constituídos de outros dizeres, que Fernandes (2005) denomina como um conjunto de vozes sociais, pode se remeter à proposição, no campo da Análise de Discurso, das heterogeneidades enunciativas de Authier-Revuz (1990). Essa autora afirma que a formulação do dizer consiste em uma negociação entre a heterogeneidade constitutiva do discurso e a heterogeneidade mostrada. Isto é, o sujeito que diz está sempre negociando o seu dizer que se sustenta, inexoravelmente, em uma relação com o discurso do outro. Para isso, ele apaga algumas marcações, que assume como suas (mesmo que constituídas pelo outro) e marca explicitamente outros dizeres, justamente para dizer “isso aqui, quem disse, não fui eu” e, assim, marca explicitamente o outro em seu texto para dizer que o resto, o que sobra, é “propriedade sua”. Em outras palavras, ao marcar o dizer do outro o sujeito está também delimitando o seu próprio dizer. Além disso, é importante salientar que essa noção de heterogeneidade enunciativa

---

<sup>14</sup> Lacan propõe essa diferenciação de Outro e outro para compreender as relações que determinam o modo de ser do homem. Como se sabe, não há como compreender o homem sem situá-lo em suas experiências sócio-culturais, já que as vivências estão imbricadas a uma cultura e às relações que se estabelecem entre as pessoas. Essas relações se dão a partir da linguagem e é nesse sentido que Lacan estabelece a noção do grande Outro que se relaciona com a ideia de que a nossa forma de ser é determinada socio-culturalmente por relações que se dão a partir da linguagem. Assim, o Outro se refere à palavra, à ideia de que somos efeito da linguagem. Enquanto o Outro como determinação da linguagem engloba desde relações culturais até relações mais específicas na constituição do ser, o outro se constitui como todas as pessoas que nos relacionamos nas diferentes instâncias sociais. Disponível em: <http://lucasnapoli.com/2014/02/23/o-que-e-o-grande-outro-lacanian/>, acessado em 18/02/2016.

abre a possibilidade para o inconsciente, isto é, a relação do que o sujeito diz com o dizer do outro pode se dar inconscientemente, no nível do esquecimento número dois de Pêcheux (2014 [1988]).

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que a heterogeneidade é constitutiva do discurso e do sujeito, isto é, “[...] o discurso é construído a partir do discurso do outro, que é o ‘já dito’ sobre o qual qualquer discurso se constrói, ou seja, numa relação de alteridade” (BRAGA; ACOSTA-PEREIRA, 2016, p.1514). Nesse sentido, Authier-Revuz (1990), diferencia a heterogeneidade constitutiva da mostrada no discurso, sendo esta a que expõe o outro na materialidade do discurso e aquela a que assenta o dizer do eu na relação com outros dizeres – o já dito – de forma a apagar esse outro. Além disso, a autora ainda propõe uma subdivisão entre heterogeneidade mostrada *marcada* e *não marcada* em que a primeira consiste em uma referenciação visível do outro no dito, como a citação direta, e a segunda se caracteriza pela presença do outro com ausência de marcações diretas, pelo discurso indireto livre, ironia, metáfora, por exemplo.

No que tange à heterogeneidade mostrada *marcada* é interessante comentar que ela pode produzir um efeito de neutralidade, isto é, um efeito de ausência da ideologia, pois ao marcar o dizer do outro o sujeito se distancia do que está sendo dito. Entretanto, esse efeito de neutralidade é, como dito, apenas um efeito produzido pela própria ideologia, pois a mudança das condições de produção implica em uma mudança de sentido. Ou seja, o dizer do outro, a partir do gesto de interpretação do sujeito que diz, passa a significar no dizer do sujeito podendo constituir diferentes sentidos.

Tendo em mente que o que eu digo é constituído pelo outro, ressalto que o sujeito pode estar consciente desse jogo com o outro, no caso da heterogeneidade mostrada *marcada* em que eu marco o que não é meu, pois, conscientemente desejo fazer essa marcação, ou ainda, inconscientemente, no caso da heterogeneidade constitutiva em que o sujeito, pelo esquecimento número dois, tem a ilusão de ser a fonte de seu dizer. (PÊCHEUX, 2014 [1988]). Considerando essa relação com o outro, coloco a questão que procurarei responder no tópico a seguir: que dizeres outros estão presentes nos discursos dos interessados em participar do Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura sobre a própria prática da escrita acadêmica?

## 1.1 O IMAGINÁRIO NA CONSTITUIÇÃO DA ESCRITA ACADÊMICA

Como se sabe, para a Análise do Discurso, as questões analisadas não surgem *a priori* do contato com o texto, mas sim emergem no próprio contato do analista com o texto. Nesse sentido, foi através de uma leitura prospectiva dos *e-mails* recebidos para a inscrição dos interessados em participar do Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura que me pareceu ser relevante tratar, também, do(s) imaginário(s) dos estudantes sobre a escrita acadêmica. Isso porque, penso que olhar para esse imaginário é olhar para as formações discursivas que operam acerca da prática de escrita na academia e que podem constituir os textos produzidos nesse lugar discursivo e social. Além disso, tratando-se em específico das condições de produção do LABEAL, intento, ao realizar a análise das resenhas, refletir sobre esse imaginário que reverbera nos *e-mails* para pensar: O trabalho no LABEAL corrobora esse imaginário? De que forma ele se afasta (ou se aproxima) dessa visão de escrita? Essas questões, a meu ver, são relevantes para pensar tanto no funcionamento do projeto do Laboratório quanto para refletir sobre a inscrição do sujeito nessa escrita perpassada por formações discursivas, ideológicas e imaginárias.

Nessa perspectiva, parte-se do sabido de que o *e-mail* configura uma nova prática discursiva possível pelo advento da tecnologia e que vem se consolidando cada vez mais na sociedade contemporânea<sup>15</sup>. Esse novo gênero<sup>16</sup> se caracteriza por um formato bastante maleável e que, não rara às vezes, beira entre a fronteira de uma escrita de tom formal e

---

<sup>15</sup> Conforme Gallo (2011) o *e-mail* pode se caracterizar como um discurso de “Escritaoralidade”, isto é, um discurso que se constitui pelas mídias digitais e que opera em uma relação em que escrita e oralidade estão imbricadas uma na outra. Tratarei com mais especificidade dessa noção no capítulo 2.

<sup>16</sup> Sabe-se da importância teórica que o termo *gênero* comporta dentro da Linguística Aplicada e também das suas diferentes concepções, como exemplo, a noção de gênero do discurso para o Círculo de Bakhtin compreende que gênero e discurso se constituem organicamente. Já, a perspectiva do Interacionismo Sociodiscursivo de Bronckart (2006) trabalha com o conceito de gênero textual que relaciona gênero ao texto e não ao discurso. Na presente pesquisa, optou-se, porém, por não adentrar nessa questão teórica porque o presente trabalho está voltado para a compreensão do discurso e não do gênero específico. Entretanto, a noção de gênero que perpassa as atividades do LABEAL se aproxima mais da perspectiva bakhtiniana que compreende que “[...] Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*.”(BAKHTIN, 1997, p. 280).



informal, dependendo de toda a situação que compõe a interlocução. Quando se manda um *e-mail* para um amigo, ou para um professor, para pedir ou prestar informações, a especificidade da situação de interlocução, sem dúvida, é condição para a forma como os elementos linguísticos se organizam, mas aspectos exteriores à singularidade dessa enunciação também constituem a forma do dizer (como já dito, constituem o discurso).

Um dos aspectos recorrentes nos *e-mails* enviados pelos alunos ao LABEAL é a formalidade da escrita, típica, sobretudo, nessa prática discursiva nas relações que se estabelecem na academia quando os alunos ingressam em projetos, eventos, etc; e também em situações em que os interlocutores não conhecem um ao outro. Ainda, escrever um *e-mail* especificamente para requisitar a participação em um Laboratório de escrita, gera outros questionamentos sobre o modo com que o sujeito se inscreve numa escrita com fins de aprender a escrever na academia uma vez que no imaginário seu dizer destina-se aquele que domina essa forma de *letramento*<sup>17</sup>.

Nesse sentido, um primeiro *e-mail* que me chamou atenção e sobre o qual procuro refletir sobre um imaginário sobre a escrita acadêmica, apresenta diversas sequências discursivas que apontam para formações discursivas que se inserem em discursos formais de escrita como: “Prezados”, “venho por este reafirmar meu interesse...”, “Portanto, pleiteio à segunda-feira das 9h às 12h” e “Cordialmente”. Nota-se, nesse *e-mail*, que o nível de formalidade se acrescenta à ideia de que a escrita deve ser “pomposa”, “rebuscada” e que escrever para quem “entende” de escrita implica escrever de forma a retratar esses pontos, produzindo um sentido que retoma a visão da escrita muito próxima ao estilo da escrita literária. É interessante observar que o sujeito que diz faz uso da construção “venho por este” que acaba produzindo um efeito de sentido que se situa em discursos mais formais do que colocações como “estou enviando/mandando esse *e-mail*”.

Além disso, é interessante apontar o uso do verbo ‘pleitear’ na construção desse enunciado. Como já dito, as produções de sentido do dizer estão filiadas às formações discursivas e o sentido de uma mesma palavra pode se modificar se se modifica a formação discursiva em que ela se insere. Desse modo, o uso desse verbo na comunidade jurídica, por exemplo, pode apontar para o sentido de contestação de algo

---

<sup>17</sup> Conforme Acosta-Pereira e Braga (2015, p. 312), entende-se que “*letramento* corresponde a modos sociais de se utilizar a língua escrita em situações particulares de uso”.

legalmente, diferentemente dos sentidos produzidos pela leitura desse *e-mail*. Assim, o sentido se modifica de acordo com as condições de produção em que tal termo é dito, o *e-mail* de um aluno para concorrer a uma vaga de um projeto em uma universidade envolve condições de produção outras se comparada à produção de enunciados do discurso jurídico, que englobam formações discursivas também distintas.

Em acréscimo, compreende-se que o enunciado<sup>18</sup>, segundo Foucault (2013[1969]), se estabelece sempre em relação e que dizer de uma forma e de dizer de outra implica na produção de diferentes efeitos de sentido. Assim, dizer: “Portanto, pleiteio à segunda-feira, das 9 às 12h” é diferente de dizer “Portanto, solicito a segunda-feira, das 9 às 12h”, que também é diferente de “Portanto, desejo a segunda-feira, das 9 às 12h”. Nesses três enunciados mantém-se a ideia de que o aluno está se candidatando à vaga da segunda-feira, porém, o nível de formalidade é distinto, produzindo sentidos singulares (dada também a singularidade do enunciado). Vale a pena destacar que através da análise por um viés estrutural<sup>19</sup>, não seria possível perceber essa mudança de sentido, já que a estrutura sintática (conjunção + verbo + artigo + substantivo) se mantém nos três enunciados.

Ao ler esse primeiro *e-mail*, e através da observação das marcas linguísticas (“venho por este”; “portanto, pleiteio à segunda-feira”) que poderia soar como incomum na linguagem escrita de *e-mails*, é que se pode perceber a forma como opera o imaginário da escrita (e da escrita acadêmica) tendo em mente a história dessa prática como produção intelectual elitizada, que pode suscitar no imaginário a exigência do uso de expressões “rebuscadas”, muito próximas a alguns movimentos tradicionais literários. É nesse sentido que o discurso opera: inconscientemente situando o sujeito em uma posição sócio-histórica.

Além desse imaginário que opera na escrita, outros dois recortes chamaram atenção no que se refere à constituição de um imaginário do Laboratório como espaço para a prática de atividades de escrita

---

<sup>18</sup> A noção de enunciado para Foucault, que se difere da concepção da frase, da preposição e do ato de fala, compreende que todo enunciado tem sua existência material em relação com outros enunciados. Assim, “Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis” (FOUCAULT, 2013 [1969], p. 121).

<sup>19</sup> Gostaria de ressaltar que pela perspectiva teórica adotada, a análise não está voltada para os elementos estruturais, mas que se considera a relevância desse trabalho em outras pesquisas.

acadêmica. Um primeiro *e-mail* solicita ao LABEAL “uma conversa sobre como posso ter uma escrita acadêmica porém, simples e agradável”. Este enunciado produz o sentido (dentre os vários possíveis) de que o Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura, enquanto ambiente para a prática de escrita, proporcionaria uma “receita” de como se deve escrever na academia. Assim, pelo discurso pode-se compreender a formação imaginária do sujeito que se põe a dizer com relação ao projeto de extensão do Laboratório como um espaço que lhe daria um “método” de escrita já pronto. Essa visão sobre a prática de escrita escapa ao sujeito que diz e retoma a constituição escolar que se tem em voga na qual as atividades de escrita, muitas vezes, seguem uma metodologia estanque, um “receituário”. Por exemplo, as produções de dissertações que são recorrentes no ensino fundamental e médio e nos concursos de vestibulares, e que em geral reproduzem o esquema: um parágrafo de introdução, dois de desenvolvimento e um de conclusão. Dessa maneira, a história atravessa e constitui o enunciado, ou seja, é pela análise do dito que se percebe as configurações histórico-sociais sobre a escrita que perpassam o dizer do sujeito.

Sabendo que o enunciado reflete a noção da escrita já historicizada, percebe-se no recorte analisado uma visão de escrita depreendida do sujeito, em que o dizer se revela por ele mesmo, efeito, talvez, do modelo escolarizado de trabalhar o texto na escola. Conforme será abordado mais adiante com Pereira (2013), escrever é colocar-se em construção do conhecimento (até porque o pensamento não precede à linguagem) e é no próprio processo de escrita que o sentido se constrói. Entretanto, essa visão da escrita como passível de receita de bolo constitui o imaginário de muitos alunos que ingressam na academia. Além disso, ao optar pelo uso do “porém” um efeito de sentido produzido é que a escrita acadêmica é avessa à simplicidade (o que não deixa de ser uma prática verificável), como se fosse característico desse campo operar com a complexidade.

Por último, em um terceiro *e-mail* recebido, institui-se, novamente, o imaginário do Laboratório como espaço em que todos os problemas de escrita encontrados pelos alunos na academia serão resolvidos de imediato e de forma estanque. Trata-se de um *e-mail* resposta a um outro *e-mail* enviado ao estudante comunicando-lhe a impossibilidade de ingresso ao projeto por falta de vaga naquele momento, mas informando-o, também, que caso surgisse alguma vaga o mesmo seria chamado. Nessa ocasião, o sujeito diz: “Aguardarei na esperança de ser chamada”. Essa sequência discursiva pode indicar, como já dito, um imaginário que constitui o Laboratório de Escrita

Acadêmica e Leitura. Porém, além disso, também aponta para a própria dificuldade dos alunos se situarem na escrita acadêmica devido à sua complexidade, mas não apenas no que diz respeito ao conteúdo<sup>20</sup>, mas muito mais com relação ao seu próprio posicionamento enquanto autor do seu dizer (que não pode ser explicitamente seu) tendo em vista o discurso científico.

Para resumir, compreende-se que os dizeres outros que ecoam no discurso dos *e-mails* dos interessados em participar do projeto do Laboratório de Escrita Acadêmica, reverberam o imaginário que esses alunos têm a respeito dessa escrita (e também do LABEAL enquanto ambiente de prática dessa modalidade). Em um momento, o imaginário está atrelado à noção da escrita acadêmica como prática voltada às formas “rebuscadas”, próxima às literárias, e a um sujeito que tenta se inscrever em um discurso formal de maneira meio incerta, como se não soubesse exatamente como se posicionar. Já outras análises apontam para as formas como a escrita é historicamente constituída enquanto prática acadêmica decorrente do processo de escolarização, refletindo uma visão de um sujeito atravessado inconscientemente pela forma como as instituições sociais (escola e universidade) se configuram.

Assim, é notável a complexidade que a imagem da escrita acadêmica representa para os próprios acadêmicos, que o limiar entre o estar aqui (presente como autora de meu texto) e o estar na ciência (na objetividade, na idealizada neutralidade) se apresenta tênue demais: e agora, para onde vou? Essa posição-sujeito de ser acadêmico e mais de ser um acadêmico interessado em um projeto para praticar a escrita acadêmica reflete questões sobre a concepção de ciência, sobre a visão de que a escrita se aprende na prática de que não é preciso muito (basta ler e voalá!), e também sobre a inscrição do sujeito como autor de seu discurso. Nessa linha, intento pensar sobre como o sujeito se inscreve nessa escrita, tendo em vista esses imaginários que parecem ser assegurados pela forma como o discurso científico (e também o discurso acadêmico) se configura em busca de um efeito de objetividade. São a essas discussões sobre escrita, discurso científico e discurso acadêmico, a que me dirijo na próxima seção com o intuito de compreender como se

---

<sup>20</sup> Dito isso, não se quer dizer que o conteúdo é algo separado da linguagem, algo anterior à construção linguística, tampouco que os alunos que ingressam na academia não encontrarão dificuldades com os respectivos conhecimentos que deverão se apropriar. Concentro-me apenas nos aspectos da assunção à autoria e da complexidade que é essa questão na universidade e como ela afeta o processo de inscrição do sujeito na escrita acadêmica.

constitui o universo discursivo da escrita na universidade enquanto reprodutora da ciência em uma sociedade capitalista.



## 2 O DISCURSO DA ESCRITA ACADÊMICA

Antes de tentar caracterizar a escrita acadêmica, faz-se necessário, primeiramente, delimitar que tipo de escrita acadêmica está se tomando como objeto. Sob esse prisma, é preciso identificar quem é o sujeito que está posto nessa condição de produção de texto; bem como qual é o objetivo e o endereçamento dessa escrita. Dito de outro modo, é preciso levar em conta se aquele que escreve alça de um estatuto de pesquisador (titulado e já colocado profissionalmente) ou se é um estudante (neste caso, de graduação? De mestrado? De doutorado?), e escreve com que finalidade; para publicação em periódicos científicos, livros teóricos ou para atender a uma demanda de uma disciplina com vistas à avaliação, do texto e, por conseguinte, do estudante.

Apontadas essas implicações de “quem escreve?” e para que escreve?”, assinalo que, nesta pesquisa, o interesse com a escrita acadêmica é com aquela fruto, produto, resultado do modo de escrever realizado por sujeitos que se encontram na posição de aluno universitário que participam do Laboratório de Escrita Acadêmica e Leituras, e que tem por fim a escrita acadêmica compreendida como ascensão ao discurso científico (DC). No entanto, o modo de apropriação e de inscrição a esse discurso da ciência – materializado a partir da entrada no discurso acadêmico – acontece agenciado no âmbito do processo de ensino a aprendizagem dessa escrita, ou seja, atravessado pelo modo de funcionamento, também, do discurso pedagógico (DP). Dessa forma, para compreender o modo de operar a palavra nessa escrita, é interessante pensá-la como uma prática que se realiza entre o científico e o acadêmico para inscrever ao discurso científico aquele que o aluno escreve na academia.

Nesse sentido, este capítulo gira em torno da compreensão das condições de produção das resenhas que constituem o *corpus* de análise. De início, percorro algumas reflexões sobre ciência e discurso científico, com base em Foucault (1989; 2008; 2012) e Lyotard (2009). Em seguida, na tentativa de compreender como se dá o funcionamento do discurso acadêmico (DA), passa-se a refletir sobre como esse discurso pode distinguir-se e/ou aproximar-se do discurso científico, tendo em vista que as condições de produção das resenhas são constituídas através de uma relação dessas duas discursividades. Na sequência, discorro, mais especificamente, sobre a escrita acadêmica e sobre o Laboratório como um espaço que trabalha na confluência do DC e do DA, visando

contemplar questões sobre o modo de trabalho no LABEAL em relação ao imaginário, já comentado, sobre escrita acadêmica.

## 2.1 UNIVERSO DISCURSIVO: A CIÊNCIA E O SABER CIENTÍFICO

Tendo como pressuposto as proposições do campo da Análise de discurso, não se pode pensar em qualquer situação que envolva o uso de linguagem, sem remeter-se às condições de produção que tal prática social aponta, e na escrita acadêmica isso não pode ser pensado de forma diferente. Isso porque são as condições de produção que possibilitam a produção de sentidos que se entrelaçam com a memória (interdiscurso) e se situam em uma (ou mais) formação(ões) discursiva(s). Conforme Orlandi (2013) as condições de produção

[...] implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica (ORLANDI, 2013, p. 40).

Como já dito, é nessa teia de relações entre o material, o institucional e o imaginário que o discurso se institui como efeito de sentidos entre interlocutores. Desse modo, o sujeito, enquanto posição que assume no discurso, ao se inscrever (e ao mesmo tempo tentar se apagar<sup>21</sup>) na escrita acadêmica situa-se dentro das próprias limitações que as condições de produção dessa escrita implicam. Assim, ao me lançar ao dizer na escrita na academia, questões que perpassam os enunciados nesse meio e que constituem diferentes formações discursivas ecoam de forma diferente que em outros meios institucionais. Não se pode esquecer que a universidade alça um *status* de um espaço que se constitui como instituição de desenvolvimento do saber científico, lugar do discurso verdadeiro, que escamoteia os ecos das diferentes posições ideológicas, e, dessa forma, que se assenta em complexas relações de poder. Em virtude disso, é importante refletir

---

<sup>21</sup> Abordo essa noção de que o sujeito “tenta se apagar” na escrita acadêmica, devido à busca por um efeito de neutralidade e objetividade que, muitas vezes, constitui essa prática discursiva.



sobre a ciência e as mudanças que ocorreram no discurso científico bem como no papel do intelectual (LYOTARD, (2009[1979]); FOUCAULT, 2008[1968]; 2013[1969]).

De início, ressalto que este breve percurso histórico da ciência deve ser entendido como um modo como a linguagem, já tomada como ideológica, constrói uma história da ciência. Nesse sentido, não pretendo adotar uma postura que considere a história da ciência como contínua, como algo dotado de uma origem e que pode ser descrito de forma linear e cronológica. Isso porque adotar uma perspectiva desse caráter seria uma contradição ao próprio campo da Análise do Discurso, uma vez que olhar para a história como contínua reitera a visão de um sujeito soberano, como ressalta Foucault (2008[1968]):

A história contínua é o correlato da consciência: a garantia de que o que lhe escapa poderá lhe ser devolvido; a promessa de que todas essas coisas que a circundam e a ultrapassam lhe será dado um dia tornar a se apropriar delas, restaurar aí seu domínio, e encontrar o que é necessário chamar [...] sua morada. Querer fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o tema originário de qualquer saber e de qualquer prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. (FOUCAULT, 2008[1968], p. 86).

Desse modo, propõe-se observar o discurso em sua irrupção histórica, isto é, “apreender o enunciado na estreiteza e na singularidade de seu acontecimento; [...]” (FOUCAULT, 2008[1968], p. 93), na relação que ele estabelece com os outros enunciados, atentando para as condições de produção que regem os discursos. Assim, considera-se que a ciência se constitui de um “campo de possibilidades estratégicas” que se caracteriza como um princípio de formação e dispersão de enunciados que podem ser ditos em um determinado momento histórico, ou seja, que compõem as formações discursivas. Para esclarecer, de acordo com o autor:

Sob a denominação geral de ‘condições de possibilidade’ de uma ciência é preciso, portanto, distinguir dois sistemas heteromorfos. Um define as condições da ciência como ciência: é relativo ao seu domínio de objetos, ao tipo de linguagem

que ela utiliza, aos conceitos de que ela dispõe ou busca estabelecer; ele define as regras formais e semânticas exigidas para que um enunciado possa pertencer a essa ciência; é instituído seja pela ciência em questão, na medida em que ela coloca para si suas próprias normas, seja por uma outra ciência, na medida em que esta se impõe à primeira como modelo de formalização: de qualquer forma, essas condições de cientificidade são interiores ao discurso científico em geral e só podem ser definidas por ele. Outro sistema concerne à possibilidade de uma ciência em sua existência histórica. Ele é exterior a ela e não passível de ser sobreposto. É constituído por um campo de conjuntos discursivos que não tem o mesmo estatuto, o mesmo recorte, a mesma organização, nem o mesmo funcionamento das ciências às quais eles dão origem. (FOUCAULT, 2008[1968], p. 112).

Dessa forma, entende-se a ciência como um princípio que possui suas regras de estruturação sintática e semântica, de acordo com o objeto de que se fala, mas, além disso, como possibilidade histórica, isto é, como um discurso que se constitui de um grupo de enunciados que são possíveis de serem ditos em um momento histórico (formações discursivas) e que não, necessariamente, tem o mesmo funcionamento do que era compreendido como ciência em um momento anterior. Nesse sentido, ao tratar da ciência, busco observá-la, nos termos de Foucault (2013[1969])<sup>22</sup>, na perspectiva de uma investigação arqueológica para compreender de que forma o discurso científico se constitui. E, por conseguinte, compreender como se instaura e funciona o discurso acadêmico na confluência entre o científico e o pedagógico, isto é, compreender como o DA se caracteriza como reproduzidor ou replicador do discurso científico para assegurar também sua legitimidade e seu lugar no campo da “produção do saber”, como abordarei na seção 2.2.

Sabe-se que, historicamente, a ciência funda-se implicada com a verdade, sob a ilusão de um dizer verdadeiro, ou seja, um dizer que diz a verdade e essa verdade constrói o saber. Essa característica constitui a ciência enquanto campo de saber, mesmo diante das

---

<sup>22</sup> Ver: FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves – 8.ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013 [1969].

mudanças ocorridas aos postulados científicos. No entanto, na pós-modernidade<sup>23</sup> seu modo de organização tem se modificado acentuadamente, engendrando um estatuto de ciência diferente ao que se tinha até então. De acordo com Lyotard (2009[1979]), o pensamento científico moderno<sup>24</sup> pautava-se em duas metanarrativas, que são entendidas como formas de explicação do conhecimento e de apresentação de uma verdade, a da emancipação, de base marxista, e a do positivismo. Ambas as metanarrativas (ou paradigmas) buscam apresentar uma verdade absoluta, um consenso de unidade, que acaba por coincidir com uma visão de sujeito unitário, homogêneo.

O primeiro paradigma advoga o saber científico em benefício à humanidade de forma que pelo conhecimento se daria a emancipação do homem. Essa emancipação é necessária a partir do pressuposto que a sociedade é dividida em classes (dominante e dominada) e o conhecimento busca equalização. Além disso, os enunciados dessa corrente marxista são notavelmente prescritivos, ou seja, procuram firmar formas de conduta, baseados em um senso de justiça.

Já o relato positivista, ou especulativo, centra-se no conhecimento pelo conhecimento, ressaltando que a ciência possui normas para a verificação do verdadeiro ou falso. Os enunciados, nessa corrente, são denotativos (pelo seu “compromisso” com a verdade pura), mas também prescritivos porque a ciência estabelece normas que devem ser seguidas para que seja considerada como tal (LYOTARD, 2009[1979]). Em outras palavras, essa perspectiva reflete o posicionamento de uma ciência de verificação na qual o saber é algo que apresenta critérios passíveis de serem testados, verificados. Essa forma de conceber a ciência se aproxima, a meu ver, por um lado, das ciências exatas que se pautam em aspectos objetivos, abstratos e, portanto, destituídos de subjetividade, mas, por outro lado, não se afasta das ciências humanas, uma vez que estas também pautam-se pela prescrição do certo em

---

<sup>23</sup> Para Lyotard (2009 [1979]), o período pós-moderno se inicia a partir do final do século XIX com a expansão da tecnologia e da informática. Ressalto que não desejo, nesse momento, colocar em discussão a proposta que remete ao advento ou não da pós-modernidade. O propósito, aqui, é salientar que a ciência moderna ao ser comparada com a que vemos em nossa contemporaneidade, sofreu consideráveis modificações, com base no autor referido.

<sup>24</sup> Lyotard (2009 [1979]) define o pensamento científico moderno como aquele que se pautava nas metanarrativas iluministas (século XVIII) e marxistas (início do século XIX). Para o autor, a partir do final do século XIX instaura-se um outro momento que ele designa como a “pós-modernidade” em que perde-se a crença em visões totalizantes da história.

oposição ao errado e pela descrição do objeto alheio ao sujeito da escrita.

Ainda que Lyotard (2009[1979]) apresente tais paradigmas (emancipatório e especulativo) como característicos da modernidade, isso não quer dizer que eles ainda não estejam presentes em algumas formas de fazer ciência na ordem do contemporâneo, mas apenas que mudanças significativas ocorreram na ciência com os desenvolvimentos tecnológicos e informacionais a partir do século XX. Assim,

[...] o que vem se impondo é a concepção da ciência como tecnologia intelectual, ou seja, como valor de troca e, por isso mesmo, desvinculada do produtor (cientista) e do consumidor. Uma prática submetida ao capital e ao Estado, atuando como essa particular mercadoria chamada força de produção (BARBOSA, 2009 [1979], p.xiii).

Essa forma pós-moderna de conceber a ciência é centrada no desempenho, na relação custo-benefício e no utilitarismo, apagando o sujeito (e a sua [inter]subjetividade) que agora ainda mais assiste de longe ao seu próprio percurso, pois o conhecimento já não é nem para a emancipação humana nem para o conhecimento voltado para si mesmo, mas sim para o mercado de trabalho, para uma prática de produtividade incessante em que o acúmulo e circulação de informações é que está em jogo. Dessa forma, os estudantes que ingressam na universidade já são interpelados a fazer parte desse jogo de formação do saber científico, com o intuito de produzir produtos que possam circular nas redes e enriquecer seus currículos, sem se considerar a sua singularidade, a sua heterogeneidade e a sua posição como autor de seu dizer. O sujeito é apenas um meio (que poderia ser qualquer outro) de disseminar produtos (vendáveis) científicos que vão entrar em mercados globais, o que reflete na própria forma de o sujeito (não) se inscrever em sua escrita. Nesse sentido,

A universidade, por sua vez, enquanto produtora de ciência, torna-se uma instituição sempre mais importante no cálculo estratégico-político dos Estados atuais. Se a revolução industrial nos mostrou que sem riqueza não se tem tecnologia ou mesmo ciência, a condição pós-moderna nos vem mostrando que sem saber científico e técnico não se tem riqueza. [...] a competição econômico-

política entre as nações se dará aqui para frente não mais em função primordial da tonelagem anual de matéria-prima ou de manufaturados que possam eventualmente produzir. Dar-se-á, sim, em função da quantidade de informação técnico-científica que suas universidades e centros de pesquisa forem capazes de produzir, estocar e fazer circular como mercadoria (LYOTARD, 2009 [1979], p.xi-xii).

Em consonância com Lyotard (2009[1979]), Guimarães (2001) também demonstra essa relação da ciência, em específico da ciência brasileira, com o Estado e com a produção de riqueza, pois é o Estado que determina os recursos para a realização de pesquisas e, desse modo, impõe o tipo de pesquisa que será realizada nas universidades. Como Guimarães (2001, p. 99) pontua “Na medida em que a comunidade científica se faz locutor no interior do discurso de um órgão do Estado, ela não tem só a si como interlocutor, mas também o Estado e o Governo.”. O autor afirma ainda que, a partir da década de 70, o intelectual passou a compreender que a produção científica não é apenas para a produção do conhecimento e, por isso, não pode ser descolada daquilo que a tornou possível e de questões que abrangem pragmatismo e utilitarismo social (e de mercado). Assim, a produção de ciência não é vista como algo que pode ser feito livremente, mas que depende de financiamento público sendo este um fator de controle do saber científico pelo Estado (GUIMARÃES, 2003, p. 194).

Ainda sobre a relação do Estado e da ciência no jogo econômico mundial, Orlandi (2003, p. 15) desenvolve reflexões sobre como o Brasil se configura, até então, como um país com pouca legitimidade científica e ressalta “Nós, cientistas brasileiros, para nos legitimarmos intelectualmente, sempre precisamos citar algum cientista estrangeiro de importância reconhecida ou não[...]”. Nessa mesma perspectiva, Morello (2003) desenvolve um estudo sobre a formação de conhecimento no Brasil e aponta textos, entre os anos de 1956 e 1970, que colocam o Brasil como um país primitivo na constituição de saber científico, e restrito ao “pensamento concreto”, e que reverbera essa ideia de que a ciência no Brasil necessita reportar-se ao exterior.

Outro aspecto relevante a ser tratado com relação às modificações ocorridas no fazer científico é o papel do cientista. Em consonância com a visão de Lyotard (2009[1979]), Foucault (1989 [1979]) aborda as modificações do papel do intelectual que, na ciência moderna, se

caracterizava por ser o portador de grandes verdades universais e que buscava por equalização social, e que na ciência pós-moderna, nos termos de Lyotard (2009[1979]), o intelectual é o especialista, aquele que limita seu trabalho em áreas determinadas. Este tipo de intelectual: “[...] é alguém que ocupa uma posição específica, mas cuja especificidade está ligada às funções gerais do dispositivo de verdade em nossas sociedades” (FOUCAULT, 1989 [1979], p. 13). Além disso, esse perfil do pesquisador como especialista de uma determinada área fechada pode implicar uma ciência da “[...] hiperespecialização, do parcelamento e da fragmentação do saber.” (MORIN, 2000 apud CALDAS, 2003, p. 79).

Desse modo, a ciência é também determinada por questões econômicas e de poder que configuram a sociedade capitalista. Assim, é preciso compreender a escrita acadêmica como perpassada por esses moldes instituídos pela ciência e seu papel com a verdade e com a produtividade, em que o saber é um mecanismo de poder (FOUCAULT, 2012 [1970]; 2013 [1969]). Ainda, ressalto que tanto os aspectos da ciência moderna, especialmente no que tange ao estatuto de verificação do discurso verdadeiro, quanto os da pós-moderna (voltados à hiperespecialização e produtividade) são perceptíveis nas formas contemporâneas de constituição do saber científico, e que ambas podem implicar o apagamento do sujeito que diz, na medida em que podem se restringir ao efeito de neutralidade e objetividade, pela necessidade do comércio intelectual que se pauta em um efeito de discurso verdadeiro. Além disso, as condições que permeiam os discursos científicos acabam por colocar o sujeito em um entre-lugar (entremeio) no qual ao mesmo tempo em que se instaura a necessidade de dizer algo novo, tendo em vista também essa competitividade e produtividade científica, esse dizer deve apagar a voz daquele que diz em nome de uma manutenção da verdade, de uma “pureza” científica (LYOTARD, 2009 [1979]).

No que diz respeito ao saber, conforme Foucault (2013 [1969], p. 220), considera-se que “[...] não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma”. Nesse sentido, o saber científico pode ser definido pelas práticas discursivas que permeiam a ciência e esta só pode ser definida pelo saber que a constitui. Desse modo, o saber não se caracteriza como um sinônimo de ciência, mas sim como um conjunto de elementos formados a partir de um grupo de enunciados que se inserem em uma mesma formação discursiva, neste caso, a do discurso científico. Em outras palavras, o saber é o lugar em que a ciência se constitui historicamente. Assim,

Analisar as formações discursivas, as positivities e o saber que lhes correspondem não é atribuir-lhes formas de cientificidade, é percorrer um campo de determinação histórica que deve dar conta, em seu aparecimento, persistência, transformação e, eventualmente, em seu apagamento, de discursos dos quais alguns são ainda hoje reconhecidos como científicos, outros perderam esse estatuto, alguns jamais o adquiriram, enquanto outros jamais pretenderam adquiri-lo. **Em uma só palavra, o saber não é a ciência no deslocamento sucessivo de suas estruturas internas, é o campo de sua história efetiva.** (FOUCAULT, 2008[1968], p. 112, grifos meus).

Dessa forma, Foucault (2008[1968]) salienta que o lugar de surgimento de uma ciência não pode ser definido apenas a partir da noção das estruturas formais de um discurso científico (o que o autor chama de extrapolação epistemológica), nem caracterizado com base na ideia de que a organização interna de uma ciência pode ser definida somente através dos aspectos exteriores a ela (o que ele chama de extrapolação genética), já que a primeira pode reduzir a historicidade ao domínio da ciência e a segunda limita a cientificidade à história. O que o autor pontua é que o desenvolvimento da ciência se dá a partir do “[...] campo do saber com o conjunto de relações que o atravessam.” (FOUCAULT 2008[1968], p. 113). Por fim, reitero que essas relações, longe de serem neutras, são constituídas pelo poder e permitem que o saber se constitua como um forte fator no desenvolvimento econômico.

## 2.2 O DISCURSO CIENTÍFICO E O ACADÊMICO: PONTOS DE (DES)ENCONTROS

Após a apresentação desse percurso histórico da ciência e, também, de alguns conceitos que corroboram o entendimento da concepção de ciência aqui utilizada, procuro responder a questão: como se dá, então, o funcionamento dessa ordem do discurso científico (DC)? Para isso, trago as contribuições da aula inaugural de Foucault (1970) na qual o autor desenvolve o que ele denomina “procedimentos de controle e de delimitação do discurso” e que caracterizam, entre outros, o discurso da ciência.

Para o filósofo esses procedimentos de controle são divididos em princípios externos, internos, e de sujeição do discurso. Para a presente pesquisa me deterei aos procedimentos externos e internos, já que eles se relacionam à própria constituição do discurso (e não do sujeito do discurso) e, desse modo, podem ser observados no discurso científico. Os princípios externos de exclusão e de delimitação do discurso põem em jogo o desejo e o poder e se dividem em interdição, separação e rejeição e vontade de verdade. A interdição consiste no estabelecimento de restrições e proibições discursivas, ou seja, nem tudo pode ser dito por qualquer um de qualquer lugar. É com base nesse entendimento, que Foucault (1970) aponta três tipos de interdição: tabu do objeto, ritual da circunstância e direito privilegiado do sujeito que fala. Essas formas de interdição são presentes no discurso científico, pois, sabe-se que alguns objetos, como a sexualidade, restringem as práticas discursivas, e que na academia para poder realizar um artigo, por exemplo, é preciso passar por um “ritual” que reforça o direito privilegiado de certas posições-sujeito, embasando a discussão em textos já considerados científicos.

Ainda sobre os princípios externos, Foucault (1970) trata da separação e rejeição pensando nos discursos sobre a loucura e a razão. Para o autor, é no e pelo discurso que a sociedade reconhece a loucura do sujeito tido como louco e, como já mencionado, é através da constituição da psiquiatria como ciência médica que pode realizar diagnósticos sobre doenças mentais, que o sujeito considerado louco é segregado daquele que não o é. Assim, a definição de louco se dá pelo discurso que separa a loucura e a razão.

A vontade de verdade, o último procedimento externo que constitui o discurso e que parece constituir o discurso científico de forma ainda mais acentuada, está relacionada à oposição entre o verdadeiro e o falso, oposição muito relevante para a constituição (ou não) de uma ciência. Como se sabe, a vontade de verdade é constitutiva do ser social e as formas de atingi-la se diferenciam conforme uma dada época. É diferente pensar na forma como a verdade se estabelecia na Idade Média, por exemplo, com a forte influência da religião e a forma como ela se dá em nossa contemporaneidade que se baseia na forma-sujeito-de-direito. O discurso verdadeiro, em uma época pertencente a entidades místicas e religiosas, contemporaneamente se legitima na ciência e nas formas como o saber é organizado e distribuído em nossa sociedade (FOUCAULT, 2012 [1970]). Nesse sentido, a “[...] vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie



de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 2012 [1970], p. 17).

Com relação aos princípios internos, Foucault (2012[1970]) entende que os discursos possuem mecanismos que exercem o seu próprio controle. Nesse sentido, propõe o pensador, a divisão em três procedimentos que operam como procedimentos internos aos discursos: o princípio do comentário, o do autor e o da organização das disciplinas. O comentário é entendido como um desnível entre dois textos, isto é, como um deslocamento que transita entre a repetição de um texto-fonte e a construção de novos discursos. Esse procedimento pode ser observado de forma recorrente no discurso científico e compõe as resenhas acadêmicas aqui analisadas na medida em que elas se reportam ao texto-fonte e o sintetizam, porém, saliento que as resenhas não se limitam a isso, pois, há nessa forma de comentário do texto-fonte uma entrada para o novo, para um dizer próprio daquele que comenta o dizer do outro. Nos termos de Orlandi (2013), uma entrada para a polissemia. No entanto, é importante acrescentar que o texto segundo (o comentário, que neste caso constitui a resenha), ainda que possa apresentar diversas manifestações discursivas distintas do texto primeiro, sempre estará atrelado ao texto-fonte, pois o comentário não exerce outro papel “[...] senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*.” (FOUCAULT, 1970 p. 24). Em outras palavras, mesmo que o comentário amplie os dizeres do texto-fonte, sempre será necessário que este texto seja dito e realizado novamente.

O comentário está, enquanto princípio de controle do discurso, atrelado à autoria visto que essa produção textual relaciona duas manifestações de autoria: a do autor do texto-fonte e do autor-comentarista (que pode aparecer mais ou menos no comentário). Essa relação é importante para se pensar o discurso científico, pois, esse jogo de autoria, muitas vezes, está presente em diferentes produções textuais (resumos, resenhas científicas, artigos) no âmbito científico e também acadêmico.

No que diz respeito à autoria, primeiramente, enfatizo que a concepção de autoria de Foucault se difere em parte da desenvolvida por Orlandi (2013), na perspectiva da Análise de Discurso. Para Foucault, a função-autor é característica, somente, do “[...] ao ‘modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior da sociedade.’” (FOUCAULT, 2001, p. 277). Assim, o autor exclui a concepção de autoria de algumas práticas discursivas, como cartas, contratos, e enfatiza esse funcionamento nos chamados “fundadores de discursividade”, como por exemplo, Freud e Marx, que são aqueles que

desenvolveram, além de sua obra, “[...] a possibilidade e a regra de formação de outros textos.” (FOUCAULT, 2001, p. 284). Em contraposição, no campo da Análise do Discurso, Orlandi amplia esse entendimento e entende a autoria como função do sujeito constitutiva de toda manifestação discursiva que envolve práticas de escrita<sup>25</sup> e como princípio que garante o efeito de unidade, de fecho e de coerência de um texto<sup>26</sup>. Entretanto, mesmo com essas diferenças teóricas, o que é relevante para que se possa compreender a ordem do discurso científico, e que vai ao encontro de ambas as perspectivas, é que o autor, enquanto princípio de agrupamento do discurso, também se caracteriza como um procedimento de delimitação do discurso científico, já que limita a construção do dizer. Acrescento, ainda, que para a constituição do próprio autor, na escrita científica, o sujeito precisa se submeter a toda essa ordem discursiva (com os mecanismos internos, externos e de sujeição) e tentar estabelecer uma unidade que tenha o verdadeiro como base.

Atrelado à autoria e ao comentário, as disciplinas também delimitam o discurso através da sua própria constituição que está em permanente reatualização. Nesse campo, assim como nos demais, há um conjunto de proposições que podem ser consideradas verdadeiras sendo elas agrupadas em um conjunto de regras e definições, de técnicas e de instrumentos. Como Foucault (2012[1970]) exemplifica, para que uma proposição seja encaixada dentro da disciplina da botânica, por exemplo, é preciso que ela fale da estrutura da planta (e de outros aspectos que concernem à botânica), e que se enquadre dentro do campo teórico dessa disciplina. Em outras palavras, para que um enunciado pertença a uma disciplina ele precisa se manter no que é possível ser dito a respeito dessa disciplina em um determinado momento histórico. (FOUCAULT, 1970). Cabe, ainda, lembrar que as disciplinas se opõem ao princípio do autor e do comentário, uma vez que elas são definidas por um domínio de objetos e técnicas tomados de um sistema anônimo, enquanto que o princípio do autor, sobretudo, mas também o do comentário edificam-se pelo propósito de novas formulações. A respeito desses mecanismos de controle internos, Foucault (2012[1970]) complementa:

---

<sup>25</sup> Por práticas de escrita se entende práticas discursivas que podem ser características do discurso de escrita (D.E), mas que não necessariamente se consolidam de forma escrita, podendo se manifestar, então, em práticas orais. Apresentarei mais a frente essa discussão conforme Gallo (1995).

<sup>26</sup> Tratarei dessa questão mais detalhadamente no capítulo três.

Geralmente se vê na fecundidade de um autor, na multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina, como que recursos infinitos para a criação dos discursos. Pode ser, mas não deixam de ser princípios de coerção; e é provável que não se possa explicar seu papel positivo e multiplicador, se não se levar em consideração sua função restritiva e coercitiva. (FOUCAULT, 2012 [1970], p. 34).

Dessa forma, ao se compreender o discurso a partir desses mecanismos implicados com o poder e com a instauração de verdades, Foucault (1989[1979]) questiona quais as regras que possibilitam que um determinado enunciado (e não outro) se instaure no lugar do verdadeiro. Nessa esteira, o filósofo problematiza a constituição dos efeitos de verdade nos discursos que não apresentam, por si só, o estatuto de verdadeiro ou falso. Ainda acrescenta que essa configuração do dizer como verdadeiro implica o poder, conforme o autor:

O importante, creio é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...] A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos; a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1989 [1979], p. 12).

Assim, Foucault (1989 [1979]) amplia a questão do poder para além das instâncias econômicas (sem excluí-las) e o caracteriza como mecanismo que não se restringe à repressão, mas que constitui toda relação social. Além disso, afirma que o poder está imbricado ao discurso verdadeiro, ou discurso da ciência, ou seja, que o saber se constitui em relações de poder. Aproximo esse jogo entre saber e poder, à visão de Lyotard (2009[1979]) que, como já dito, assevera a

universidade como espaço de luta política e econômica no mercado global e que se pauta na produção de discursos verdadeiros. Ou, nas palavras de Foucault (1989 [1979], p. 13) há uma luta “[...] em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha”.

Percebe-se, então, que esses procedimentos do discurso podem ser observados na constituição do discurso científico, enquanto discurso que apresenta restrições externas e internas implicadas com o poder. Em consequência, compreendo que esses mecanismos constituem as condições de produção de textos no meio universitário, ou seja, que eles podem constituir o discurso acadêmico (DA). Conforme Taschetto (2004):

No discurso acadêmico, as portas parecem estar abertas àqueles que já têm alguma experiência em pesquisa. Estes podem nomear-se *eu*. Aos demais, seu acesso à Academia fica sujeito às normas de nomeação instituídas *a priori*. Assim, os procedimentos de exclusão do círculo acadêmico são colocados sutilmente: há interdição, principalmente do modo como alguma coisa pode/deve ser dita no momento em que não é permitido a qualquer um dizer qualquer coisa. (TASCETTO, 2004, p. 01.).

Desse modo, os princípios de delimitação do discurso aproximam o DC do DA os constituindo em uma rede de poder que opera no nível econômico e político, especialmente, no que tange ao discurso verdadeiro, ou seja, aquilo que pode ser comercializado como verdade (ciência). Assim, qual(is) seria(m), então, o(s) ponto(s) que diferenciaria(m) esses dois tipos de discurso?

Primeiramente, ressalto que, a partir das leituras realizadas sobre discurso científico e acadêmico, não foi possível perceber estudos que abordem mais especificamente uma diferenciação entre o DC e o DA. Mesmo Taschetto (2004), que aborda a questão do discurso acadêmico, não se detém a elaborar uma distinção entre esses discursos nesse texto referido. Por isso, proponho pensar sobre questão colocada, a partir dos estudos realizados e dentro das limitações que esse tema parece ainda apresentar.

A partir dessas considerações, para tentar responder a essa pergunta é importante reiterar a questão de que é preciso pensar na escrita acadêmica tendo em vista “quem escreve” e “para quem se escreve”, pois, são essas especificidades das condições de produção dos

textos que possibilitam o melhor entendimento do funcionamento do discurso científico e do discurso acadêmico como instâncias distintas, porém, sobrepostas. Nesse sentido, no que tange ao modo de funcionamento do discurso acadêmico (DA) no LABEAL, cabe dizer que esse discurso pauta-se pelo dizer da ciência (DC) mas, também, está imbricado, sobremaneira, pelo discurso pedagógico (DP), visto que a escrita acadêmica com pretensões ao científico acontece – nesse espaço – no ponto de confluência do processo de ensino e de aprendizagem dessa escrita. Assim, o Laboratório se constitui no entremeio do discurso científico (DC) e do discurso acadêmico, tópico esse que será abordado com maior especificidade na seção 2.3.

Para compreender melhor essa relação entre o DA e o DC, pode-se citar como exemplo uma monografia que se insere no discurso acadêmico para produzir o discurso científico, sendo que essa produção se constitui afetada pelas marcas do processo de aprendizagem, que podem ser entendidas como características do discurso pedagógico sobre o acadêmico. Outro exemplo seria a produção de um artigo científico que pode ou não estar afetado pelo pedagógico. Quando este for tomado como objeto para o estudante “aprender” a caracterização, constituição e produção desta prática discursiva enquanto determinada por um pré-construído do que se espera de um artigo, inscreve-se no acadêmico que versa sobre o científico, mas não descola-se do pedagógico. Já quando o artigo tem como foco primeiro a publicação em periódico científico, insere-se, também, no acadêmico como possibilidade deste dizer sobre a ciência, mas não mais se vê acoplado ao discurso pedagógico, não ao menos como aquele que funciona nos processos de ensino e aprendizagem.

Assim, o discurso acadêmico se relaciona com o pedagógico e não se configura como discurso *da* ciência necessariamente; portanto DA e DC não devem ser tomados como sinônimos. Disso aponto que o discurso acadêmico não é o discurso científico; é um discurso *sobre* a ciência em que a própria ciência se constitui. A partir do exposto, entende-se que o DA – quando tomado como objeto de ensino e aprendizagem – volta-se para o ensino do discurso da ciência, com o processo de produção de conhecimento e, ao mesmo tempo, constitui a produção científica.

Desse modo, pode-se dizer que ocorre uma mediação do discurso científico para o acadêmico, feita em geral pelo professor, e que perpassa o discurso pedagógico. Sobre mediação é relevante compreender que:

[...] mediar, na perspectiva discursiva, significa passar de uma forma material (social, histórica e ideológica) para outra forma material. Esse trabalho impossibilita a manutenção de um mesmo sentido, já que são as condições históricas, sociais e ideológicas que determinam o sentido dos textos.” (GALLO, 2011, p. 666).

Nesse sentido, não se compreende que a resenha de um texto científico e o próprio texto, por exemplo, constituem uma mesma forma material, mas condições de produção distintas que produzem efeitos de sentido distintos. Bem como a produção de um artigo para uma disciplina em uma graduação se difere de um artigo produzido para uma revista científica, justamente por essa relação do DC com o DA que parece se situar entre o discurso científico e o pedagógico. Desse modo, o passo entre o discurso acadêmico e o discurso científico requer a mediação do professor que procura desenvolver um saber científico. Essa mediação é possível pelo discurso pedagógico que constitui o discurso acadêmico e possibilita a instauração do científico.

### 2.3 ESCRITA ACADÊMICA NO LABORATÓRIO DE ESCRITA ACADÊMICA E LEITURA (LABEAL)

Antes de adentrar ao funcionamento do Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura e sua relação com o discurso acadêmico e científico, é preciso abordar a concepção de escrita adotada tanto nesta pesquisa quanto no trabalho com os alunos no LABEAL. Isso porque, diferentemente de uma concepção que se pauta na ideia da escrita como um modelo a ser desenvolvido, isto é, como uma capacidade que os alunos precisam adquirir, compreende-se a escrita como prática social e ideológica situada historicamente. Nesse sentido, ela é sempre concretizada tendo em vista relações entre o sujeito-autor que escreve e o leitor. Além disso, de acordo com Pereira (2013), é pelo próprio processo de escrita que se pode mudar de direção, tomar outros rumos (ou ainda criar um rumo) e desenvolver ideias, conceitos. Assim, a escrita pode, também, ser algo que as pessoas fazem para si mesmas, no sentido de que ela faculta a construção do pensamento, mas que sempre se constitui pelo outro e pela história.

Para pensar em como a escrita se constitui como uma prática ideológica e, conseqüentemente, para ampliar a perspectiva adotada de escrita, entendo ser relevante traçar um percurso histórico dessa prática

discursiva fazendo um paralelo com a oralidade, conforme Gallo (1995). Neste trabalho, a autora parte justamente da problemática das similitudes e diferenças da constituição do discurso da oralidade e da escrita e aponta questões relevantes acerca dessas diferentes práticas discursivas.

De início, é importante compreender que já na Idade Média as práticas discursivas de escrita reverberavam uma visão da escrita como prática desambiguizada, que apresenta um sentido único e que não possui rupturas, em oposição à oralidade como prática ambígua e incompleta. Segundo Gallo (1995, p. 47. grifos da autora), nesse mesmo período histórico “[...] a *Escritura* era a *única escrita possível. Escritura e Escrita se identificavam*.” Por *Escritura* entende-se a Palavra Sagrada ou de Deus que se constituía pelo latim. Ao se relacionar com a religião, essa escrita implicava em uma Palavra que deveria ser ouvida sem questionamento, pois se constituía pela divindade, e que, conseqüentemente, se pautava nessa visão da linguagem como transparente.

Na seqüência, com a influência do estabelecimento das leis pelo Estado, as práticas de escrita se ampliaram para além da religião, fazendo com que os contratos jurídicos, antes feitos oralmente, passassem a ser escritos. Essa transcrição da oralidade para a escrita dos contratos entre a nobreza e a vassalagem era feita na língua da corte, justamente para que essa língua falada passasse a ser legitimada frente ao latim, língua utilizada nos centros religiosos. Esse fato reforça, conseqüentemente, ainda mais o estatuto privilegiado da escrita frente a oralidade, pois, ter uma variedade linguística em forma de escrita significa ter o poder de instituir um sentido único e sem ambigüidades (GALLO, 1995). Porém, como se sabe, essa noção de sentido único é, apenas, um efeito ideológico, como a autora aponta:

Fica claro que esse sentido único é um efeito ideológico, já que o fato de se transcrever uma ‘variedade linguística’, mesmo sendo aquela produzida pela nobreza, não se mostrou suficiente para que esse sentido único se produzisse. Para tanto se fez necessário um processo que se estende por séculos. Se a produção de um sentido único e desambiguizado fosse uma propriedade intrínseca da Escrita, bastaria a transcrição acontecer para que ele fosse produzido. A Igreja, detentora da produção escrita (em língua latina), e por isso mesmo, detentora do saber, conservaria, ainda,

por muito tempo, o direito de dizer a última palavra, aquela que determinava ‘o sentido verdadeiro’. (GALLO, 1995, p. 49).

É nesse sentido que se vê, ainda, concepções de escrita como prática passível de ser ensinada através de um modelo, que visa, muitas vezes, suprimir as ambiguidades e “incoerências” do texto como se o sentido fosse um único só e estivesse ali na materialidade linguística. E é esse um dos imaginários que desponta nas leituras de alguns *e-mails* dos interessados no LABEAL, como já visto, e que abarca um entendimento (não consciente ao sujeito necessariamente) da língua como transparente. Outro imaginário que foi perceptível nos *e-mails* pode, também, ser relacionado com esse histórico da escrita como uma prática de prestígio e que se caracteriza pelo uso de elementos formais.

Com o advento do Iluminismo, poderia se pensar que a substituição da fé pela razão possibilitaria que a escrita, ao se desvincular da Palavra Sagrada, fosse compreendida diferentemente. Porém, nessa época, a escrita se mantém, como a Escrita (religiosa), como prática legítima de um único sentido enquanto a oralidade é não legitimada. É interessante acrescentar que, ao relacionar escrita e oralidade, Gallo (1995) propõe os chamados tipos de oralidade que são relevantes para situar que algumas produções orais possuíam maior prestígio do que outras, na medida em que se situavam mais próximas à escrita. A oralidade de tipo 01 é aquela que se opõe à escrita, enquanto a oralidade de tipo 02 seria a “oralização” da escrita, ou seja, uma prática discursiva que envolve características mais formais, produz o efeito de completude da linguagem e que constituía os cultos religiosos. Essa proposta de tipos de oralidade possibilita, como pressuposto, que essas duas práticas sejam entendidas como imbricadas, constituindo-se a partir da relação que estabelecem entre si, e não como práticas isoladas.

No que tange à legitimação de uma prática discursiva, Gallo (1995) assevera, a partir da observação dessa relação da oralidade e da escrita na Idade Média e após o advento do movimento intelectual Iluminista, que:

[...] não é o léxico, nem a sintaxe que legitimam uma produção linguística. Na verdade, um e outro são produtos de um processo histórico e político. A legitimidade da Norma é um efeito ideológico, efeito este que concorre para a produção de um sentido ‘único’. (GALLO, 1995, p. 51).



Desse modo, não é a prática em si de escrita, nem o seu léxico, que a torna mais prestigiada do que a prática oral, mas sim, o efeito ideológico de produção de um sentido único e desambiguizado. É importante frisar que esse sentido é instituído por aqueles que podem se colocar nesse lugar discursivo, como era o caso da religião na Idade Média. Contemporaneamente, a ciência pode ser pensada como uma das instituições que ocupam esse lugar.

Ainda no que concerne à legitimação da escrita, diferentemente do processo que se deu na Europa em que as variedades linguísticas passaram por um processo de legitimação, a partir da escrita em línguas outras que não o latim, no Brasil a língua se constituiu em um processo de disciplinação. Isso porque a língua brasileira, em princípio oral, passa pela transcrição escrita com a imposição do saber da língua portuguesa, a língua daqueles que possuíam poder político e econômico, ou seja, os colonizadores. Nesse caso, através da catequese dos jesuítas, se legitima a língua portuguesa como aquela que deve ser aprendida e se deslegitima a língua oral indígena. Nas palavras de Gallo (1995, p. 52): “[...] *O Brasil será dito pela Língua Portuguesa e esta lhe imputará o verdadeiro sentido.*”. Essa questão é, ainda, apontada pela autora como um ponto paradoxal na constituição do autor brasileiro, pois, “[...] Ao mesmo tempo que está na base de uma produção ‘original’, só se realiza dentro de um campo discursivo já cunhado e devidamente legitimado.” (GALLO, 1995, p. 54). Esse paradoxo que constitui a autoria brasileira se aproxima do que Orlandi (2003) pontua na constituição do intelectual brasileiro como sempre dependente de autores estrangeiros, pois, são duas questões que podem limitar a “originalidade” de um autor brasileiro.

Na contemporaneidade, apesar da escrita ainda possuir esse *status* legitimado em relação à oralidade, especialmente por esse efeito de sentido único, suas práticas se ampliaram consideravelmente com o uso dos recursos tecnológicos. Assim, a escrita passou a fazer parte também das interlocuções cotidianas, como exemplo o uso do aplicativo de celular *whatsapp*, e esses usos têm modificado o próprio estatuto da escrita agora cada vez mais diluída e imbricada na oralidade e na linguagem não verbal. Em relação a isso, é importante comentar que Gallo (2011) propõe a noção de “**ESCRITAORALIDADE**” para falar, justamente, das mídias digitais e sua relação com a escrita e com a autoria. Para a autora, as mídias sociais como *Facebook*, *Twitter*, *Google*, entre outras, se fundam na internet e criam uma nova discursividade, na medida em que elas “[...] não são somente o suporte

da linguagem, mas elementos constitutivos do sentido.” (GALLO, 2011, p. 411). Nesse sentido, a autora afirma que, com base em Orlandi (2010), na internet os sujeitos são constituídos pela memória metálica que se configura pelo acúmulo de informações que foram ditas em diversos lugares e que formam uma rede infinita de possibilidades de arranjo desses dizeres. E é esse arranjo que muitos sujeitos fazem ao modificar, complementar e compartilhar textos advindos de outros lugares e criarem novos textos, a partir da textualização, de ditos diversos. Assim,

Esse fato produz, como consequência uma quase indistinção entre o que é Discurso da Escrita e o que é Discurso da Oralidade, ou seja, o instantâneo passa a ser o definitivo e processos discursivos estão permanentemente em curso. Através dessa prática, cada vez se diluem mais as fronteiras históricas, sociais e ideológicas que separam as duas formas de produção de sentido, aquela originada na discursividade oral e aquela originada na discursividade escrita. (GALLO, 2011, p. 418).

Desse modo, o discurso da **ESCRITAORALIDADE** é um discurso que não se caracteriza da mesma forma como a escrita, do modo que pontuei historicamente, pois, a sua constituição e a sua autoria múltipla faz com que ele se afaste das instituições de poder e esteja imbricado nessa rede de informações instantâneas que é a internet. Entretanto, essas práticas de escrita, a meu ver, não possuem o mesmo estatuto e legitimação que a escrita acadêmica, por exemplo, que busca pelo efeito de sentido único em consonância com as primeiras práticas de escrita e se situa em um lugar discursivo de legitimidade pela sua relação com o discurso científico.

Para finalizar essa relação entre escrita e oralidade, trago a concepção de Discurso de Escrita (D.E) e Discurso de Oralidade (D.O) proposta por Gallo (1995), pois essas duas instâncias se relacionam com a autoria. Primeiramente, ressalto que é possível que textos tanto na forma escrita como na oral constituam um D.O ou um D.E, isso porque a relação entre esses dois discursos é constituída pela história e não se limita à forma utilizada. Nesse sentido, Gallo (1995, p. 100) acrescenta

que a “passagem”<sup>27</sup> de um D.O para um D.E “[...] pressupõe duas instâncias: produzir um texto que se inscreva no D.E. e saber ‘como’ se produz tal texto.”. Em outras palavras, um Discurso de Escrita é aquele que se inscreve em um discurso institucional (relacionado a uma instituição como jornal, rádio, universidade, entre outros) e rompe com a forma de produção de textos, muitas vezes, encontrada nas escolas que se baseia em um modelo de como um texto deve ser feito e que se restringe à réplica desse modelo base. Ao produzir um texto que se insere no D.E o sujeito está, de fato, compreendendo (ainda que não conscientemente) como o texto é produzido, em especial, por reconhecer a ambiguidade constitutiva do dizer, isto é, perceber que o sentido não está já posto no texto, e se inscrever na posição de autor como responsável por aquilo que diz e, ainda, buscar um efeito de fecho e de unidade. Esse efeito de fecho e unidade se caracteriza, de acordo com Gallo (2008), como da ordem do TEXTO enquanto efeito da prática de TEXTUALIZAÇÃO. Seguindo essa lógica, a autora propõe o conceito de:

[...] TEXTUALIZAÇÃO, que deve ser compreendido enquanto prática de fixação, de ‘escrituração’ de um fragmento. Nessa perspectiva não se tem jamais um texto em si (como objeto). O que se tem é um fragmento determinado, estabilizado, resultado de um trabalho, um funcionamento: a prática de sua produção. (GALLO, 2008, p. 43).

Dessa forma, entende-se a TEXTUALIZAÇÃO como a prática de constituição de um TEXTO que envolve o processo de (re)escrita e produção de sentidos de acordo com as condições de produção. Nesse sentido, entende-se o TEXTO como efeito da TEXTUALIZAÇÃO, ou seja, “[...] não há TEXTO enquanto um objeto que tenha uma existência independente da prática de sua produção (ou de sua reprodução). Na verdade, é a prática de TEXTUALIZAÇÃO que produz o TEXTO.” (GALLO, 2008, p. 43). Assim, cada prática de leitura pode suscitar diversas reescritas que fazem parte da prática de constituição do TEXTO enquanto efeito (efeito-TEXTO).

---

<sup>27</sup> Em seu trabalho *Como o texto se produz: uma perspectiva discursiva* Gallo (2008) amplia essa discussão sobre o D.E e o D.O e afirma que essa “passagem” de um discurso para o outro se dá através da prática de TEXTUALIZAÇÃO. Trabalharei com mais ênfase essa noção no capítulo 3.

Destarte, enfatizo que o trabalho no Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura se baseia, justamente, nessa prática de TEXTUALIZAÇÃO, ou seja, em realizar também a “passagem” do D.O para o D.E, em específico para o Discurso de Escrita acadêmica, para que o sujeito não se limite a produzir um texto, mas possa compreender o modo como ele foi desenvolvido e, além disso, perceber como o sentido escapa, muitas vezes, daquilo que se imagina que se está dizendo, ou seja, como o equívoco constitui a linguagem. Assim, o que se propõe nas atividades do LABEAL vai de encontro, propriamente, a uma visão de escrita como modelo a ser desenvolvido que, como já visto, constitui um dos imaginários reverberados nos *e-mails* de alguns participantes. O que se propõe, então, é salientar a opacidade constitutiva da linguagem pela explicitação dos vários sentidos que podem estar ali no dizer do sujeito e, com isso, facultar a compreensão do funcionamento da escrita como prática discursiva que apresenta diversas rupturas, mas que busca o efeito de completude. Dessa forma, o aluno pode compreender o D.E e não apenas reproduzi-lo.

Nessa acepção, a partir dessa compreensão da visão de escrita adotada e do trabalho no LABEAL com a TEXTUALIZAÇÃO, surge a necessidade de tratar de questões relacionadas à especificidade da escrita acadêmica. Desse modo, é importante reiterar que essa escrita é determinada por uma visão de saber científico que se institui em complexas relações de poder e que demanda que o sujeito que diz “se apague”<sup>28</sup> enquanto autor do seu dizer em nome de um efeito de objetividade que reflete a busca constante pela verdade “pura” e intocada pelo sujeito. Nesse sentido, escrever na academia não é uma tarefa simples e muitos alunos ao ingressarem na graduação e na pós-graduação encontram dificuldades para se situar nesse lugar que requiere esse efeito de objetividade. Assim, desenvolve-se um entrave entre professores que exigem uma postura científica (busca do afastamento de uma subjetividade) dos alunos e, por outro, alunos que não sabem de que forma se inscrever nas diferentes práticas dessa escrita.

Como já visto, entende-se que o discurso acadêmico se constitui em um entremeio do discurso científico e do pedagógico e, conseqüentemente, esses discursos estão implicados nas práticas de escrita acadêmica. Assim, a escrita acadêmica, conforme aponta Pereira (2013), se caracteriza por ser um dos grandes pontos que diferencia a

---

<sup>28</sup> Utilizo as aspas, pois, como se sabe, o sujeito que diz não pode estar ausente de seu dizer, apesar da escrita acadêmica, muitas vezes, tentar produzir esse efeito de objetividade.

ciência das outras formas de saber. A ciência, como já dito, e seu compromisso com a validação, com a verdade, e com a posição que ocupa de legitimação, optou em apagar o sujeito em nome de uma neutralidade inatingível “como se o texto científico pudesse se elevar para além do mundo e da história” (PEREIRA, 2013, p. 216). Dessa forma, o discurso da ciência que constitui as práticas de escrita acadêmica, muitas vezes, toma a linguagem como transparente e acaba por ignorar as condições históricas e ideológicas que perpassam a constituição dos discursos e, concomitantemente, a constituição do sujeito. Assim,

O mundo da ciência fez disseminar a ideia de que éramos capazes de controlar a verdade por intermédio do controle do discurso: apoiados na pretensão de controlar o discurso e sua origem, os cientistas desconsideravam que a gênese da linguagem, do discurso e da escrita é a própria história (PEREIRA, 2013, p. 217).

Nesse sentido, ao tirar a história, a ciência “apaga” também o sujeito que diz, buscando estabelecer uma ponte neutra entre realidade e linguagem na qual esta só teria a função de retratar aquela. Dessa forma, a ciência aponta para uma visão da língua como representação do mundo material em que a escrita é somente um meio para se alcançar o que de fato significa: o objeto (PEREIRA, 2013).

Essa visão de língua como objetiva, não sujeita a falhas, deshistoricizada, que exclui o sujeito que diz, é a que muitos alunos se deparam ao adentrar na universidade. E é essa visão também que exige um afastamento bem demarcado na escrita (uso da terceira pessoa), e que pode confundir o aluno que está nesse entremeio entre se posicionar e se ausentar. Seguindo esse viés, e pensando no modo de operar por oscilação da função autoria, Braga (2015, p. 146) pontua que o sujeito-aluno na universidade submete-se “[...] a um ‘autômetro’ em que ele pode ascender mais ou menos à função autoria”. Isto é, o aluno pode se inscrever mais ou se inscrever menos dentro de seu texto, dependendo de como se marca em sua posição-sujeito autor responsável por ser dizer, isso quando seu texto se limita à explicitação do outro (com muitas citações diretas e indiretas), ou seja, tais estratégias de referenciação do discurso do outro podem implicar em um apagamento do sujeito que diz e um texto que não se restringe à heterogeneidade mostrada pode potencializar a inscrição do sujeito em seu dizer. Nesse

sentido, o aluno pode se aproximar mais ou menos dessa função-autoria, tendo em vista a forma como seu texto é produzido, mas sempre nesse jogo de relação com o referente, com o outro, nessa constante interlocução.

Desse modo, a escrita acadêmica se constitui como uma prática que busca um efeito de sentido único, através da sua própria constituição histórica como prática de escrita. Além disso, por constituir-se no discurso acadêmico, a escrita acadêmica se constitui na confluência entre o discurso científico e o pedagógico, ou seja, em um elo entre ciência e ensino e aprendizagem. Nesse sentido, na sua relação com o DC, essa prática de escrita busca, também, um efeito de objetividade, procurando, então, “afastar” o sujeito de seu dizer. Assim, é possível dizer que essa escrita está implicada nesses discursos e nas relações de poder que historicamente a constituem.

Tendo em vista essas questões que perpassam a escrita acadêmica, já é possível partir para o funcionamento dessa escrita no Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura. Como já mencionado, o Laboratório trabalha na confluência do discurso científico e do discurso acadêmico a partir de práticas de TEXTUALIZAÇÃO que visam o efeito-TEXTO, ou seja, um efeito de unidade que constitui o Discurso de Escrita, e, nesse caso, em específico de escrita acadêmica. Vale lembrar que escrever no Laboratório é diferente de escrever em outras situações de ensino-aprendizagem da academia e, ainda que o ambiente não tenha fins avaliativos, como nas disciplinas, o aluno está sendo avaliado em relação a sua capacidade de escrita, o que pode imprimir um certo constrangimento e até um afastamento do projeto. Nesse sentido, a particularidade das condições de produção do LABEAL (bem como de qualquer manifestação discursiva) reverbera nas produções de escrita e reescrita dos alunos.

Inicialmente, é preciso compreender que o Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura teve início em 2014 e tem como objetivo principal facultar a prática da escrita acadêmica através de atividades de leitura e produção textual para alunos da Universidade Federal de Santa Catarina. Além disso, o projeto também envolve a pesquisa ao contar com pesquisadores que procuram discutir esses processos acionando conceitos diversos tanto da Linguística Aplicada<sup>29</sup> como da Análise de

---

<sup>29</sup> Sobre os conceitos mobilizados da Linguística Aplicada refiro-me às atividades realizadas no decorrer do projeto que abordam o conceito de gêneros do discurso do Círculo de Bakhtin. O que utilizamos no dia-a-dia do projeto é essa noção porque acreditamos que ela auxilia ao participante a compreender

Discurso francesa. Desse modo, o trabalho no LABEAL propõe para os alunos diversos textos de diferentes gêneros discursivos<sup>30</sup> para que eles possam refletir sobre os diferentes modos de funcionamento que operam entre esses gêneros e, ainda, reconhecer eventuais dificuldades no trabalho com a escrita acadêmica.

Sobre o perfil dos alunos que participaram do Laboratório, é interessante acrescentar que no primeiro ano do projeto o público-alvo foram os alunos de graduação, com muitos participantes do próprio curso de Letras-Português. Já a partir de 2015 alunos em período avançado da graduação ou já na pós-graduação passaram a constituir a maior parte dos participantes do LABEAL. Essa questão, a meu ver, bastante curiosa, pode estar relacionada com o ingresso dos alunos à pesquisa (monografia, dissertação, tese) e a ocasionais dificuldades em operar com a escrita acadêmica que está implicada, mais acentuadamente, com o discurso científico. Isto é, como escrever para se inscrever no discurso científico, tendo em vista todas as limitações ao sujeito que se coloca nesse dizer?

É esse perfil de alunos em fases mais avançadas na universidade que constitui o foco da pesquisa, pois, os *e-mails* e as resenhas analisadas são de participantes do ano de 2015. Em acréscimo, são esses mesmos alunos que dizem precisar da assessoria do LABEAL através de justificativas<sup>31</sup> como “Aperfeiçoar a escrita acadêmica” “aprender a escrever”, “melhorar a escrita”, “reaprender a escrever”, “aprimorar minha escrita para artigos”, entre outros dizeres que reverberam supostas dificuldades em se inscrever tanto em quaisquer práticas de escrita (aspecto que pode corroborar ao imaginário da escrita como prática rebusca e complexa, como visto nos *e-mails*), como em práticas específicas de escrita acadêmica.

Nessa acepção, o Laboratório tem como objetivo mostrar, através das atividades realizadas, que a linguagem não é transparente e que a produção de sentidos não está sob total controle do sujeito. Assim,

---

como se organizam os diferentes gêneros (resumo, resenha, artigo...) e seu modo de funcionamento dependente das condições de produção em que se inserem. Não estou adotando, porém, nesta pesquisa de dissertação esse conceito porque acredito que ele implicaria discussões teóricas outras além de contrastar com algumas concepções da Análise do Discurso de vertente francesa.

<sup>30</sup> Ver nota 16 capítulo 01 sobre a concepção de gênero.

<sup>31</sup> Essas justificativas estão presentes nos formulários que os alunos preenchem ao ingressar no Laboratório.

trabalha-se a partir de práticas de escrita e reescrita, tendo como foco aquilo que o participante traz para o projeto, ou seja, o que ele coloca como sendo suas dificuldades, suas prioridades e, também, aquilo que se percebe durante as orientações tanto de ordem discursiva como de ordem linguística<sup>32</sup>. Nesse sentido, o Laboratório busca intervir para que o sujeito perceba que o sentido não está já posto no texto, e, ainda, compreenda que o autor é o responsável pelo efeito de fecho e de unidade de uma produção textual, lembrando que essa compreensão não é necessariamente consciente, mas sim um produto do processo de TEXTUALIZAÇÃO (GALLO, 2008) e que constitui o Discurso de Escrita.

No que tange à metodologia, as atividades desenvolvidas seguem, basicamente, um percurso<sup>33</sup>: os participantes devem, individualmente, ler um texto, produzir uma atividade de escrita, em seguida, os pesquisadores trabalham juntamente com o aluno para pensar sobre o texto produzido e os sentidos que ali estão operando, e, com base nesses apontamentos entre pesquisador e aluno, este último para uma segunda, terceira ou quarta atividade de reescrita. Há, também, os participantes que levam textos que estão produzindo para disciplinas, ou até mesmo suas pesquisas (dissertações, artigos, teses), em que se trabalha com a leitura e propostas de reescrita. A ênfase na reescrita se dá, justamente, pela prática de TEXUTALIZAÇÃO, e contribui para se pensar na escrita como um processo que se constrói e desconstrói, que se ressignifica e que ressignifica o sujeito do discurso. Além disso, ressalto que o trabalho com a norma de escrita acadêmica procura ser realizado consoante com a perspectiva de Gallo (1995, p. 107)<sup>34</sup> em que “[...] ‘a norma’ não é um ‘dado’, mas justamente um dos efeitos de sentido produzido pelo texto do D.E – o efeito que faz parecer ‘dado’ o que é ‘construção’”.

---

<sup>32</sup> Chamo de ordem linguística os elementos menores que se referem ao sistema linguístico.

<sup>33</sup> O fato de seguir um percurso semelhante não significa que haja uma metodologia estanque ou que os pesquisadores partem de um ponto fixo já pré-estabelecido. As atividades realizadas envolvem constantes reflexões sobre a própria prática, as mudanças dos grupos participantes e as próprias variações existentes em cada grupo, não possibilitariam o desenvolvimento de um método estanque, mas sim em constante reformulação.

<sup>34</sup> Sabe-se que Gallo (1995) está tratando do trabalho com a norma desenvolvido na escola, porém, acredito que a noção da norma como efeito pode ser aplicada também à escrita acadêmica.



Por fim, reforço a ideia de que no tocante ao trabalho realizado no Laboratório, este se realiza no entremeio do discurso científico (DC) e do discurso acadêmico (DA), uma vez que as práticas de escrita nesse ambiente se configuram na medida em que o sujeito-participante se posiciona no discurso acadêmico, afetado pelo discurso pedagógico, visando à produção do discurso da ciência. Assim, o LABEAL busca a prática de TEXTUALIZAÇÃO do discurso da ciência, para que o aluno entenda, através dessa prática, qual é o efeito que se deseja alcançar (passagem do D.O para o D.E) e, no momento em que o sujeito estiver no lugar de ocupar de fato o discurso científico, isto é, produzir ciência, espera-se que ele possa se inscrever nesse discurso uma vez que já compreendeu como se dá o processo de TEXTUALIZAÇÃO da ciência. Desse modo, o Laboratório se constitui como um espaço que instiga a percepção dos movimentos de escrita na academia, que se volta para a noção de que as diferentes formas de dizer configuram produções de sentido distintas, e que a escrita é prática social e ideológica historicamente constituída.



### 3 DISPOSITIVO ANALÍTICO: DOS PROCESSOS DE INSCRIÇÃO DO SUJEITO NA ESCRITA ACADÊMICA

#### 3.1 AUTORIA: NÍVEL DISCURSIVO E ENUNCIATIVO

Sabe-se que a incompletude é constitutiva da linguagem e do sujeito, que este está em busca, constantemente, do efeito de completude e que os dois esquecimentos – dos quais fala Pêcheux – são ilusões necessárias para o sujeito que diz. Nessa acepção, apreende-se que se constituir como autor é uma função do sujeito na constituição de um efeito de unidade em que o sujeito se coloca como a origem do que diz e define o sentido (único) de seu dizer. Assim,

Se a noção de sujeito recobre não uma forma de subjetividade mas um *lugar*, uma *posição* discursiva (marcada pela sua descontinuidade nas dissenções múltiplas do texto) a noção de autor é já uma função da noção de sujeito, responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo o efeito de continuidade do sujeito (ORLANDI, 1996, p. 68-69. grifos da autora).

Desse modo, de acordo com Orlandi (2013), o elo que se institui é que o sujeito se relaciona com o texto pela dispersão e a função-autor investe na busca pela unidade, continuidade, organização, coesão, para que o texto possa ser compreendido. Assim, é possível pensar que o sujeito está para o discurso bem como a autoria está para o texto, enquanto que sujeito e discurso se estabelecem tendo em vista o equívoco como constitutivo da linguagem e a função-autor visa produzir um efeito de apagamento desse equívoco.

Tendo isso em mente, na perspectiva da Análise do Discurso, como já dito, tem-se assumido a ampliação da noção de autoria desenvolvida por Foucault (1992), mas também considera, em consonância com o filósofo, o autor como princípio de agrupamento do discurso. Entretanto, enquanto para Foucault (1992) a função autoria se restringe àqueles que adquirem um reconhecimento sobre determinada produção textual (texto de Shakespeare, por exemplo), para a Análise do Discurso

[...] a própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva o princípio da autoria [...]. Em outras

palavras: um texto pode até não ter um autor específico mas, pela função autor, sempre se imputa uma autoria a ele (ORLANDI, 2013, p. 75).

Desse modo, entende-se a função-autor como função discursiva do sujeito e a autoria como constitutiva do texto e, conseqüentemente, presente em toda prática discursiva que suscita a responsabilidade daquele que diz pelo o que diz. Entretanto, como Furlanetto (2008) aponta, para a Análise do Discurso é possível pensar em “patamares de autoria” porque a depender da produção textual realizada se pode admitir uma maior ou menor inscrição do sujeito como autor. Por exemplo, o plágio não é entendido, a partir dessa perspectiva, como uma produção textual ausente de autoria, pois seu funcionamento depende de um sujeito que diz (e que faz um recorte), porém, não se entende que a função-autor do plágio se dá da mesma forma do que a produção textual de um comentador ou de um tradutor.

Além desse entendimento dos “patamares de autoria”, é importante acrescentar que, também de acordo com Furlanetto (2008), a função-autor se constitui ao lado das noções de locutor e/ou de enunciador. Assim, essa noção trata da autoria em um nível enunciativo, ou seja, ela é pensada em uma relação autor/texto e pode ser relacionada à proposição das heterogeneidades enunciativas propostas por Authier-Revuz (1990)<sup>35</sup>. Gallo (2001), porém, amplia essa noção e propõe que a autoria seja entendida em dois níveis:

Primeiramente, em um nível enunciativo-discursivo, que é o caso da função-autor, que tem relação com a heterogeneidade enunciativa e que é condição de todo sujeito e, portanto, de todo acontecimento discursivo. E em segundo lugar, em um nível discursivo por excelência, que é o

---

<sup>35</sup> Essa relação se dá no sentido de que o sujeito faz uso da heterogeneidade mostrada, em uma negociação inconsciente com a heterogeneidade constitutiva, de forma consciente ou pré-consciente, pois, o uso das marcações como citações diretas, referências, glosas, entre outros; pressupõe que o sujeito, constituído na função-autor, tem em vista o outro e o marca no seu próprio dizer. É por isso que ao fazer a relação com a proposição de Authier-Revuz (1990) se pensa em um nível enunciativo, porque se está dando conta da forma como a heterogeneidade mostrada opera na formulação do dizer (e não da constitutiva) e opera em um nível da interlocução (outro).

caso do *efeito-autor*, e que diz respeito ao confronto de formações discursivas com nova dominante, [...] (GALLO, 2001, p. 03. grifos meus.).

Desse modo, entende-se que a função-autor suscita uma análise de dimensão enunciativa que se relaciona com o outro das heterogeneidades mostradas, apesar de estar implicada no Outro. Já a noção de efeito-autor é de nível discursivo, isto é, não está ao alcance do sujeito e se funda pelo confronto entre duas (ou mais) formações discursivas que resultam em uma nova FD. Saliento, ainda, que tanto a dimensão enunciativa como a discursiva se relacionam com o efeito de fecho e de responsabilização do dizer e que para compreender a dimensão da autoria é preciso trabalhar com esses dois níveis, sendo este, justamente, o trabalho que procuro desenvolver na análise.

Para entender melhor a noção de efeito-autor acrescento que, conforme Gallo (2008), depois de fundado o efeito-autor tende a reverberar nos dizeres que constituem essa produção fundadora. Para exemplificar, penso que o Laboratório se constitui por pelo menos duas formações dominantes em confronto, a do discurso científico e a do discurso acadêmico, cada uma operando de forma a determinar o dizer do sujeito. Ou seja, tudo o que ecoa sobre o discurso científico e sobre o discurso acadêmico está relacionado à autoria daquele que escreve no Laboratório e que já escreve a partir de relações parafrásticas com o que constitui esses dois discursos. Nesse sentido, o efeito-autor produzido não é aquele do DC nem apenas do DA, mas sim, um efeito-autor do discurso científico-acadêmico enquanto resultado da prática de TEXTUALIZAÇÃO no LABEAL. Acrescento ainda que, a meu ver, falar efeito-autor do discurso científico-acadêmico não se aplica exclusivamente ao Laboratório, mas também, as próprias práticas em sala de aula que se sustentam nesses dois discursos (mas que são práticas distintas do LABEAL).

Ainda, em seu livro *Como o texto se produz: uma perspectiva discursiva* Gallo (2008) acrescenta que “[...] o efeito-AUTOR é o efeito de realidade do sujeito, como um sujeito inteiro, como ‘um’ responsável pelo que se enuncia.” (GALLO, 2008, p. 77). Nessa acepção, esse efeito se dá, justamente, no momento em que o sujeito produz o efeito de fim ou de fechamento de um TEXTO que, como já visto, é resultado de uma prática de TEXTUALIZAÇÃO e constitui o Discurso de Escrita. Assim, entende-se que a TEXTUALIZAÇÃO só se efetiva no momento próprio do fechamento, momento esse que produz o efeito-AUTOR. Em outras

palavras, é através da prática de TEXTUALIZAÇÃO que tanto o TEXTO como o efeito-AUTOR<sup>36</sup> e o efeito-LEITOR<sup>37</sup> são produzidos.

Nesse sentido, Gallo (2008) afirma que para que a TEXTUALIZAÇÃO se efetive, e, conseqüentemente, também o efeito-AUTOR, o dizer não pode se inserir no que a autora chama de “discursos circulares”, isto é, aqueles que constituem o discurso pedagógico e que se concentram na reprodução (repetição) de um modelo já dado em uma conjuntura que se restringe ao mundo da escola. Diferentemente da prática com a TEXTUALIZAÇÃO que resulta em um efeito-TEXTO, o discurso pedagógico trabalha com fragmentos, isto é, com a matéria linguística por ela mesma, através da análise linguística das produções realizadas pelos alunos e que, em grande parte, consistem na reprodução de um “original”. É nesse sentido que Gallo (2008) afirma que a prática de TEXTUALIZAÇÃO só se efetiva fora da escola e do discurso pedagógico, tendo em vista também que, TEXTUALIZAR é estar inserido em um “evento discursivo” que “[...]é responsável pela historicização do ‘texto’ ao produzi-lo como ‘TEXTO’.” (GALLO, 2008, p. 85)<sup>38</sup>. Nesse sentido, o texto, enquanto objeto empírico fruto da TEXTUALIZAÇÃO, apresenta marcas do evento discursivo em que se insere e que, no caso do discurso pedagógico, é limitado pela própria prática da escola que, em suas práticas tradicionais, não compreende o TEXTO enquanto efeito da TEXTUALIZAÇÃO.

Ainda no que concerne à TEXTUALIZAÇÃO, pontuo, conforme Gallo (2008), que essa prática se realiza tendo como base dois processos: a autenticação e a legitimação. A AUTENTICAÇÃO<sup>39</sup> é um processo inconsciente que resulta do esquecimento número 01 proposto por Pêcheux (2014[1988]) e, por consequência, tem como base a dispersão. Assim, “[...] Através desse processo torna-se ‘autêntico’ (como o original), um sentido determinado que viabiliza a identificação de um sujeito.” (GALLO, 2008, p. 57), ou seja, o sujeito tem a ilusão de

---

<sup>36</sup> Uso o termo AUTOR em maiúsculo para manter a forma como Gallo (2008) utiliza no livro citado.

<sup>37</sup> Devido às delimitações da pesquisa, não trabalharei com profundidade na questão do efeito-LEITOR, mas me proponho a refletir sobre como a produção das resenhas é determinada pelo Laboratório e pelos discursos que ali operam.

<sup>38</sup> Gallo (2008) propõe uma diferenciação entre “texto” e “TEXTO”. Como já visto, “TEXTO” é o efeito da prática de TEXTUALIZAÇÃO enquanto “texto” seria o objeto empírico que resulta dessa prática.

<sup>39</sup> Uso os termos AUTENTICAÇÃO e LEGITIMAÇÃO em maiúsculo para manter a forma como Gallo (2008) utiliza no livro citado.

ser a fonte do seu dizer por um efeito de autenticidade. Já a LEGITIMAÇÃO produz um efeito de sentido único de um determinado enunciado, isto é, ela legitima um sentido x descolando-o de suas outras possibilidades de sentido. É este processo que produz o efeito de fechamento e que dá a base para a efetivação da TEXTUALIZAÇÃO e do efeito-AUTOR, porém, ambos constituem essa prática, pois, o processo de LEGITIMAÇÃO tenta, pela produção do efeito de fim, reduzir a ambiguidade da AUTENTICAÇÃO, sendo que esta nunca poderá ser apagada por completo.

Desse modo, para resumir o que se entende por TEXTUALIZAÇÃO, de acordo com Gallo (2008):

**TEXTUALIZAR, então, pode ainda ter a seguinte definição: estar em uma posição de sujeito de um discurso não circular e a partir dessa posição procurar ‘conter’, na medida do possível, as ambiguidades provocadas no processo de AUTENTICAÇÃO, pela dispersão constitutiva (sem nunca o conseguir totalmente), enquanto se produz, na mesma prática, um fechamento, pelo processo de LEGITIMAÇÃO, que resultará nos três efeitos simultâneos: TEXTO, AUTOR E LEITOR. (GALLO, 2008, p. 87. grifos da autora).**

Assim, é possível compreender que dispersão e fechamento constituem a prática de TEXTUALIZAÇÃO e, portanto, constituem a base do efeito-AUTOR. Nesse sentido, compreender o sujeito e a autoria em um nível discursivo requer o entendimento de que o sujeito que se põe a dizer é sustentado por esses dois processos (AUTENTICAÇÃO e LEGITIMAÇÃO) se estabelecendo em um jogo entre dispersão (inconsciente) e fechamento/unidade (pré-consciente). Dessa maneira, no que se refere à dimensão discursiva, procuro embasar as análises das resenhas tendo em vista o modo de funcionamento desses dois processos e de que forma se dá a interpelação do sujeito no discurso científico e no discurso acadêmico para pensar em sua inscrição na escrita acadêmica considerando a produção do efeito-AUTOR. Ressalto ainda, que tanto o efeito-AUTOR como a função-autor podem ser reconhecíveis em um texto, pois, para a Análise do Discurso de vertente francesa, não se considera que um texto possa estar destituído de autoria, pois “[...] há sempre uma zona do reconhecível para que o

sentido possa ser interpretável.” (GALLO, 2008, p. 213), o que se modifica, conforme já dito, são os chamados “patamares de autoria”.

De maneira geral, tanto em um nível enunciativo como discursivo, compreende-se que a assunção à autoria se caracteriza em um processo em que um sujeito inscrito em uma determinada posição se responsabiliza pelo que diz e pela forma de seu dizer. Nesse sentido, não se compreende que todo ato de falar implica autoria, mas que ela está implicada em todo ato em que o sujeito procura organizar seu dizer, de forma coerente e com efeito de fecho, de unidade, e assume a responsabilidade por essa organização (ORLANDI, 2013), e que constitui o Discurso de Escrita.

Além disso, em consonância com Orlandi (1996), compreende-se a autoria como gesto de interpretação do sujeito que organiza seu dizer com base no já-dito, ou seja, “O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer” (ORLANDI, 1996, p. 70). Nessa acepção, entende-se que a repetição possibilita a interpretação e que esta se dá pela possibilidade histórica. É nesse sentido que as concepções de paráfrase e polissemia atuam no entendimento do discurso, enquanto que a primeira se relaciona ao interdiscurso, à manutenção do mesmo, e a segunda instaura o novo, os movimentos de sentido e de interpretação (ORLANDI, 2013). Assim, o autor se constitui em uma relação paráfrastica e polissêmica.

Além dessa relação com a paráfrase e com a polissemia, a posição-autor está implicada pelo Outro enquanto interdiscurso e pelo outro que constitui o dizer (ORLANDI, 1996), conforme já dito em relação à proposição das heterogeneidades enunciativas de Authier-Revuz (1990). É assim que se percebe nos textos produzidos pelo sujeito que se inscreve como autor no Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura a constituição do outro (coordenadores do projeto) em marcas linguísticas<sup>40</sup> que reverberam essa condição de produção e o(s) imaginário(s) que os alunos têm acerca desse outro. Dessa forma, a assunção à autoria está determinada por essas relações (paráfrase e polissemia; Outro e outro) para que seja passível de interpretação, ou seja, para que ela mesma se constitua. Como bem pontua Orlandi (1996):

---

<sup>40</sup> Aponto algumas dessas marcas na subseção de análise do *corpus* ainda neste capítulo.



O que caracteriza a autoria é a produção de um gesto de interpretação, ou seja, na função-autor o sujeito é responsável pelo sentido do que diz, em outras palavras, ele é responsável por uma formulação que faz sentido. O modo como ele faz isso é que caracteriza sua autoria. Como, naquilo que lhe faz sentido, ele faz sentido. Como ele interpreta o que o interpreta (ORLANDI, 1996, p. 97).

Dessa forma, o modo como o sujeito se inscreve em seu dizer é que caracteriza a sua autoria, tanto na função-autor que engloba a questão das heterogeneidades enunciativas, tanto no efeito-AUTOR que só se efetiva a partir do efeito de fecho, e é esse modo de inscrição que Orlandi (1996) se refere como gesto de interpretação. Assim, esse gesto constitui a autoria em ambos os níveis e só se dá a partir daquilo que é possível ser dito em um determinado momento histórico. É desse modo, por exemplo, que com o advento da internet tem-se um novo efeito-AUTOR decorrente do Discurso de Escritaoralidade, um discurso que implica Escrita e Oralidade e que caracteriza o autor como múltiplo e fragmentado, constituindo esse momento histórico e esse evento discursivo.

Imbricada à noção de autoria, está a concepção de texto, visto que “[...] a autoria não é uma qualidade, mas uma prática na configuração de um texto” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2015, p. 109). Nessa perspectiva, como já dito, o texto não é entendido sob a lógica da linguagem transparente em que o sentido já está ali posto e que o leitor deve descobri-lo, mas sim como objeto empírico fruto da prática de TEXTUALIZAÇÃO, enquanto TEXTO é um efeito dessa prática. Em acréscimo, para a Análise do Discurso, o texto é materialidade histórica e deve ser compreendido em sua relação com outros textos, com as condições de produção e com o interdiscurso. Assim,

O texto é essa peça significativa que, por um gesto de autoria, resulta da relação do ‘sítio significante’ com a exterioridade. Nesse sentido, o autor é carregado pela força da materialidade do texto, materialidade essa que é função do gesto de interpretação (do trabalho da autoria) na sua relação determinada (historicamente) com a exterioridade, pelo interdiscurso (ORLANDI, 1996, p. 15).

Desse modo, para pensar em uma análise sob a perspectiva discursiva se atenta para o texto enquanto unidade, materialidade linguística e histórica que produz efeitos de sentido e é decorrente da prática de TEXTUALIZAÇÃO. Além disso, é através da análise dos efeitos de sentido que se pode perceber o funcionamento do discurso, as formações discursivas, imaginárias e ideológicas que ali operam. Dessa forma, o texto se caracteriza como material do analista, mas não como fim em si mesmo, e sim para compreender a historicidade do texto, ou seja, a trama de sentidos que ali operam.

É interessante pensar nessa relação entre texto e autoria na escrita acadêmica, pois se o trabalho da autoria consiste em um gesto de interpretação sobre o próprio texto daquele que escreve e o texto se situa em uma relação com a exterioridade, a exterioridade do discurso acadêmico e a do discurso científico operam na constituição da autoria e dos textos produzidos nessa esfera. Nesse sentido, procura-se observar como o sujeito é determinado pelo discurso acadêmico e pelo o discurso científico, tendo em vista, que a escrita acadêmica parece se constituir, com já dito, em um lugar em que se cobra do sujeito a instauração de novos dizeres, mas, ao mesmo tempo, há pouco espaço para o novo, ou seja, para que o sujeito se inscreva como autor de fato de seu dizer. Desse modo, a determinação desses dois discursos caracteriza a autoria e também a produção de sentidos daquele que escreve nesse lugar discursivo da universidade e, em específico, do Laboratório e Escrita Acadêmica e Leitura. Como Gallo (2008) afirma:

A autoria caracteriza-se, portanto, pela tensão entre esses sentidos que se complementam de forma contraditória, ou seja, sentidos relacionados à historicidade do sujeito, por um lado e, por outro, sentidos relacionados à historicidade do discurso, no qual o sujeito se inscreve, em um evento discursivo. (GALLO, 2008, p. 214).

Assim, a autoria no Laboratório se dá pela tensão dos sentidos produzidos a partir da posição-sujeito que o aluno ocupa (posição-sujeito aluno; posição-sujeito resenhista) com os sentidos determinados pelos dois discursos que operam nesse lugar discursivo: o discurso científico e o discurso acadêmico. Pois, como se sabe, as formações discursivas que constituem esses discursos possibilitam a produção de certos sentidos (e não outros), já que o sentido se modifica ao se

modificar a FD. Ou seja, tanto a historicidade do sujeito como a do discurso operam na inscrição do sujeito como autor, e é justamente isso que tenciono trabalhar na sequência através da análise das resenhas.

### 3.2 ANÁLISE DO *CORPUS*

Nesta subseção procuro compreender como o texto organiza a relação da língua com a história e como se dá a inscrição do sujeito nas resenhas produzidas no Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura que constituem o *corpus* de análise. Em outras palavras, almejo compreender como se dá a interpelação do sujeito no discurso científico e no discurso acadêmico para refletir sobre sua inscrição na escrita acadêmica.

Para isso, tendo em mente a perspectiva teórica apresentada no que concerne à autoria, proponho refletir sobre a inscrição do sujeito na escrita acadêmica a partir de três vieses distintos, mas que estão correlacionados. Em um primeiro momento, procuro trabalhar com a autoria em um nível enunciativo, isto é, abordando como se dá a função-autor do sujeito-aluno que se inscreve no Laboratório tendo em vista às heterogeneidades enunciativas propostas por Authier-Revuz (1990) em produções de escrita e reescrita. Em um segundo momento, intento ampliar essa compreensão da autoria para o nível discursivo, trabalhando com a noção de efeito-autor a partir da prática de TEXTUALIZAÇÃO, conforme Gallo (2008). Por último, tenciono refletir sobre o modo de funcionamento do LABEAL tendo como base, também, a escrita e a reescrita, para pensar qual é o passo que se dá da primeira escrita para a segunda tendo em vista às condições de produção do dizer. Assim, é possível responder algumas questões: De que forma as resenhas analisadas reverberam (ou não) essa perspectiva teórico-epistemológica do Laboratório em relação à escrita e à prática de TEXTUALIZAÇÃO? Como elas se afastam (ou se aproximam) do imaginário de escrita acadêmica apresentado nos *e-mails*? De maneira geral, esses três modos de análise giram em torno de uma questão central: Como se dá a inscrição (ou não) do sujeito como autor na escrita acadêmica no Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura? E é sempre procurando responder a esta questão que os percursos analíticos serão desenvolvidos.

O recorte feito para análise contempla, como já dito, seis resenhas produzidas no Laboratório, três que constituem a primeira versão de escrita em acréscimo de três reescritas. As resenhas constitutivas do *corpus* são produzidas a partir de uma reportagem da Revista Veja que

trata da notícia do cercamento de uma cidade no interior de São Paulo (anexo 01). Esse trabalho com uma reportagem jornalística no LABEAL se justifica tendo em vista dois critérios: i) o tempo disponível para o aluno poder ler o texto-fonte e posteriormente produzir a resenha dentro do horário de atendimento do LABEAL, e, ainda, receber uma devolutiva de sua produção; ii) dar início as atividades no Laboratório com texto menos complexos, para, *a posteriori*, adentrar em textos mais complexos, preferencialmente aqueles trazidos pelos próprios estudantes, e que estejam sendo objetos de suas escritas na esfera da universidade. Além disso, o grupo de pesquisadores julgou ser um texto bastante interessante para trabalhar com resenhas acadêmicas, uma vez que a reportagem trata de um assunto que pode ser considerado polêmico e, portanto, facultaria maior posicionamento do sujeito.

Ainda no que concerne a escolha das resenhas para a constituição do dispositivo analítico, acrescento que um dos questionamentos que se pode surgir a partir do *corpus* selecionado se refere ao fato de que as resenhas foram feitas a partir de um texto não acadêmico, uma reportagem jornalística, o que facultaria a questão: estas resenhas seriam, de fato, acadêmicas ao se pensar nessas condições de produção que implicam o discurso jornalístico? A partir dessa questão, é necessário, então, afirmar o que estou entendendo por resenha acadêmica e enfatizar a ambiguidade que pode constituir esse termo.

Seguindo esse raciocínio, pelo menos dois sentidos poderiam ser mobilizados ao utilizar o termo “resenha acadêmica” um primeiro se referindo à resenha acadêmica porque a resenha é produzida no espaço da universidade, ou seja, no ambiente acadêmico, e outro possível sentido de resenha acadêmica porque se está resenhando sobre textos que, majoritariamente, constituem o universo acadêmico. Com relação a esse segundo possível sentido, ressalto que há uma tradição, ou, ainda, um pré-construído, em se considerar como “resenha acadêmica” as resenhas que se referem a textos acadêmicos com fins à divulgação de obras acadêmicas e/ou pesquisas científicas, mas, por outro lado, é comum pedir a alunos resenhas de diversos tipos de textos quando esses alunos ingressam na universidade. Na presente pesquisa ao me referir às resenhas acadêmicas selecionadas para análise me aproximo do primeiro possível sentido mencionado, pois, as resenhas são produzidas no LABEAL e se constituem pelo DA, ainda que versem sobre um texto jornalístico. Assim, ao caracterizar uma resenha como acadêmica é preciso, novamente, conhecer as condições de produção em que tal resenha se produz para compreender as especificidades que esse termo

pode remeter sem tentar reduzi-lo a somente determinadas práticas discursivas.

Em acréscimo, aponto, ainda, que a escolha desse material para análise foi feita com base em três critérios principais: i) se trata de uma resenha e, como se sabe, incita que o aluno apresente seu posicionamento, evidenciando sua inscrição em seu dizer; ii) o material produzido no Laboratório no ano de 2015 continha um número considerável de resenhas dessa reportagem com escrita e reescrita; iii) o *corpus* selecionado possibilita uma análise exaustiva (e não extensiva) pela extensão dos textos produzidos pelos alunos.

De acordo com os manuais de orientação para a produção de textos acadêmicos, a resenha tem como finalidade “[...] a divulgação de textos e de obras, informando, em uma perspectiva crítica, o que tais textos e obras contêm. A resenha registra impressões pessoais do resenhista sobre o texto-fonte” (BALTAR; CERUTTI-RIZZATTI; ZANDOMENEGO, 2011, p. 74). Em consonância, na perspectiva discursiva entende-se que, ainda que a resenha seja alçada no dizer parafrástico, pois ela contém o dizer do texto-fonte, ela permite, ou melhor, ela exige a voz daquele que se põe a resenhar. Assim, essa prática discursiva possibilita uma certa abertura para o sujeito, mesmo que essa abertura seja determinada pelo discurso científico e também pelo acadêmico. Dito de outro modo, a resenha pede a instauração de um dizer polissêmico, um dizer em que o autor não apenas se responsabilize pelo dito, mas também alce sua voz de modo que fique marcado o seu posicionamento acerca do texto-fonte.

A produção das resenhas se deu no Laboratório após a leitura da reportagem da Revista Veja. Em seguida, os coordenadores do projeto fizeram uma leitura em conjunto com o aluno apontando questões pertinentes para o processo de reescrita, tanto de ordem discursiva como de ordem linguística<sup>41</sup>. Dessas resenhas, as seis analisadas neste trabalho foram produzidas por três participantes na posição-sujeito-resenhista que chamarei Participante 01 (P01), Participante 02 (P02) e Participante 03 (P03). Na sequência, apresento os recortes do *corpus* em tópicos distintos para facilitar a organização do capítulo, sendo que o primeiro a ser analisado consiste na escrita e reescrita de duas resenhas feitas por P01.

---

<sup>41</sup> Chamo de ordem linguística, aqui, o que diz respeito aos aspectos formais da língua.

### 3.2.1 Recorte 01 – P01

De início, acrescento que a seleção desses dois primeiros textos deu-se porque, numa leitura preliminar, o texto selecionado estaria – já em sua primeira versão - mais próximo do que se considera uma resenha acadêmica; diferentemente dos demais que constituem o *corpus* analítico, como será mostrado no desenvolver da dissertação. Isso porque, o texto apresenta, já na primeira escrita, o posicionamento do sujeito com relação ao texto-fonte, característica não encontrada, a princípio, nas demais resenhas.

Além disso, mesmo ciente de que não estou promovendo aqui uma discussão acerca do funcionamento dos gêneros discursivos na esfera acadêmica, levanto uma questão que julgo importante e que talvez merecesse um estudo específico. Trata-se da relação entre o gênero e a assunção à autoria. Isso porque, tem-se observado pela prática de produção de textos no Laboratório que a dificuldade dos alunos para escrever na esfera acadêmica, em muitos casos, não parece estar relacionada ao desconhecimento do gênero, mas sim, ao contrário, quanto mais o aluno passa a conhecer acerca das “regras” para a produção de textos na esfera acadêmica, mais aflora nesse aluno a preocupação em relação ao “como e o que escrever”. Essa preocupação é repetidamente marcada em dizeres que evidenciam sua dificuldade com a escrita, uma vez que o aluno considera que tudo aquilo que ele pode dizer, nas produções desses gêneros, não pode evidenciar aquilo que ele pensa ou que se caracteriza como seu, isto é, precisa de uma ancoragem teórica, ou seja, uma autorização a partir do dizer do outro.

Como já mencionado, a análise irá se desenvolver com base em três percursos: i) nível enunciativo de autoria (função-autor); ii) dimensão discursiva de autoria (efeito-autor); iii) reflexões sobre o LABEAL e o passo da escrita para a reescrita. A partir do exposto, trago a resenha na íntegra que constitui o primeiro recorte do *corpus* selecionado para desenvolver uma análise, inicialmente, de nível enunciativo<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Para melhor visualização, a transcrição desse recorte encontra-se disponível em anexo.

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Resumo do texto: Atrás dos muros.

O texto "Atrás dos Muros" de Rachel Verona, narra ta a criminosidade da cidade de Itacaramizópolis. De acordo com o autor, Itacaramizópolis é uma pequena cidade de 15 000 habitantes, apresenta baixa índice de violência. Nestes cerca de dois mil anos passados, o primeiro relato sobre a quantidade de crimes, em Itacaramizópolis, foi apenas 3 crimes, e segundo, o número de crimes registrados no ano XX, que começa em 1. Mas o criminoso não para nesta instância, pois o prefeito de Itacaramizópolis está tecendo uma obra, para isolar toda a periferia urbana, com uma cerca. A justificativa dessa obra é melhorar a qualidade de vida dos habitantes que ali habitam, e para evitar problemas futuros relacionados de segurança.

Ali o muro (de segurança) de cerca ocupa 500 metros, onde haverá um bairro de classe médica de uma menor mentada cidade. Foi neste local onde ocorreu o último e mais violento crime, e o último crime que começa a cerca de se está sendo construído.

A autora parece fazer uma crítica em relação a esse criminoso, onde disse que os moradores não estão preocupados com o fato de Itacaramizópolis passar uma cidade medieval em uma ilha separada do mundo real por um alcançe. Embora em certos momentos da obra mostre posturas positivas dessa medida, parece estar de acordo com ela.

Este texto pode ser utilizado para a realização

FORONI

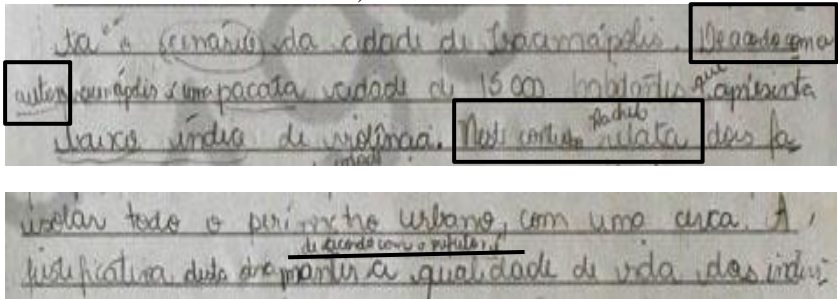
Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

vão de discussões sociais, por abordar como a questão da violência é que ocupante e como está afetando até mesmo os lugares mais tranquilos. Isso nos leva então às seguintes questões: Será a solução investir em cercas ou as milícias não deveriam ser mais justificadas? Que sociedade estamos construindo?

### 3.2.1.1 Análise da função-autor

Como já dito, percebe-se que, logo na primeira versão escrita, o P01 já desenvolve um posicionamento sobre o texto-fonte, prática pouco observada no LABEAL. Uma das possibilidades para a apresentação desse posicionamento, acredito, são as próprias condições de produção do Laboratório, visto que ao mesmo tempo em que alguns participantes escrevem seus textos outros recebem sugestões dos orientadores. Assim, sugiro que essa especificidade do LABEAL reverbera na resenha pela própria materialidade do texto do P01, ou melhor, pela grafia particular da marcação do outro e que indica que esse outro do texto-fonte foi acrescido à resenha, como é perceptível no primeiro parágrafo:

**Quadro 1:** Excertos (1 e 2) da primeira escrita da resenha P01 (grifos meus).



**Fonte:** Arquivo da autora.

Compreende-se que essas marcas “De acordo com a autora”, “Neste contexto Rachel relata” e “de acordo com o prefeito é”, que estão grifadas no texto analisado, podem se caracterizar como elementos que foram adicionados posteriormente à elaboração do texto, possivelmente em uma releitura desse primeiro parágrafo. Esse aspecto, ainda que seja somente uma possibilidade dada pelas próprias condições de produção de textos do Laboratório, indica que o sujeito vai percebendo como se dá a questão da autoria na escrita acadêmica. Isto é, através desses acréscimos, já se imagina que o P01 vai entendendo como funciona essa prática de escrita, mas, além disso, que ele passa a perceber questões de autoria, porque já situa qual dizer não é seu, e já abre espaço para o seu posicionamento sobre do texto-fonte.

Gostaria de chamar atenção, também, para alguns aspectos mais relacionados com a produção de efeitos de sentido, mas que também reverberam que o sujeito reproduz o posicionamento do texto-fonte



acerca da cidade e parece assumi-lo como seu. Assim, nessa primeira produção escrita, chamo a atenção para a sequência discursiva<sup>43</sup>, logo no início da resenha, “O texto ‘Atrás dos Muros’ de Rachel Verano, retrata *o cenário* da cidade de Iracemápolis”. Ressalto o termo “o cenário”, pois, essa construção sintática produz o sentido de que o discurso da autora, Rachel Verano, sobre a cidade, constitui de fato o cenário da cidade, sendo este um único cenário. É diferente dizer, por exemplo: “O texto ‘Atrás dos Muros’ de Rachel Verano retrata *um dos cenários* da cidade de Iracemápolis”, ainda que nessa construção o sentido de que Rachel retrata um cenário (não o único, mas que de fato retrata um), permanece. E, ainda, é diferente dizer “No texto ‘Atrás dos Muros’ Rachel Verano *apresenta sua visão sobre o cenário* da cidade de Iracemápolis” que proporciona ainda mais um distanciamento daquele que diz com relação às informações apresentadas pelo texto-fonte e que constitui, em larga escala, as formas de escrita acadêmica.

Destaco, também, enunciados<sup>44</sup> que se estabelecem em relação na resenha e no texto-fonte e que podem auxiliar na compreensão dos movimentos do sujeito em sua escrita para perceber maior ou menor gesto que leva esse dizer à assunção à autoria. Esses enunciados aparecem como efeito metafórico sendo este um fenômeno semântico que se configura como deslizamento de sentido de um enunciado para outro. Em consonância com Orlandi (1996, p. 81) “Fala-se a mesma língua mas se fala diferente. Pelo efeito metafórico. Esse desliza, próprio da ordem do simbólico, é o lugar da interpretação, da ideologia e da historicidade”. Assim, aponto como se dá o efeito metafórico nos dois enunciados:

**Quadro 2:** Relação do texto-fonte com a primeira escrita de P01

Texto-fonte	1ª escrita resenha
-------------	--------------------

<sup>43</sup> Considero como sequência discursiva (SD) o enunciado que o analista seleciona em um determinado momento para desenvolver a sua análise, sendo que essa sequência é produzida por um sujeito e determinada por uma (ou mais) formação discursiva.

<sup>44</sup> Em consonância com Foucault (2013 [1969]) compreende-se que o enunciado só possui existência material em relação com outros enunciados. Além disso, ao tomar um enunciado como objeto de análise é passível entendê-lo, também, como sequência discursiva. Porém, reitero que os termos não são sinônimos uma vez que a sequência discursiva implica uma discursividade que o analista identifica e que pretende explorar, enquanto o enunciado está mais próximo de “dizer” em um nível de interlocução.

<p>Em todo este ano, foram registrados apenas sete roubos. Ainda assim, Iracemápolis deixou-se contaminar pelo mesmo pavor que aflige as metrópoles e <b>tomou uma providência inusitada</b> para manter a bandidagem longe de suas ruas. Nos próximos meses, será a primeira cidade inteiramente cercada de que se tem notícia no país. (grifos meus).</p>	<p>Neste contexto, Rachel relata dois fatos ‘surpreendentes’, o primeiro relacionado à quantidade de presos, sendo apenas 3 pessoas e o segundo ao número de roubos registrado no ano XX, que somou em 7. <b>Mas o curioso</b> não para nessa instância, pois o prefeito de Iracemápolis está tocando uma obra para isolar todo o perímetro urbano, com uma cerca. (grifos meus).</p>
---	---

**Fonte:** Elaboração da autora.

O sujeito, ao dizer que o “curioso” não é apenas o baixo índice de violência, mas a atitude do prefeito em cercar a cidade estabelece uma relação semântica com o texto-fonte que afirma que o prefeito “tomou uma providência inusitada”. Percebe-se que essa substituição contextual, entre “tomou uma providência” e “mas o curioso”, é constitutiva do sentido de ambas as sequências discursivas, já que algo inusitado é, também algo curioso. É nesse sentido que tais enunciados evidenciam o efeito metafórico constitutivo de todo o dizer e que também, em consonância com Foucault (2013 [1969]), evidenciam a característica do enunciado que se constitui em relação a outros. Além disso, esse movimento se caracteriza como uma inscrição do sujeito em seu dizer, pois, ele julga a atitude do prefeito como curiosa e, desse modo, se mostra mais presente na resenha. Em outras palavras, o sujeito não marca o dizer como não dele pelo o que se intui, então, que o dito consiste em seu posicionamento.

Ainda com relação a sequência discursiva “mas o curioso”, trago Authier-Revuz (1990) e sua proposição sobre as heterogeneidades enunciativas para pensar nessa SD que constitui um deslocamento do texto-fonte e que não está marcado na resenha do P01. Em outras palavras, ao não marcar o texto-fonte como referência a essa caracterização (como curiosa) do acontecimento na cidade de Iracemápolis, o sujeito-resenhista assume que esse é o seu posicionamento, e, conseqüentemente, compreende-se que essa pode ter sido uma negociação inconsciente com a heterogeneidade constitutiva do discurso. Isto é, o sujeito assumiu aquele posicionamento como seu, ainda que ele esteja constituído nessa relação com o dizer do outro.

Algo semelhante ocorre na sequência discursiva, como vemos no recorte abaixo:

**Quadro 3:** Recorte constitutivo de fragmento da primeira escrita de P01

Neste contexto, Rachel relata dois fatos **‘surpreendentes’**, o primeiro relacionado à quantidade de presos, sendo apenas 3 pessoas e o segundo ao número de roubos registrado no ano XX, que somou em 7. (grifos meus).

**Fonte:** Transcrição de arquivo da autora.

O adjetivo “surpreendentes” não aparece explicitamente no texto-fonte, mas está em relação com os enunciados da autora Rachel Verano, e seu posicionamento com relação à violência em Iracemápolis. É possível perceber tal ligação pelos enunciados do texto-fonte: “Iracemápolis é uma pacata cidade de 15 000 habitantes [...] **que se gaba de contar nos dedos de uma mão o número de presos**[...]” e “**A violência é coisa tão rara lá**” (grifos nossos), que enfatizam a pouca violência como algo expressivo, “surpreendente”. O sujeito, ao utilizar esse termo (“surpreendente”), e, como já visto, ao provocar esse efeito metafórico, corrobora a voz do texto-fonte, ou seja, assume a mesma posição ideológica perceptível por essas relações discursivas que constituem tanto a resenha quanto o texto-fonte. Nesse sentido, o uso desse adjetivo pode marcar a singularidade desse dizer, já que ele aponta para a classificação do que o sujeito que enuncia considera surpreendente e, conseqüentemente, para seu posicionamento ideológico.

No que tange à questão da heterogeneidade enunciativa, como já dito, a sequência discursiva “surpreendentes”, de forma semelhante à “mas o curioso”, se relaciona com o texto-fonte, nesse caso, mesmo dialogando com o texto-fonte, ela pode ser considerada como um ponto de heterogeneidade constitutiva do discurso daquele que se põe a resenhar.

Dessa forma, caracterizamos na sequência discursiva o registro de “surpreendentes” como um ponto de heterogeneidade constitutiva no dizer do resenhista afetado pelo dizer do texto-fonte. O uso das aspas pelo resenhista poderia num primeiro momento levar-nos a pensar em heterogeneidade mostrada *marcada*, no entanto numa leitura mais atenta percebe-se que o adjetivo “surpreendente” não faz as vezes de discurso direto retirado do texto-fonte. Assim, o uso das aspas – nesse caso – não enseja marcar o outro em seu próprio discurso, ao contrário, objetiva, justamente, chamar a atenção para a sua própria voz. É como se ele [o

resenhista] fizesse uma glosa ao seu próprio dizer para enfatizar sua posição acerca do que considera a respeito dos fatos relatos pela autora do texto-fonte. Aqui a negociação se faz às avessas do que previu Authier-Revuz (1990); as aspas marcam a incidência do dizer do sujeito sobre seu próprio dizer: chamar a atenção por meio do adjetivo “surpreendentes” com aspas marca duplamente o sujeito ao seu texto e o reafirma nesse lugar de escrever uma resenha aos modos do que compreende ser o funcionamento desse gênero.

Ainda, ressalto que mesmo que a sequência discursiva “supreendentes” seja uma forma do sujeito negociar com a heterogeneidade constitutiva para se inscrever em seu dizer, quando se trata da função-autor é possível pensar que há uma identificação do sujeito-resenhista com a posição-sujeito repórter, pela relação semântica que há entre os dois textos. Isso porque ambos os textos parecem considerar como “surpreendente” o baixo índice de violência na cidade de Iracemápolis. Nesse sentido, não seria possível construir, por exemplo, o enunciado de que é surpreendente o fato de haver muitos presos e muitos assaltos, porque isso não se dá como surpreendente em nossa sociedade. A própria reportagem já aponta para a formação discursiva que configura as cidades da sociedade contemporânea como espaços abertos, de livre circulação ao retratar como inusitado o cercamento de Iracemápolis. É essa “surpresa”, essa excentricidade de uma cidade cercada no século XXI que constitui o dizer do texto-fonte e que a resenha reverbera, lembrando que esse “inusitado” está alçado em um momento histórico particular, já que, por exemplo, na Idade Média o cercamento das cidades era tido como natural. É, pois, pelo discurso que se evidencia a historicidade como “[...] aquilo que faz com que os sentidos sejam os mesmos e também que eles se transformem” (ORLANDI, 2013, p. 80).

Na sequência, no que consiste à heterogeneidade mostrada, trata-se de pontos dentro da enunciação que remete

[...] a um alhures, a um exterior explicitamente marcado ou dado a especificar [...] ou seja, a designação de um exterior específico é, através de cada marca de distância, uma operação de constituição de identidade para o discurso. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 31).

Ainda sob a perspectiva proposta por Authier-Revuz (1990), trago outros recortes já com os destaques que são pertinentes para a análise da heterogeneidade mostrada, como no primeiro parágrafo,

**Quadro 4:** Excerto (3) da primeira escrita da resenha P01 (grifos meus)

O texto "Atrás dos Muros" de Rachel Verano, trata da "cenário da cidade de Jacomópolis. De acordo com a autora, Jacomópolis é uma pacata cidade de 15.000 habitantes, que apresenta a du

**Fonte:** Arquivo da autora.

e também no penúltimo:

**Quadro 5:** Excerto (4) da primeira escrita da resenha P01 (grifos meus)

A autora parece fazer uma crítica em relação a este cenário, onde diz que os moradores não estão preocupados de fato de Jacomópolis passar uma "cidade medieval murada" uma ilha separada do mundo real por um alambrado. Embora em outros momentos da mesma parte positivos dessa medida, parecendo estar de acordo com ela.

**Fonte:** Arquivo da autora.

Essas sequências discursivas grifadas, "O texto 'Atrás dos Muros' de Rachel Verano", "De acordo com a autora", "A autora" são referências explícitas ao texto-fonte bem como as citações diretas "cidade medieval murada" e "uma ilha separada do mundo real por um alambrado", e constituem pontos de heterogeneidade mostrada *marcada* na resenha (AUTHIER-REVUZ, 1990). Os usos de referências e citações diretas são recorrentes em textos acadêmicos e produzem um distanciamento daquele que diz, identificando de qual lugar (ou lugares) vem aquele dizer. É nesse sentido que problematizo não o uso, ou melhor, a explicitação das referências, mas a produção textual que se limita a essa forma de dizer e que não instaura maiores relações de autonomia do sujeito-autor com relação ao texto-fonte.

Atento, agora, para o último parágrafo da resenha, em que se percebe um jogo entre a heterogeneidade marcada e a constitutiva na mesma sequência discursiva, de modo como não vimos em Authier-Revuz (1990):

**Quadro 6:** Excerto (5) da primeira escrita da resenha P01

Este texto pode ser utilizado para a realização de discursos sociais, por abordar como a questão da violência é preocupante e como está atingindo até mesmo os lugares mais tranquilos. Isso nos leva então às seguintes questões: Será a solução investir em cercas ou as medidas não deveriam ser mais sofisticadas? Que sociedade estamos construindo?

**Fonte:** Arquivo da autora.

Chamo a atenção para esse parágrafo último que se inicia por um ponto de heterogeneidade mostrada *não marcada* e que remete ao dizer global do texto-fonte: “Este texto”; o que se pode entender como: “todo o texto” ou ainda: “o assunto desenvolvido no texto traz à tona a questão da”. No entanto, a seguir o sujeito na posição de autor da resenha relaciona a temática posta pelo texto-fonte ao seu universo axiológico tomado por “tudo” ou pelo “pouco” que já sabe/conhece sobre questões que atravessam o tema. É a partir disso que ele tomado, também, por outros discursos – pelo já dito – constitui o seu dizer ao questionar as tais “soluções de segurança” ou, ainda, ao questionar, num viés mais sociológico, a construção da sociedade atual da qual ele faz parte e que, também, se co-responsabiliza por construí-la: “Que sociedade [nós] estamos construindo?”. O discurso sobre violência versus segurança, por exemplo, está presente em diversas formações discursivas e requer sempre a presença do perigo que vem do outro. Um discurso que vem se (re)constituindo historicamente e que traz no bojo uma série de outras questões sociais. Pode-se relacionar, no limite, esse parágrafo a dizeres cristalizados em nossa sociedade como “Diga não à violência”, “Violência gera violência”, entre outros que procuram pensar sobre a violência na sociedade contemporânea.

No que tange à inscrição autoral, percebe-se que o sujeito, aqui, se afasta do texto-fonte para trazer outra opinião sobre o assunto abordado na reportagem. Nesse sentido, esse posicionamento pode se caracterizar como o momento em que o sujeito se inscreve em seu dizer,

isto é, em que ele se coloca em um movimento que busca o efeito de fecho e unidade e que constitui mais explicitamente a função-autor (e também o efeito-autor, como será analisado, posteriormente). Além disso, ao mesmo tempo em que se afasta do texto-fonte, esse parágrafo se aproxima desses dizeres cristalizados sobre a violência, aspecto que ressalta a heterogeneidade constitutiva do discurso e que evidencia a função-autor como implicada pelo dizer do outro.

Por último, ressalto a sequência discursiva “Será a solução investir em cercas ou as medidas não deveriam ser mais sofisticadas?”, pois, a me ver, contribui para refletir sobre o posicionamento do sujeito na resenha. Primeiramente, enfatizo que esta construção sintática produz um sentido de que existem outras medidas mais sofisticadas para a prevenção da violência, de acordo com o posicionamento do sujeito que se situa, então, contrário à atitude do prefeito de cercar a cidade. Entretanto, ao mesmo tempo em que o sujeito que diz se posiciona contra o cercamento da cidade, ele reverbera a ideia de que algo deve ser feito para sanar a violência, indo ao encontro do posicionamento do prefeito de que algo precisa ser feito para conter a violência. Assim, esse texto reflete, como resenha do texto-fonte, um pouco da própria contradição em que se centra a reportagem original na qual o posicionamento da autora é um pouco incerto, ora parece contra, ora favorável à atitude do prefeito. É possível afirmar, desse modo, que a resenha reflete as posições-sujeito contraditórias do texto-fonte que ora se situa em um discurso conservador, ora se posiciona contra a medida do prefeito. Além disso, é preciso considerar que, apesar de o sujeito fazer a sua crítica sobre a reportagem no terceiro parágrafo no qual ele situa o posicionamento dúbio da Rachel Verano, o foco recai neste último parágrafo na questão do cercamento da cidade e não na forma como esse assunto foi mobilizado pela reportagem.

Em acréscimo, para refletir sobre os modos da inscrição do sujeito na função-autor na escrita acadêmica, acredito ser relevante pensar em outro ponto que Authier-Revuz (1990) aborda no que diz respeito à heterogeneidade mostrada. Como a autora acrescenta, essas formas de heterogeneidade colocam um exterior na constituição do discurso e também podem produzir uma “exterioridade do enunciador” que consiste na produção de um efeito de que o sujeito se coloca como observador de seu dizer. Nesse sentido, uma produção textual que se limita ao uso das heterogeneidades mostradas, ou seja, da explicitação do outro, pode corroborar o efeito da figura do enunciador como observador de seu dizer. O discurso científico (e também o acadêmico) parece, a meu ver, marcar a heterogeneidade do dizer para que ele possa

estar bem referenciado, organizado, fluído, para tentar conter a heteronegatividade constitutiva do discurso. A incansável busca pela transparência do sentido (e da linguagem). Assim, o DC, pautado na heterogeneidade mostrada, busca evidência de sentido, distanciamento do sujeito que diz, pois, ele pode por em risco a eficiência da própria ciência enquanto discurso da verdade.

Em contraposição, a demarcação do outro pode também permitir maior espaço para que o sujeito se inscreva em seu dizer, não no sentido de ele se constitui por ele mesmo, mas no sentido de que há espaço para maior evidência daquilo que é dito por si mesmo e daquilo que é dito por outro, ou seja, para negociar com as heterogeneidades enunciativas. Desse modo, se questiona: de que forma esse jogo entre explicitar o outro e posicionar-se pode contribuir para o sujeito na função-autor?

Para observar o processo de constituição da autoria do sujeito, é interessante atentar para a reescrita e os movimentos, deslocamentos que ela suscita. Nesse sentido, a proposta é perceber como se dá a reescrita tendo em vista os apontamentos que os mediadores do projeto fazem sobre a prática discursiva selecionada<sup>45</sup>. De início, trago a reescrita da resenha feita pelo P01 na íntegra e resalto que essa produção está mais próxima do que se espera de uma resenha acadêmica quando se compara a escrita<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> Após as considerações feitas com relação às análises de nível enunciativo e discursivo, atentei para essa questão do Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura e os movimentos da primeira para a segunda escrita.

<sup>46</sup> Para melhor visualização, a transcrição desse recorte encontra-se disponível em anexo.



## Resenha do texto "Atrás dos muros"

A autora  
 O texto "Atrás dos muros" de Rachel Verano, retrata a construção de uma cerca ao redor da cidade de Itacimópolis. De acordo com a autora, a intenção da cerca é manter a "bordi-dagem" longe das ruas da cidade.

Segundo Verano, Itacimópolis é uma cidade de 1500 habitantes que apresenta baixo índice de violência. Para justificar o baixo índice de violência, a autora apresenta dois fatos: "da cidade, e por que relacionados ao número de pessoas, somando, a taxa é rebaixada ao longo do ano. De acordo com o texto, mesmo com a baixa violência a população de Itacimópolis "dirige-se corajosamente para a cidade que aflige as metrópoles". Diante deste contexto, o prefeito da cidade, Cláudio Corrêa, está tomando uma obra para isolar todo o perímetro urbano, com um alambrado de 2,3 metros de altura, num perímetro de quase 9 quilômetros. De acordo com a fala do prefeito, apresentada na obra, os assas são pensados para manter a qualidade de vida dos indivíduos que ali habitam.

Diante ao texto, a autora parece fazer uma crítica em relação a este cenário, dizendo que os moradores não estão preocupados ao fato de Itacimópolis estar sendo "uma cidade medievalizada", "uma ilha separada do mundo real por um alambrado". Embora em outros momentos ela aponte pontos positivos dessa medida, reiterando que com ela os moradores sentem-se mais tranquilos.

Este texto pode ser utilizado para a realização de discussões sociais, por abordar como a questão da violência é preocupante e como está afetando até mesmo os lugares mais tranquilos. Além disso, pode discutir quais as melhores medidas a serem tomadas para que haja a diminuição da violência nas cidades e a melhoria da qualidade de vida.

A princípio, ressalto que tanto na primeira como na segunda produção escrita, a resenha do Participante 01 apresenta o título “Resenha do texto: Atrás dos Muros”, e que essa marca linguística reflete as condições de produção da escrita da resenha acadêmica no Laboratório, já que essa forma de título, possivelmente, não apareceria em outras situações que demandam essa prática discursiva na academia. É muito comum ver a própria referência do texto-fonte antes da apresentação da resenha, característica essa que não aparece na resenha.

Em acréscimo, chamo a atenção para este deslocamento que aparece no primeiro parágrafo:

**Quadro 7:** Relação (1) da primeira escrita com a reescrita de P01

Escrita	Reescrita
O texto ‘Atrás dos Muros’ de Rachel Verano, <b>retrata o cenário da cidade de Iracemápolis</b> . (grifos meus).	O texto ‘Atrás dos Muros’ de Rachel Verano, <b>retrata a construção de uma cerca ao redor da cidade de Iracemápolis</b> . (grifos meus).

**Fonte:** Transcrição de arquivo da autora.

Como já visto a construção “o cenário da cidade de Iracemápolis” aponta para uma visão transparente da linguagem na qual a autora, Rachel Verano, apresentaria de fato o cenário do município como o único em seu texto. Já na reescrita, percebe-se um distanciamento do autor com relação a essa informação, e agora ele explicita mais especificamente o que é tratado no texto levando a um outro efeito de sentido. Na segunda construção sintática, o foco está na construção da cerca na cidade e que a reportagem trata justamente desse cercamento (e não do cenário da cidade). Essa mudança na forma de inscrição se reverbera em todo o primeiro parágrafo que parece assumir um aspecto mais autoral, no que tange à função-autor, se comparado à primeira produção, como é possível ver na sequência:

**Quadro 8:** Relação (2) da primeira escrita com a reescrita

Escrita	Reescrita
O texto ‘Atrás dos Muros’ de Rachel Verano, retrata o cenário da cidade de Iracemápolis. De acordo com a autora, Iracemápolis é uma pacata cidade de 15.000 habitantes que apresenta baixo	O texto ‘Atrás dos Muros’ de Rachel Verano, retrata a construção de uma cerca ao redor da cidade de Iracemápolis. De acordo com a autora, o intuito da cerca é manter a “bandidagem”

<p>índice de violência. Neste contexto relata dois fatos “surpreendentes”, o primeiro relacionado à quantidade de presos, sendo apenas 3 pessoas e o segundo ao número de roubos registrado no ano XX, que somou em 7. Mas o curioso não para nesta instância, pois o prefeito de Iracemápolis está tocando uma obra para isolar todo o perímetro urbano, com uma cerca. A justificativa desta obra manter a qualidade de vida dos indivíduos que ali habitam e para evitar problemas futuros de segurança.</p>	<p>longe das ruas da cidade.</p>
---	----------------------------------

**Fonte:** Elaboração da autora.

Com base na leitura desse recorte, observo que o primeiro parágrafo da escrita segue mais o fluxo do texto-fonte, com semelhante ordem de apresentação das informações e das sentenças. Já na reescrita esse parágrafo aparece como uma sintetização do foco principal do texto-fonte (o cercamento da cidade de Iracemápolis) para, na sequência da resenha, apresentar as outras informações. Caracterizo esse deslocamento como um efeito autoral, já que, essa forma de dizer da reescrita se distancia mais da forma de dizer texto-fonte, ou seja, se estabelece em uma relação mais autônoma. De forma avessa, ao mesmo tempo em que o sujeito que diz manipula mais livremente as informações, os adjetivos “curioso” e “surpreendentes”, que poderiam marcar mais seu posicionamento, desaparecem na reescrita. Ao invés desses termos, o sujeito inclui o substantivo “bandidagem” já grafado com aspas para acentuar a referência à reportagem e que se caracteriza como um ponto de heterogeneidade mostrada *marcada*, aos modos como classifica Authier-Revuz (1990).

Ainda com relação a esse excerto, destaco a construção sintática: “no ano XX”, na 1ª escrita, como elemento que reverbera as condições de produção do LABEAL, espaço para produzir textos com o intuito de pensar sobre a escrita e com constantes atividades de refacção. Assim, certamente essa forma não apareceria em outros contextos de escrita acadêmica como na escrita de resenhas para revistas, disciplinas, entre outros.

No segundo parágrafo da reescrita, o sujeito apresenta informações sobre a cidade de Iracemápolis, dados presentes, anteriormente, no primeiro parágrafo na 1ª escrita, e evidencia a demarcação das vozes da autora do texto-fonte e do prefeito.

**Quadro 9:** Relação (3) da primeira escrita com a reescrita de P01

Escrita	Reescrita
<p>Até o momento da publicação a cerca ocupa 500 metros, onde divide um bairro de classe média de uma movimentada rodovia. Foi neste local onde ocorreu o último e mais violento roubo, e a vítima diz que com a cerca sente-se bem mais protegido.</p>	<p><b>Segundo Verano</b>, Iracemápolis é uma cidade de 15000 habitantes que apresenta baixo índice de violência. <b>Para justificar o baixo índice de violência, a autora apresenta dois fatos</b> da cidade, o primeiro relacionado ao número de presos, somando 3, e aos 7 roubos que ocorreram ao longo do ano. <b>De acordo com o texto</b>, mesmo com a baixa violência a população de Iracemápolis <b>‘deixou-se contaminar pelo pavor que aflinge as metrópoles’</b>. Diante deste contexto, o prefeito da cidade Cláudio Consenza, está tocando uma obra para isolar todo o perímetro urbano, com um alambrado de 2,5 metros de altura num percurso de quase 9 quilômetros. <b>De acordo com a fala do prefeito, apresentada na obra</b>, só assim será possível manter a qualidade de vida dos indivíduos que ali habitam. (grifos meus).</p>

**Fonte:** Elaboração da autora.

Conforme destaque em negrito, é perceptível a maior quantidade de pontos de heterogeneidade mostrada *marcada* na reescrita quando se compara à 1ª escrita. Assim, as expressões, “Segundo Verano”, “a autora apresenta”, “de acordo com o texto” e “De acordo com a fala do prefeito, apresentada na obra”, referências diretas ao texto-fonte, bem

como a citação “deixou-se contaminar pelo pavor que aflinge as metrópoles” podem ser caracterizadas como pontos de heterogeneidade mostrada *marcada* (AUTHIER-REVUZ, 1990). Nesse sentido, faz-se mister refletir sobre o que parece um excesso do uso dessas marcações, visto que há mais do dizer do outro e menos de seu dizer enquanto sujeito-autor. Dito de outro modo, parece-nos que ao “compreender” o modo de funcionamento e construção da resenha acadêmica, ele [o resenhista] faz mais uso do dizer do outro e fica com menor presença desua voz em seu próprio texto.

Ainda, a sequência discursiva: “Para justificar o baixo índice de violência, a autora apresenta dois fatos...” aponta para a noção de que o sujeito que diz já não toma o índice de violência como verdade posta por Rachel, mas ressalta a apresentação de dados que a autora exhibe na reportagem e que evidenciam esse baixo índice. Esse distanciamento tomado pelo sujeito parece ser mesmo recorrente da escrita acadêmica na qual sempre que se fala algo se fala com base em dados, em já-ditos observáveis, para a sustentação do efeito de uma escrita mais neutra e objetiva.

Essa necessidade de apresentar evidências, que se relaciona com a necessidade de instaurar enunciados no discurso verdadeiro na universidade, é perceptível também no deslocamento que o sujeito faz no terceiro parágrafo da reescrita.

**Quadro 10:** Relação (4) da primeira escrita com a reescrita de P01

Escrita	Reescrita
<p>A autora parece fazer uma crítica em relação a este cenário, onde diz que os moradores não estão preocupados ao fato de Iracemápolis parecer uma ‘cidade medieval murada’, ‘uma ilha separada do mundo real por um alambrado’. <b>Embora em outros momentos ela mostre pontos positivos dessa medida, parecendo estar de acordo com ela.</b> (grifos meus).</p>	<p>Durante o texto, a autora parece fazer uma crítica em relação a este cenário, dizendo que os moradores não estão preocupados ao fato de Iracemápolis parecer ‘uma cidade medieval murada’, ‘uma ilha separada do mundo real por um alambrado’, <b>embora em outros momentos ela aponte pontos positivos dessa medida, relatando que com ela os moradores sentem-se mais tranquilos.</b> (grifos meus).</p>

Fonte: Elaboração da autora.

Nesse parágrafo, como já dito, a mudança produzida em relação à forma de escrever parece estar mais presa a uma preocupação de atender aos pressupostos da escrita acadêmica – que investe numa forma objetiva de apontar o dizer o outro e, assim, não marcar a subjetividade daquele que escreve nessa discursividade. O sujeito que diz procura se posicionar em relação ao texto-fonte, afirmando que o posicionamento da autora da reportagem é contraditório, ora ela tende ser favorável, ora contra o cercamento da cidade. Essa declaração do sujeito-autor está presente em ambas as produções escritas, porém, conforme ressaltado em negrito, apontamos um deslocamento no que tange à adequação do dizer na esfera acadêmica. Dizer “Embora em outros momentos ela mostre pontos positivos dessa medida, parecendo estar de acordo com ela” produz diferentes efeitos de sentido se comparado com “embora em outros momentos ela aponte pontos positivos dessa medida, **relatando que com ela os moradores sentem-se mais tranquilos**”. Essa última sequência discursiva em destaque presente na reescrita, apresenta o motivo pelo qual a autora do texto-fonte parece estar em um posicionamento também favorável ao cercamento da cidade. Esse movimento se caracteriza como um ponto de heterogeneidade mostrada *não marcada* através do uso do discurso indireto livre – nos termos de Authier-Revuz (1990) – e procura sustentar os argumentos da posição-sujeito resenhista sobre um possível posicionamento dúbio de Rachel. Em outras palavras, o sujeito-autor da resenha procura sustentar seus argumentos com base no que está dito no texto-fonte sobre a tranquilidade que a cerca proporciona aos moradores através do discurso indireto livre, e constitui a marca do embasamento característica da escrita na academia.

Ainda sobre esse parágrafo, questiono: há, de fato, nesse excerto um posicionamento mais autoral do que na primeira escrita ou, apenas, maior embasamento das informações? Esse questionamento irrompe pelo fato de que parece haver pouca mudança com relação ao posicionamento do sujeito na primeira e segunda escrita e, ainda assim, esta mudança está muito mais relacionada ao acréscimo de informações que sustentam os argumentos com base no texto-fonte do que a apresentação de um posicionamento mais autônomo e crítico. Em outras palavras, o sujeito não assume um posicionamento que se desprende daquilo que é dito no texto-fonte.

O quarto parágrafo permanece muito semelhante nas duas produções escrita, porém assinalo alguns movimentos no que tange ao posicionamento do sujeito acerca do texto-fonte.

**Quadro 11:** Relação (5) da primeira escrita com a reescrita de P01

Escrita	Reescrita
<p>Este texto pode ser utilizado para a realização de discussões sociais, por abordar como a questão da violência é preocupante e como está aflingindo até mesmo os lugares mais tranquilos. <b>Isso nos leva então às seguintes questões: será a solução investir em cercas ou as medidas não deveriam ser mais sofisticadas? Que sociedade estamos construindo?</b> (grifos meus).</p>	<p>Este texto pode ser utilizado para a realização de discussões sociais, por abordar como a questão da violência é preocupante e como está aflingindo até mesmo os lugares mais tranquilos. <b>Além disso, pode discutir quais as melhores medidas a serem tomadas para que haja a diminuição da violência nas cidades e a melhoria da qualidade de vida.</b> (grifos meus).</p>

**Fonte:** Elaboração da autora.

No que diz respeito ao posicionamento do sujeito na escrita e na reescrita, percebo, na reescrita, um deslocamento que almeja a exterioridade do enunciador (AUTHIER-REVUZ, 1990) enquanto autor de seu dizer, isto é, o sujeito parece se distanciar mais de seu texto. Isso porque, enquanto na primeira escrita a questão colocada pelo sujeito aponta para a existência de medidas mais sofisticadas que a construção de cercas, na reescrita há um maior distanciamento com a discussão de quais seriam as melhores medidas para diminuir a violência e melhorar a qualidade de vida. A omissão da última pergunta presente na 1ª escrita (Que sociedade estamos construindo?) também produz um maior distanciamento da posição-sujeito resenhista sobre a atitude do prefeito em cercar a cidade e, conseqüentemente, de seu posicionamento sobre tal medida. Ressalto, porém, que nas duas escritas mantém-se a referência à alteridade, tanto ao dizer do texto-fonte de forma geral quanto a discursos generalizantes sobre violência e segurança que estão presentes na sociedade contemporânea, mas que surgem como constitutivos de seu próprio discurso e, por isso, se constituem numa dupla face entre a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva, respectivamente (AUTHIER-REVUZ, 1990).

Para sintetizar, é relevante destacar que a reescrita, que está mais próxima do que se considerava uma resenha acadêmica, apresenta maior demarcação dos dizeres das diferentes posições-sujeito, ou seja, mais quantidade de pontos de heterogeneidade mostrada *marcada* e *não marcada*. Para ilustrar, explicito esse jogo com a alteridade através da

apresentação das duas resenhas com destaque aos pontos de heterogeneidade mostrada *marcada* (referências diretas ao texto-fonte e citações diretas).

**Quadro 12:** Relação entre as heterogeneidades mostradas *marcadas* na escrita e a reescrita

Escrita	Reescrita
<p>Resenha de texto: <u>Atos dos Muses</u>.</p> <p>Este <u>Atos dos Muses</u> de Rachel Varona <u>aborda</u> a <u>concepção da cidade de Ipiracampópolis</u> <u>baseada em</u> <u>um modelo de parcelas</u> <u>criadas</u> <u>em</u> <u>1960</u> <u>habitadas</u> <u>por</u> <u>uma</u> <u>única</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>. <u>Mas</u> <u>esta</u> <u>visão</u> <u>dos</u> <u>do</u> <u>“urbanismo”</u> <u>tem</u> <u>propósito</u> <u>de</u> <u>mostrar</u> <u>uma</u> <u>quantidade</u> <u>de</u> <u>pessoas</u>, <u>de</u> <u>idades</u>, <u>de</u> <u>religião</u> <u>de</u> <u>seus</u> <u>moradores</u> <u>no</u> <u>ano</u> <u>XX</u>, <u>que</u> <u>seu</u> <u>um</u> <u>“</u> <u>Mas</u> <u>o</u> <u>suposto</u> <u>nao</u> <u>para</u> <u>uma</u> <u>questão</u>, <u>pois</u> <u>o</u> <u>objetivo</u> <u>de</u> <u>Ipiracampópolis</u> <u>está</u> <u>baseado</u> <u>em</u> <u>uma</u> <u>diversidade</u> <u>de</u> <u>perspectivas</u> <u>urbanas</u>, <u>com</u> <u>uma</u> <u>classe</u>. <u>A</u> <u>justificação</u> <u>dada</u> <u>de</u> <u>quanto</u> <u>a</u> <u>qualidade</u> <u>de</u> <u>vida</u> <u>dos</u> <u>indivíduos</u> <u>que</u> <u>ali</u> <u>habitam</u> <u>e</u> <u>para</u> <u>evitar</u> <u>problemas</u> <u>futuros</u> <u>relacionados</u> <u>com</u> <u>o</u> <u>esquecimento</u>.</p> <p>Ak e <u>memória</u> <u>(de</u> <u>vilagem)</u> <u>e</u> <u>uma</u> <u>ocupação</u> <u>de</u> <u>milhares</u> <u>de</u> <u>anos</u> <u>de</u> <u>um</u> <u>grupo</u> <u>de</u> <u>classes</u> <u>médias</u> <u>e</u> <u>uma</u> <u>memória</u> <u>relacionada</u> <u>ao</u> <u>tempo</u> <u>loca</u> <u>em</u> <u>seus</u> <u>anos</u> <u>e</u> <u>olhos</u> <u>mas</u> <u>violente</u> <u>mente</u>, <u>e</u> <u>o</u> <u>tempo</u> <u>do</u> <u>que</u> <u>com</u> <u>a</u> <u>classe</u> <u>que</u> <u>se</u> <u>tem</u> <u>uma</u> <u>memória</u> <u>relacionada</u>.</p> <p>Uma <u>memória</u> <u>relacionada</u> <u>tem</u> <u>uma</u> <u>relação</u> <u>com</u> <u>a</u> <u>classe</u> <u>que</u> <u>ela</u> <u>representa</u>, <u>pois</u> <u>ela</u> <u>é</u> <u>memória</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>que</u> <u>ela</u> <u>representa</u>. <u>Uma</u> <u>memória</u> <u>relacionada</u> <u>em</u> <u>um</u> <u>contexto</u> <u>relacionado</u> <u>em</u> <u>um</u> <u>contexto</u> <u>relacionado</u> <u>em</u> <u>um</u> <u>contexto</u> <u>relacionado</u>.</p> <p>Uma <u>memória</u> <u>relacionada</u> <u>em</u> <u>um</u> <u>contexto</u> <u>relacionado</u> <u>em</u> <u>um</u> <u>contexto</u> <u>relacionado</u> <u>em</u> <u>um</u> <u>contexto</u> <u>relacionado</u>.</p> <p>Uma <u>memória</u> <u>relacionada</u> <u>em</u> <u>um</u> <u>contexto</u> <u>relacionado</u> <u>em</u> <u>um</u> <u>contexto</u> <u>relacionado</u> <u>em</u> <u>um</u> <u>contexto</u> <u>relacionado</u>.</p> <p>Uma <u>memória</u> <u>relacionada</u> <u>em</u> <u>um</u> <u>contexto</u> <u>relacionado</u> <u>em</u> <u>um</u> <u>contexto</u> <u>relacionado</u> <u>em</u> <u>um</u> <u>contexto</u> <u>relacionado</u>.</p>	<p>Resenha de texto: <u>Atos dos Muses</u>.</p> <p>O <u>texto</u> <u>“Atos dos Muses”</u> <u>de</u> <u>Rachel</u> <u>Varona</u>, <u>aborda</u> <u>a</u> <u>concepção</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>cidade</u> <u>no</u> <u>modelo</u> <u>de</u> <u>cidade</u> <u>de</u> <u>Ipiracampópolis</u>. <u>Se</u> <u>acorda</u> <u>com</u> <u>a</u> <u>autora</u> <u>e</u> <u>o</u> <u>objeto</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>.</p> <p>O <u>texto</u> <u>“Atos dos Muses”</u> <u>de</u> <u>Rachel</u> <u>Varona</u> <u>aborda</u> <u>a</u> <u>concepção</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>cidade</u> <u>de</u> <u>1500</u> <u>habitantes</u> <u>que</u> <u>representa</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>. <u>Para</u> <u>justificar</u> <u>a</u> <u>base</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>a</u> <u>autora</u> <u>apresenta</u> <u>dois</u> <u>textos</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>e</u> <u>propõe</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>modelo</u> <u>de</u> <u>pessoas</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>tempo</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u> <u>que</u> <u>sempre</u> <u>em</u> <u>o</u> <u>tempo</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>.</p> <p>O <u>texto</u> <u>“Atos dos Muses”</u> <u>de</u> <u>Rachel</u> <u>Varona</u> <u>aborda</u> <u>a</u> <u>concepção</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>cidade</u> <u>de</u> <u>1500</u> <u>habitantes</u> <u>que</u> <u>representa</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>. <u>Para</u> <u>justificar</u> <u>a</u> <u>base</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>a</u> <u>autora</u> <u>apresenta</u> <u>dois</u> <u>textos</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>e</u> <u>propõe</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>modelo</u> <u>de</u> <u>pessoas</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>tempo</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>.</p> <p>O <u>texto</u> <u>“Atos dos Muses”</u> <u>de</u> <u>Rachel</u> <u>Varona</u> <u>aborda</u> <u>a</u> <u>concepção</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>cidade</u> <u>de</u> <u>1500</u> <u>habitantes</u> <u>que</u> <u>representa</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>. <u>Para</u> <u>justificar</u> <u>a</u> <u>base</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>a</u> <u>autora</u> <u>apresenta</u> <u>dois</u> <u>textos</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>e</u> <u>propõe</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>modelo</u> <u>de</u> <u>pessoas</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>tempo</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>.</p> <p>O <u>texto</u> <u>“Atos dos Muses”</u> <u>de</u> <u>Rachel</u> <u>Varona</u> <u>aborda</u> <u>a</u> <u>concepção</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>cidade</u> <u>de</u> <u>1500</u> <u>habitantes</u> <u>que</u> <u>representa</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>. <u>Para</u> <u>justificar</u> <u>a</u> <u>base</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>a</u> <u>autora</u> <u>apresenta</u> <u>dois</u> <u>textos</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>e</u> <u>propõe</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>modelo</u> <u>de</u> <u>pessoas</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>tempo</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>.</p> <p>O <u>texto</u> <u>“Atos dos Muses”</u> <u>de</u> <u>Rachel</u> <u>Varona</u> <u>aborda</u> <u>a</u> <u>concepção</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>cidade</u> <u>de</u> <u>1500</u> <u>habitantes</u> <u>que</u> <u>representa</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>. <u>Para</u> <u>justificar</u> <u>a</u> <u>base</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>a</u> <u>autora</u> <u>apresenta</u> <u>dois</u> <u>textos</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>e</u> <u>propõe</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>modelo</u> <u>de</u> <u>pessoas</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>tempo</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>.</p> <p>O <u>texto</u> <u>“Atos dos Muses”</u> <u>de</u> <u>Rachel</u> <u>Varona</u> <u>aborda</u> <u>a</u> <u>concepção</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>cidade</u> <u>de</u> <u>1500</u> <u>habitantes</u> <u>que</u> <u>representa</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>. <u>Para</u> <u>justificar</u> <u>a</u> <u>base</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>a</u> <u>autora</u> <u>apresenta</u> <u>dois</u> <u>textos</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>e</u> <u>propõe</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>modelo</u> <u>de</u> <u>pessoas</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>tempo</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>.</p>
<p>O <u>texto</u> <u>“Atos dos Muses”</u> <u>de</u> <u>Rachel</u> <u>Varona</u> <u>aborda</u> <u>a</u> <u>concepção</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>cidade</u> <u>de</u> <u>1500</u> <u>habitantes</u> <u>que</u> <u>representa</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>. <u>Para</u> <u>justificar</u> <u>a</u> <u>base</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>a</u> <u>autora</u> <u>apresenta</u> <u>dois</u> <u>textos</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>e</u> <u>propõe</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>modelo</u> <u>de</u> <u>pessoas</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>tempo</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>.</p> <p>O <u>texto</u> <u>“Atos dos Muses”</u> <u>de</u> <u>Rachel</u> <u>Varona</u> <u>aborda</u> <u>a</u> <u>concepção</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>cidade</u> <u>de</u> <u>1500</u> <u>habitantes</u> <u>que</u> <u>representa</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>. <u>Para</u> <u>justificar</u> <u>a</u> <u>base</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>a</u> <u>autora</u> <u>apresenta</u> <u>dois</u> <u>textos</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>e</u> <u>propõe</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>modelo</u> <u>de</u> <u>pessoas</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>tempo</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>.</p> <p>O <u>texto</u> <u>“Atos dos Muses”</u> <u>de</u> <u>Rachel</u> <u>Varona</u> <u>aborda</u> <u>a</u> <u>concepção</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>cidade</u> <u>de</u> <u>1500</u> <u>habitantes</u> <u>que</u> <u>representa</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>. <u>Para</u> <u>justificar</u> <u>a</u> <u>base</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>a</u> <u>autora</u> <u>apresenta</u> <u>dois</u> <u>textos</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>e</u> <u>propõe</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>modelo</u> <u>de</u> <u>pessoas</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>tempo</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>.</p> <p>O <u>texto</u> <u>“Atos dos Muses”</u> <u>de</u> <u>Rachel</u> <u>Varona</u> <u>aborda</u> <u>a</u> <u>concepção</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>cidade</u> <u>de</u> <u>1500</u> <u>habitantes</u> <u>que</u> <u>representa</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>. <u>Para</u> <u>justificar</u> <u>a</u> <u>base</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>a</u> <u>autora</u> <u>apresenta</u> <u>dois</u> <u>textos</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>e</u> <u>propõe</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>modelo</u> <u>de</u> <u>pessoas</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>tempo</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>.</p>	<p>O <u>texto</u> <u>“Atos dos Muses”</u> <u>de</u> <u>Rachel</u> <u>Varona</u> <u>aborda</u> <u>a</u> <u>concepção</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>cidade</u> <u>de</u> <u>1500</u> <u>habitantes</u> <u>que</u> <u>representa</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>. <u>Para</u> <u>justificar</u> <u>a</u> <u>base</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>a</u> <u>autora</u> <u>apresenta</u> <u>dois</u> <u>textos</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>e</u> <u>propõe</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>modelo</u> <u>de</u> <u>pessoas</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>tempo</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>.</p> <p>O <u>texto</u> <u>“Atos dos Muses”</u> <u>de</u> <u>Rachel</u> <u>Varona</u> <u>aborda</u> <u>a</u> <u>concepção</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>cidade</u> <u>de</u> <u>1500</u> <u>habitantes</u> <u>que</u> <u>representa</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>. <u>Para</u> <u>justificar</u> <u>a</u> <u>base</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>a</u> <u>autora</u> <u>apresenta</u> <u>dois</u> <u>textos</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>e</u> <u>propõe</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>modelo</u> <u>de</u> <u>pessoas</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>tempo</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>.</p> <p>O <u>texto</u> <u>“Atos dos Muses”</u> <u>de</u> <u>Rachel</u> <u>Varona</u> <u>aborda</u> <u>a</u> <u>concepção</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>cidade</u> <u>de</u> <u>1500</u> <u>habitantes</u> <u>que</u> <u>representa</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>. <u>Para</u> <u>justificar</u> <u>a</u> <u>base</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>a</u> <u>autora</u> <u>apresenta</u> <u>dois</u> <u>textos</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>e</u> <u>propõe</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>modelo</u> <u>de</u> <u>pessoas</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>tempo</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>.</p> <p>O <u>texto</u> <u>“Atos dos Muses”</u> <u>de</u> <u>Rachel</u> <u>Varona</u> <u>aborda</u> <u>a</u> <u>concepção</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>cidade</u> <u>de</u> <u>1500</u> <u>habitantes</u> <u>que</u> <u>representa</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>. <u>Para</u> <u>justificar</u> <u>a</u> <u>base</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>a</u> <u>autora</u> <u>apresenta</u> <u>dois</u> <u>textos</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>, <u>e</u> <u>propõe</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>modelo</u> <u>de</u> <u>pessoas</u> <u>relacionados</u> <u>ao</u> <u>tempo</u> <u>de</u> <u>uma</u> <u>classe</u> <u>de</u> <u>moradores</u>.</p>

Fonte: Elaboração da autora.

Assim, em consonância com Authier-Revuz (1990), resalto que essa negociação da heterogeneidade constitutiva com a heterogeneidade mostrada constitui o dizer e o uso de mais ou menos pontos de heterogeneidade mostrada pode se configurar como uma compreensão



inconsciente do outro que constitui o nosso discurso. Porém, a reescrita da resenha parece estar limitada à explicitação da voz do outro, aspecto que pode corroborar o apagamento do sujeito enquanto autor, na função-autor. Dito de outro modo, a voz que se explicita é a do outro, e a do próprio sujeito-resenhista é escamoteada, configurando-o como observador de seu dizer (AUTHIER-REVUZ, 1990). Entretanto, ao mesmo tempo em que a reescrita, de certo modo, se limita a esse outro, pode-se pensar que ela busca o efeito de objetividade almejado pelo discurso científico e pelo discurso acadêmico, ou seja, o sujeito na reescrita busca se inscrever de forma a se constituir como autor dentro do que se espera e o que constitui os textos acadêmicos. Nesse sentido, não se pensa que, na reescrita, se “perde” em função-autor, mas sim que essa função se aproxima das formações discursivas que constituem os discursos científico e o acadêmico. Seguindo esse raciocínio, pode-se assinalar a heterogeneidade mostrada como característica da escrita acadêmica e que ao mesmo tempo que em que seu uso excessivo pode causar dificuldades na inscrição do sujeito, na medida em que seu dizer pode se limitar ao dizer do outro, essa forma de negociação com a heterogeneidade constitutiva pode se relacionar às próprias formações discursivas que operam nos textos acadêmicos e, consequentemente, que constituem a função-autor no DC e, sobretudo, no DA. Assim, se inscrever como sujeito na escrita acadêmica implica em negociar com a heterogeneidade constitutiva para produzir um efeito de objetividade e de “veracidade” tendo em vista às formações discursivas que constituem essa prática discursiva.

Nessa acepção, percebe-se, ainda, na reescrita um maior movimento autoral no que tange a organização das informações que se distancia da configuração do texto-fonte, mesmo que, como já dito, a limitação do dizer ao dizer do outro acabe por direcionar para um efeito do sujeito como observador de seu dizer, constitutivo do discurso científico. No que tange ao assunto da reportagem (cercamento da cidade), não foram percebidas muitas mudanças entre a escrita e a reescrita, ou seja, o sujeito parece estar dividido (da mesma forma que a autora da reportagem) entre ser contrário ou não à instalação do muro se inserindo em formações discursivas contraditórias em consonância com o texto-fonte.

Para finalizar, reitero que na reescrita o sujeito se aproxima mais do que se espera de uma resenha acadêmica e desenvolve um texto mais coerente e coeso com relação à essa prática. Entretanto, essa reescrita parece se desenvolver no limite entre produzir referências corretas ao texto-fonte e apresentar um comentário do sujeito acerca do texto, pois,

através da modalização que ocorre da primeira para a segunda escrita, o posicionamento do sujeito se parece mais como breve comentário do que, de fato, com um posicionamento crítico sobre a reportagem. Essa característica faculta o efeito do sujeito como observador de seu dizer, mas, ao mesmo tempo, parece constituir os textos acadêmicos e, conseqüentemente, determinar o modo como a função-autor se constitui nos discursos científico e acadêmico. O que procuro refletir, então, a partir dessas considerações iniciais é como o efeito-autor se constitui (ou não) nessas resenhas para que se possa dar conta de responder a questão proposta sobre a inscrição do sujeito na escrita acadêmica.

### 3.2.1.2 Análise do Efeito-Autor

Sabe-se que a prática de TEXTUALIZAÇÃO produz, simultaneamente, o efeito-TEXTO e, também o efeito-AUTOR, nos termos de Gallo (2008). Reitero, porém, que esses efeitos só são produzidos (e também a prática de TEXTUALIZAÇÃO efetivada) no momento de fechamento. Assim, procuro compreender como se dá (ou não) o efeito-autor nas resenhas enquanto efeito de fecho, ou seja, enquanto produto dessa prática de TEXTUALIZAÇÃO. Nesse sentido, invisto em compreender duas questões: de que modo as resenhas produzidas pelo P01 produzem (ou não) esse fechamento? Há diferença entre a escrita e a reescrita no que tange a essa produção do efeito-autor?

Como já visto, o Laboratório se constitui na confluência de dois discursos (científico e acadêmico) e são esses discursos que determinam a interpelação do sujeito em seu dizer. Isto é, no trabalho com a produção de resenhas acadêmicas a posição-sujeito-aluno do LABEAL está determinada por aquilo que constitui o dizer na academia, ou seja, a relação entre ensino e aprendizagem da ciência, o dizer sobre a ciência em que ela própria se constitui. Nesse sentido, o LABEAL se constitui por pelo menos duas formações discursivas em confronto (a científica e a acadêmica) que demandam que o sujeito se posicione, dentro do que se espera dentro desse âmbito, produzindo um efeito de objetividade e, no caso específico da resenha, também, se posicionando em seu dizer. Dessa forma, pode-se dizer que o efeito-autor resultante do Laboratório se estabelece com o confronto dessas duas FDs. Assim, se pode pensar em um efeito-autor do discurso acadêmico-científico no Laboratório (e me parece que, também, nas aulas na universidade) porque implica a TEXTUALIZAÇÃO do discurso científico. Assim, como já dito, penso que tudo o que ecoa sobre o discurso científico e sobre o discurso acadêmico está relacionado à autoria daquele que escreve no

Laboratório e que já escreve a partir de relações parafrásticas que constituem esses dois discursos.

Nessa acepção, compreendo que as referências que o P01 faz ao texto-fonte antes relacionadas à heterogeneidade mostrada *marcada*, neste viés analítico, se constituem como uma determinação dos discursos científico e acadêmico, na medida em que este último implica a TEXTUALIZAÇÃO do primeiro. Além disso, a própria configuração da estrutura sintática e textual das resenhas analisadas, como o uso da terceira pessoa, a organização em introdução, desenvolvimento e conclusão, e, também, a presença de um resumo do texto-fonte; se remetem às determinações das formações discursivas em que o sujeito se inscreve. Isso porque, em geral, a escrita acadêmica, devido à busca desse efeito de objetividade, costuma vir mais marcada pela terceira pessoa do que pela primeira pessoa e, em específico, a resenha acadêmica pressupõe um resumo do texto-fonte e uma estrutura típica. Sendo assim, essas determinações dos discursos e da prática discursiva incidem sobre o sujeito e determinam (mas não limitam necessariamente) a inscrição em seu dizer.

Tendo em vista essas considerações, trago um primeiro recorte para desenvolver a análise das resenhas desenvolvidas por P01.

**Quadro 13:** Relação (6) da primeira escrita com a reescrita de P01

Escrita – 1º parágrafo	Reescrita – 1º parágrafo
<p>“O texto ‘Atrás dos Muros’ de Rachel Verano, <b>retrata o cenário da cidade de Iracemápolis.</b> [...]” (grifos meus).</p>	<p>“O texto ‘Atrás dos Muros’ de Rachel Verano, <b>retrata a construção de uma cerca ao redor da cidade de Iracemápolis.</b> De acordo com a autora o intuito da cerca é manter a ‘bandidagem’ longe das ruas da cidade.” (grifos meus).</p>

**Fonte:** Elaboração da autora.

A sequência discursiva grifada na primeira escrita do P01 marca que Verano retrata “o cenário da cidade de Iracemápolis”. Em contraposição, percebe-se na reescrita o processo de LEGITIMAÇÃO que visa conter a ambiguidade constitutiva (AUTENTICAÇÃO) na medida em que o sujeito diz: “Rachel retrata a construção de uma cerca ao redor da cidade de Iracemápolis”. Compreendo esse deslocamento como um resultado da prática de TEXTUALIZAÇÃO (que se dá já a

partir da leitura de um texto, pois, a leitura já é produção de sentidos) na medida em que o sujeito tenta conter as ambiguidades<sup>47</sup> provocadas no processo de AUTENTICAÇÃO na 1ª escrita. Assim, o sujeito procura, através do processo de LEGITIMAÇÃO, legitimar um efeito de sentido único ao dizer que a autora "retrata a construção de uma cerca" e não o "cenário".

Em relação a esse jogo entre dispersão e fechamento, sabe-se que a TEXTUALIZAÇÃO visa conter a dispersão constitutiva do discurso, porém, sem jamais conseguir contê-la totalmente. Assim, o que se produz é um efeito de sentido único. Nessa linha analítica, proponho uma relação entre os três textos (texto-fonte, escrita e reescrita) para se pensar nesse batimento discursivo entre a AUTENTICAÇÃO e a LEGITIMAÇÃO.

**Quadro 14:** Relação (1) do texto-fonte, da escrita e da reescrita de P01

Texto-Fonte	Escrita: 1º parágrafo	Reescrita: 2º parágrafo
<p>“Nos próximos meses, será a primeira cidade inteiramente cercada de que se tem notícia no país. <b>O prefeito Cláudio Consenza está tocando uma obra para isolar todo o perímetro urbano das rodovias que margeiam o município.</b>” (grifos meus).</p>	<p>“<b>Mas o curioso não para nesta instância, pois o prefeito de Iracemápolis está tocando uma obra para isolar todo o perímetro urbano,</b> com uma cerca. [...]” (grifos meus).</p>	<p>“<b>Diante deste contexto, o prefeito da cidade, Cláudio Consenza, está tocando uma obra para isolar todo o perímetro urbano</b> com um alambrado de 2,5 metros de altura, um percurso de quase 9 quilômetros.” (grifos meus).</p>

**Fonte:** Elaboração da autora.

<sup>47</sup> Como já dito na análise de nível enunciativo, dizer que a autora da reportagem retrata “o cenário” da cidade de Iracemápolis produz o sentido de que o discurso da autora constitui de fato o cenário da cidade, sendo este um único cenário, informação essa que aponta para um deslocamento de sentido do que se diz na reportagem e que reverbera a ambiguidade constitutiva do discurso.

Ressalto a SD, que está presente nas três produções textuais, o prefeito “está tocando uma obra para isolar o perímetro urbano”. De início, sabe-se que o discurso jornalístico opera em formações discursivas distintas daquelas que constituem o discurso acadêmico e o discurso científico e, conseqüentemente, que os sentidos produzidos em um ou em outro lugar discursivo se modificam. Desse modo, quando Verano na posição-sujeito jornalista diz que “O prefeito Cláudio Consenza está tocando uma obra para isolar todo o perímetro urbano”, o uso do verbo estar + gerúndio se remete ao momento da publicação da revista Veja, momento esse em que as notícias que são ali reportadas se desenvolvem, ou seja, em que a obra se desenrola. Assim, essas condições de produção facultam o uso do verbo estar + gerúndio, pois o processo de construção da obra estava, na data de publicação da reportagem, em andamento. Já nas resenhas produzidas por P01 as formações discursivas são outras e, portanto, o uso da SD “o prefeito está tocando uma obra” produz o questionamento: Em que momento isso se dá? É nesse sentido que tanto na escrita como na reescrita a construção “está tocando” reverbera aquilo que escapa ao sujeito, tanto ao sujeito-resenhista como ao sujeito-leitor no Laboratório, isto é o processo de AUTENTICAÇÃO do discurso. Isso porque pela reprodução da mesma expressão presente no texto-fonte tem-se a ilusão de uma manutenção do mesmo sentido, porém, como se sabe, isso não se dá, pois, os enunciados se inscrevem em formações discursivas distintas e, portanto, que produzem sentidos distintos.

Em um terceiro momento, recorro para a análise trechos da escrita e da reescrita que apontam para as determinações do DC e do DA na interpelação do sujeito que escreve no Laboratório.

**Quadro 15:** Relação (7) da primeira escrita com a reescrita de P01

1ª escrita	Reescrita
<p>“A autora parece fazer uma crítica em relação a este cenário, onde diz que os moradores não estão preocupados ao fato de Iracemápolis parecer uma ‘cidade medieval murada’ , ‘uma ilha separada do mundo real por um alambrado’. <b>Embora em outros momentos ela mostre pontos positivos dessa medida, parecendo estar de acordo com</b></p>	<p>“Durante o texto, a autora parece fazer uma crítica em relação a este cenário, dizendo que os moradores não estão preocupados ao fato de Iracemápolis parecer ‘uma cidade medieval murada’, ‘uma ilha separada do mundo real por um alambrado’, <b>embora em outros momentos ela aponte pontos positivos dessa medida,</b></p>

ela.” (grifos meus).	<b>relatando que com ela os moradores sentem-se mais tranquilos.</b> ” (grifos meus).
----------------------	---

**Fonte:** Elaboração da autora.

Conforme já dito na análise de nível enunciativo, a mudança da escrita para a reescrita no que concerne à parte em destaque ressalta que o sujeito que diz passa a compreender, a partir da reescrita, algumas das determinações da escrita acadêmica, isto é, a necessidade de apresentar “evidências”, “justificativas” para aquilo que o sujeito afirma, neste caso, a contradição do texto-fonte. Assim, entende-se que esse deslocamento feito pelo sujeito-resentista na reescrita, com a apresentação de uma justificativa para seu posicionamento com relação ao texto, é efeito do discurso científico e, também, do discurso acadêmico, na medida em que esse processo através da prática de TEXTUALIZAÇÃO do discurso científico.

Após essas considerações que acredito ser relevante para compreender a autoria em um nível discursivo, atento para a produção do efeito-autor na escrita e na reescrita. Para isso, destaco o último parágrafo da escrita e da reescrita.

**Quadro 16:** Relação (8) da primeira escrita com a reescrita de P01

Escrita	Reescrita
“Este texto pode ser utilizado para a realização de discussões sociais, por abordar como a questão da violência é preocupante e como está aflingindo até mesmo os lugares mais tranquilos. Isso nos leva então às seguintes questões: será a solução investir em cercas ou as medidas não deveriam ser mais sofisticadas? Que sociedade estamos construindo?”	“Este texto pode ser utilizado para a realização de discussões sociais, por abordar como a questão da violência é preocupante e como está aflingindo até mesmo os lugares mais tranquilos. Além disso, pode discutir quais as melhores medidas a serem tomadas para que haja a diminuição da violência nas cidades e a melhoria da qualidade de vida.”

**Fonte:** Transcrição de arquivo da autora.

Desenvolvi, na função-autor, que o sujeito se relaciona, nesses parágrafos, com a heterogeneidade constitutiva do discurso na medida em que desenvolve apontamentos sobre a questão da violência que se

constitui como discurso recorrente na sociedade contemporânea. Considerei, também, nessa dimensão enunciativa, que da escrita para a reescrita o sujeito parece se aproximar mais do que se considera uma resenha acadêmica até mesmo pelo distanciamento produzido pela omissão das perguntas, pois, entende-se que esse distanciamento é constitutivo do efeito de objetividade almejado pelo DC e pelo DA. Entretanto, como mencionado, o efeito-autor é o efeito da realidade do sujeito, realidade essa que se dá em uma dimensão discursiva e que, portanto, não pode ser compreendido a partir das heterogeneidades de Authier-Revuz (1990). Nesse sentido, quando o sujeito traz para o texto um outro discurso se está falando de heterogeneidade discursiva, já que não se relaciona mais com o interlocutor e se abre para a relação entre discursos e formações discursivas.

Desse modo, a produção do efeito-autor se dá tanto na escrita como na reescrita de P01 na medida em que esse jogo com um outro discurso (discurso sobre violência) permanece em ambas as produções textuais. É esse movimento do sujeito sob um discurso outro que produz o efeito-autor enquanto efeito de fecho que se dá no jogo de formações discursivas. Desse modo, o efeito-autor é produzido justamente nesse momento de fechamento em que o sujeito faz considerações que não estão no texto-fonte, inscrevendo seu dizer nesse jogo discursivo entre o discurso da reportagem e um outro discurso que irrompe pelo sujeito e por aquilo que ele tem para dizer. Abre-se espaço para a polissemia, através da paráfrase. Assim, ainda que a passagem de ambos os últimos parágrafos venha pela ordem do “senso comum”, do corriqueiro, é nesse momento que o sujeito se inscreve na resenha, ou seja, é nesse momento em que o sujeito se coloca dentro do texto e, conseqüentemente, produz o efeito-autor.

Seguindo esse raciocínio, pode-se questionar: quais seriam os movimentos da escrita para a reescrita no que tange ao efeito-autor? A meu ver, se pode pensar que na reescrita esse efeito ganha uma certa evidência porque o próprio sujeito ao reescrever seu texto após a discussão com os mediadores do LBEAL repensa, revê e reorganiza, ou seja, faz outras seleções e exclusões numa tentativa de que nessa nova escrita fiquem mais evidenciadas as características do discurso acadêmico e do discurso científico. Nesse sentido, parece haver um reconhecimento dessas características quando o sujeito efetiva e marca as diferenças em relação ao texto primeiro. Por isso, é comum para os mediadores ouvir testemunhos desses alunos em dizeres como “nossa como meu texto mudou” ou “como ficou melhor”. Assim, esse reconhecimento não só mantém como evidencia o efeito-autor na

medida em que é o próprio sujeito na posição de aluno que decide o momento em que seu texto está “acabado”, pois, o LABEAL não estabelece uma regra de quantas reescritas devem ser feitas ou até mesmo se alguma deve ser feita. Assim, o efeito de fecho se dá mais efetivamente no momento em que o próprio sujeito decide por fazer esse fecho, isto é, ele se responsabiliza por isso e se constitui como autor. Além disso, esse reconhecimento aproxima o efeito-autor da função-autor de texto-acadêmico, o que quer dizer que o sujeito não perde em função-autor na reescrita, mas apenas, se aproxima daquilo que ele considera como o modo de funcionamento dessa função no discurso acadêmico.

Para resumir, ainda que a reescrita da resenha dê mais espaço para o outro em termos enunciativos, o efeito-autor não só se mantém, como se evidencia pelo fato de o sujeito produzir, a partir da prática de TEXTUALIZAÇÃO, na reescrita, modificações que ele julga necessárias para constituir um efeito de fecho e de unidade em um texto mais próximo de um texto acadêmico. Esse efeito de fecho é produzido, tanto na escrita como na reescrita, pelo sujeito ao trazer um outro discurso e fazê-lo funcionar como seu, em sua produção discursiva. É justamente esse movimento que lhe garante autoria em um nível discursivo, autoria essa determinada pelo efeito-autor resultante do confronto das formações discursivas que constituem o discurso científico e o discurso acadêmico.

### 3.2.2 Recorte 02 – P02

A escolha desse segundo recorte para análise se deu porque, de certo modo, ele apresenta algumas semelhanças com relação às resenhas produzidas por P01, porém, como já dito, se afasta um pouco mais do que se considera uma resenha acadêmica. Isso porque, na escrita, o P02 não faz referências diretas ao texto-fonte e também não apresenta seu posicionamento com relação a esse texto, característica esta que se espera na composição da resenha.

A partir do exposto, trago a escrita da resenha na íntegra<sup>48</sup> que constitui o primeiro recorte do *corpus* selecionado para desenvolver uma análise, inicialmente, de nível enunciativo.

---

<sup>48</sup> Para melhor visualização, a transcrição desse recorte encontra-se disponível em anexo.





### 3.2.2.1 Análise da função-autor

A partir de uma leitura inicial já se percebe, diferentemente da escrita de P01, a ausência de pontos de heterogeneidades mostradas *marcadas* que explicitariam que esse dizer reverbera a reportagem da Revista Veja. Entretanto, mesmo que o P02 não estabeleça essa relação direta com o texto-fonte ele faz ecoar esse outro da notícia na medida em que ele traz informações a partir da leitura da reportagem. Nesse sentido, pode-se dizer que, ainda que a resenha não esteja marcada com referências diretas, o sujeito-aluno-resenhista faz uso da heterogeneidade mostrada *não marcada* na medida em que traz para seu texto informações da reportagem, operando com o discurso indireto livre. Como Authier-Revuz(1990) propõe:

Efetivamente, as formas não marcadas da heterogeneidade mostrada – discurso indireto livre, ironia... de um lado, metáforas, jogos de palavras... de outro – representam, pelo continuum, a incerteza que caracteriza a referência ao outro, uma outra forma de negociação com a heterogeneidade constitutiva; uma forma mais arriscada, porque joga com a diluição, com a dissolução do outro no um, onde este, precisamente aqui, pode ser enfaticamente confirmado mas também onde pode se perder. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 34. grifos da autora).

Antes de adentrar nas especificidades de como se dá a heterogeneidade mostrada *não marcada* na escrita da resenha de P02, ressalto que a ausência de referências diretas ao texto-fonte pode estar relacionada com as próprias condições de produção do Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura. Quer dizer, a meu ver, o LABEAL pode facultar essa omissão uma vez que o sujeito-aluno assume que os mediadores conhecem o texto, e, como a circulação das resenhas se resume ao Laboratório, o sujeito-resenhista pode omitir tais referências. Diferentemente, por exemplo, na produção de uma resenha acadêmica para uma revista ou para uma disciplina em que o sujeito se põe em outras condições e, conseqüentemente, irá assumir outras formas de dizer que se enquadrem nos quesitos da revista ou do professor da disciplina.

A partir do exposto, para entender melhor o que estou propondo com relação à heterogeneidade mostrada *não marcada*, destaco alguns enunciados que se estabelecem em relação entre o texto-fonte e a escrita da resenha.

**Quadro 17:** Relação do texto-fonte com a primeira escrita de P02

<b>1º parágrafo do texto-fonte</b>	<b>1º e 2º parágrafo da escrita</b>
<p>“Iracemápolis é uma pacata cidade de 15 000 habitantes, a 160 quilômetros de São Paulo, que se gaba de contar nos dedos de uma mão o número de presos que cumprem pena: são apenas três. A violência é coisa tão rara lá que nem chega a dar trabalho para os dezesseis homens do efetivo da Polícia Militar. Em todo este ano, foram registrados apenas sete roubos. Ainda assim, Iracemápolis deixou-se contaminar pelo mesmo pavor que aflige as metrópoles e tomou uma providência inusitada para manter a bandidagem longe de suas ruas. Nos próximos meses, será a primeira cidade inteiramente cercada de que se tem notícia no país. O prefeito Cláudio Consenza está tocando uma obra para isolar todo o perímetro urbano das rodovias que margeiam o município. É um alambrado de 2,5 metros de altura construído ao redor de toda a área habitacional, num percurso de quase 9 quilômetros.[...]”</p>	<p>“Numa cidade em que durante todo este ano foram registrados um total de sete roubos, que possui um total de três apenados, e um efetivo de dezesseis policiais militares, será a primeira cidade totalmente cercada do país.</p> <p>A cidade é Iracemápolis, possui 15.000 habitantes, fica a 160 quilômetros de São Paulo. Sua prefeitura está construindo um alambrado de 2,5 metros de altura, que cercará toda a área habitacional num percurso de aproximadamente 9 quilômetros.”</p>

**Fonte:** Elaboração da autora.

Já no primeiro parágrafo da resenha destaco a sequência discursiva “Numa cidade em que durante todo este ano foram registrados um total de sete roubos, que possui um total de três

apenados, e um efetivo de dezesseis policiais” para refletir sobre a forma como o sujeito se inscreve em seu dizer em relação ao texto-fonte. Como se sabe, esse enunciado se relaciona com a reportagem na medida em que traz informações sobre os roubos, os presos e o efetivo da polícia relatados no texto de Verano. O mesmo acontece com o segundo parágrafo que reverbera dizeres sobre a cidade de Iracemápolis e sobre o alambrado. Entretanto, a forma como o sujeito opta por realizar esse resumo sobre a reportagem omite o próprio texto-fonte na medida em que o sujeito opera pelo discurso indireto livre. Assim, caracterizo essa apresentação das informações do texto-fonte na resenha como uma forma de lidar com a heterogeneidade constitutiva através do discurso indireto livre, pois, o sujeito dilui o outro (da reportagem) no “eu” de si mesmo. Como Authier-Revuz (1990) mesmo afirma a linha entre a heterogeneidade mostrada *não marcada* e a heterogeneidade constitutiva é tênue, nas palavras da autora:

É ao corpo do discurso e à identidade do sujeito que remetem as diversas formas de heterogeneidade mostrada em sua relação com a heterogeneidade constitutiva: proibidos, protegidos na denegação, por formas marcadas, discurso e sujeito são, ao contrário, expostos ao risco de um jogo incerto pelas formas não marcadas e devotados à perda, face à ausência de toda heterogeneidade mostrada, no emaranhado da heterogeneidade constitutiva. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 34).

Assim, ao fazer uso da heterogeneidade mostrada *não marcada* o sujeito está negociando com a heterogeneidade constitutiva de maneira mais incerta, mais possível de “emaranhar-se” nessa heterogeneidade constitutiva do que quando se faz o uso de pontos marcados de heterogeneidade. Contudo, reitero que, no caso específico analisado, o sujeito está jogando com outro (reportagem) e não com o Outro (constitutivo), mesmo que esse Outro seja constitutivo de todo o dizer, pois, a negociação que o sujeito faz se relaciona, na omissão das referências, diretamente com o outro do texto-fonte, outro esse que se dilui na forma do discurso indireto livre e passa a constituir o “eu” do sujeito-resenhista.

Ainda sobre esse excerto, resalto que a estruturação sintática que o sujeito-resenhista elabora nesses dois primeiros parágrafos se afasta,

consideravelmente, da estrutura do texto-fonte, característica que produz um efeito autoral à resenha. Na reportagem, pode-se perceber que Verano organiza o seu texto trazendo, primeiramente, informações sobre Iracemápolis (cidade de 15.000 mil habitantes), em seguida, ressalta a pouca violência nesse município, para então, explorar o medo da violência que atingiu a cidade e que ocasionou no projeto da cerca. Já na resenha, P02 traz, de início, informações sobre o baixo índice de violência em contraposição à construção da cerca, produzindo um efeito de sentido de que há uma contradição latente entre construir uma cerca em um lugar que apresenta baixa violência. Assim, a sequência discursiva que compõe o primeiro parágrafo “Numa cidade em que durante todo este ano foram registrados um total de sete roubos, que possui um total de três apenados, e um efetivo de dezesseis policiais, será a primeira cidade totalmente cercada do país.”, produz um efeito textual, pois, não se sabe ainda de que cidade está falando, mas se sabe que é uma cidade com pouca violência e que, ainda assim, irá ser a primeira cidade cercada do país. Essa forma de dizer pode reverberar um posicionamento do sujeito-resenhista acerca da construção da cerca na medida em que ele parece fazer esse jogo com as palavras (utilizando, de início, orações subordinadas para somente ao final trazer a oração principal) para ressaltar uma contradição, já que, nessa escrita, o foco que se dá não é na construção de um alambrado em Iracemápolis, mas sim nessa construção em uma cidade (que poderia ser qualquer outra) com baixo índice de violência.

Nesse sentido, é somente no segundo parágrafo que P02 na posição-sujeito resenhista apresenta a cidade de Iracemápolis e traz mais informações sobre a cerca. Dessa forma, ambos os parágrafos se distanciam da forma de dizer do texto-fonte e, conseqüentemente, se estabelecem em uma relação mais autônoma, proporcionando maior efeito autoral para a resenha.

De forma semelhante ao excerto analisado, os parágrafos três e quatro da escrita se relacionam com o texto-fonte através do discurso indireto livre e, portanto, constituem pontos de heterogeneidade mostrada *não marcada*. Como aponto abaixo:

**Quadro 18:** Recorte constitutivo de fragmento da primeira escrita de P02

<b>3º e 4º parágrafo da escrita</b>
“Após a conclusão de uma obra com o custo de 300.000 reais, as entradas da cidade serão vigiadas durante 24hs por câmeras ligadas à central da polícia militar.

A cerca atualmente já ocupa um trecho de 500 metros dividindo um bairro de classe média que foi palco do último e mais violento crime cometido na cidade: um aposentado foi rendido e mantido refém por uma hora; teve sua caminhonete roubada por dois assaltantes armados. A vítima declarou que hoje sente-se bem protegido devido à cerca.”

**Fonte:** Transcrição da autora.

Assim, tanto os dois primeiros como esses dois últimos parágrafos da escrita da resenha podem se caracterizar como um resumo da reportagem que, como já mencionado, constitui as resenhas acadêmicas. Seguindo esse raciocínio, todos eles se constituem como um efeito metafórico, isto é, como um deslocamento do texto-fonte, ainda que o primeiro aponte para um possível posicionamento do sujeito, como já abordado.

Por fim, trago o último parágrafo da escrita para refletir sobre a função-autor:

**Quadro 19:** Recorte constitutivo (2) de fragmento da primeira escrita de P02

#### 5º e último parágrafo da escrita

“A efetividade da cerca contra criminosos é contestável, para além disso, **podemos** aventar a teoria de que aparatos de segurança possuem efeitos reversos. Quanto mais magnânimo e ostensivo o aparato de segurança com o qual **nos cercamos**, mais aumentada é a sensação de insegurança trazida pela presença do próprio aparato.” (grifos meus).

**Fonte:** Transcrição da autora.

Nesse excerto, o sujeito na posição de autor da resenha relaciona a temática posta pelo texto-fonte ao seu universo axiológico tomado por “tudo” ou pelo “pouco” que já sabe sobre questões que atravessam o tema, de forma semelhante à escrita de P01, abordando a questão dos aparatos de segurança e da violência. Saliento, ainda, que é somente nesse momento em que o sujeito traz um outro discurso para se posicionar acerca do assunto da reportagem que a primeira pessoa do plural aparece em seu texto como se esse fosse o momento para se inscrever e apresentar seu posicionamento, ainda que, como já visto, esse posicionamento pareça reverberar no primeiro parágrafo. Isso porque a primeira pessoa do plural produz um efeito de aproximação do sujeito ao seu dizer, ou seja, ao utilizar o “nós” o sujeito consegue se inscrever como um “eu” que pertence a esse grupo, estabelecendo-se,

então, em um efeito de maior inscrição em seu dizer do que a terceira pessoa ou o impessoal (como o próprio nome já diz). Além disso, resalto que o uso da primeira pessoa do plural é “autorizado” pelo discurso científico e pelo discurso acadêmico, isto é, é comum ver produções textuais que utilizam a primeira pessoa plural, ainda que não seja tão recorrente o uso dessa pessoa no singular, justamente porque aquela pessoa se afasta mais do “eu” que diz do que esta. E, como já dito, o discurso científico e, conseqüentemente, o discurso acadêmico enquanto discurso sobre a ciência, na busca pelo efeito de objetividade, procuram ausentar o sujeito do dizer para garantir o efeito de veracidade do objeto (ciência).

No que diz respeito à função-autor, é nesse parágrafo que o sujeito se afasta, de fato, do texto-fonte para trazer outra opinião sobre o assunto abordado na reportagem. Assim, esse posicionamento pode se caracterizar como o momento em que o sujeito busca o efeito de fecho e de unidade que constitui a função-autor (e também o efeito-autor), efeito esse que se dá pelo jogo com um outro discurso que passa a operar na constituição do seu próprio dizer. Nesse sentido, esse parágrafo se remete a dizeres sobre aparatos de segurança, como o próprio sujeito diz “podemos aventar a teoria de que aparatos de segurança possuem efeitos reversos.”, apontando para um outro lugar discursivo, aspecto que acentua a função-autor como implicada pelo dizer do outro.

Para resumir, reitero que nessa resenha não se apresentam pontos de heterogeneidade mostrada *marcada*, como nas resenhas de P01, porém, a escrita de P02, em muitos momentos, se constitui pelo discurso indireto livre que caracteriza a heterogeneidade mostrada *não marcada*. Entretanto, mesmo que, a princípio essas resenhas do P01 e do P02 pareçam ser bastante diferentes (uma por trazer muitas referências diretas e outra por diluir o dizer do outro), percebe-se que a inscrição do sujeito em seu dizer se dá, em ambas as produções, com maior evidência no último parágrafo, momento em que as posições-sujeito trazem para as resenhas outras informações que não se restringem ao outro do texto-fonte. É nesse momento em que o sujeito, ainda que determinado pelo Outro, caracteriza o seu dizer como “seu”, pois ao trazer para o seu texto um outro discurso sobre aparatos de violência (ou sobre a violência de forma geral como P01) o sujeito se apropria desse outro dizer e o faz funcionar e produzir sentidos em seu texto. Nesse sentido, tanto na escrita de P01 como na escrita de P02, a função-autor se dá com base nesse “tudo” o que o sujeito pode dizer ao se posicionar sobre determinado assunto.

Com o intuito de refletir acerca da função-autor no Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura trago, então, a reescrita da resenha de P02 na íntegra<sup>49</sup> para prosseguir a análise de dimensão enunciativa.

---

<sup>49</sup> Para melhor visualização, a transcrição desse recorte encontra-se disponível em anexo.





restringe mais, como na escrita, ao primeiro e último parágrafo do texto. Nesse sentido, o sujeito vai moldando a resenha tendo como base a sua opinião sobre o assunto durante os parágrafos da reescrita. Além disso, saliento que, a partir dos apontamentos feitos pelos mediadores do LABEAL, o sujeito efetua algumas referências diretas ao texto-fonte, ainda que elas não sejam tão proeminentes como a reescrita de P01.

Diante do exposto, trago os dois primeiros parágrafos, da escrita e da reescrita, respectivamente, para desenvolver a análise.

**Quadro 20:** Relação (1) da primeira escrita com a reescrita de P02

1º parágrafo da escrita	1º parágrafo da reescrita
<p>“Numa cidade em que durante todo este ano foram registrados um total de sete roubos, que possui um total de três apenados, e um efetivo de dezesseis policiais militares, será a primeira cidade totalmente cercada do país.”</p>	<p>“Iracemápolis é uma cidade em que em um ano foram registrados sete roubos, a cidade possui 15.000 habitantes e localiza-se a 16 quilômetros de São Paulo. Iracemápolis está para se tornar a primeira cidade do Brasil [<i>a cercar</i><sup>50</sup>] totalmente a sua área de aproximadamente 9 quilômetros, <b>atitude que pode ser considerada drástica. Como aponta a reportagem chamando a atenção ao fato de Iracemápolis ser uma cidade pacata e pouco povoada.</b>” (grifos meus).</p>

**Fonte:** Elaboração da autora.

Através da leitura desses dois parágrafos, nota-se que da escrita para a reescrita há uma mudança/deslocamento que consiste no foco dado pelo sujeito-resenhista, tendo como base o texto-fonte. Isso porque, como já visto, na escrita o sujeito não menciona, nesse parágrafo, a cidade de Iracemápolis, mas abre espaço para uma possível

<sup>50</sup> Deixei a construção “a cercar” entre colchetes no recorte trazido para análise porque o P02 omitiu esses termos ao traçar um risco em cima de uma construção sintática que havia escrito, possivelmente para retirar outras colocações que teria feito. Acredito que a omissão desses termos pode ter sido acidental uma vez que o verbo é necessário para produzir o sentido de que a Iracemápolis será cercada.

contradição existente entre cercar uma cidade que possui baixo índice de violência. Já na reescrita, o sujeito-resenhista parece seguir mais a organização do texto-fonte, apresentando, primeiramente, algumas informações básicas sobre a cidade de Iracemápolis (baixa violência, número de habitantes e localização), para, em seguida, afirmar que essa cidade será a primeira cidade cercada do Brasil. Esse deslocamento feito da escrita para a reescrita poderia ser visto, a primeira vista, como uma perda de um gesto autoral, uma vez que a relação que se estabelece entre a reescrita e o texto-fonte estão mais próximas e menos autônomas, porém, acredito, que esse deslizamento feito por P02 se dá mais por conta do que se espera de uma resenha acadêmica (que apresente um resumo do texto-fonte fazendo referência a esse texto) do que por uma modalização do sujeito ao dizer do outro. Isso porque, já na sequência o sujeito diz “atitude que pode ser considerada drástica”, marcando, então, o seu posicionamento com relação à construção da cerca de forma ainda mais explícita do que na primeira escrita.

Ainda com relação a esse excerto, destaco a sequência discursiva “Como aponta a reportagem” como um ponto de heterogeneidade mostrada *marcada* (AUTHIER-REVUZ, 1990), ainda que essa referência ao texto-fonte seja feita tendo em vista as condições de produção do LABEAL, isto é, que os mediadores têm conhecimento da reportagem apresentada, já que a forma como o sujeito referencia o texto-fonte poderia gerar a questão para um leitor que não conhecesse esse texto: que reportagem? Nesse sentido, essa determinação do Laboratório sobre o dizer do sujeito, nesse caso, faz com que ambas as resenhas de P02 se aproximem menos do que se espera de uma resenha acadêmica, justamente porque escrever no Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura é diferente de escrever em outras situações na universidade, ainda que o LABEAL seja um espaço para trabalhar sobre diferentes gêneros discursivos do âmbito acadêmico. Além disso, acredito que algumas questões de ordem linguística, como repetições, escolhas lexicais e alguns problemas de pontuações e de ortografia, podem, também, corroborar a esse “afastamento” do que se considera uma resenha acadêmica.

Na sequência, apresento mais alguns excertos para análise que evidenciam o efeito metafórico da primeira para a segunda escrita e que ressaltam o posicionamento do sujeito.

**Quadro 21:** Relação (2) da primeira escrita com a reescrita de P02

2º parágrafo da escrita	2º parágrafo da reescrita
“A cidade é Iracemápolis,	“O imenso alambrado, de

<p>possui 15.000 habitantes, fica a 160 quilômetros de São Paulo. Sua prefeitura está construindo um alambrado de 2,5 metros de altura, que cercará toda a área habitacional num percurso de aproximadamente 9 quilômetros.”</p>	<p>2,5 metros de altura e custo de 300.000 reais, terá todas as suas entradas vigiadas por câmeras ligadas à central da polícia militar durante 24h. <b>Como expõe a reportagem, a enorme cerca servirá mais efetivamente para tornar Iracemápolis uma analogia medieval do que torná-la mais imune à violência.”</b> (grifos meus).</p>
--	--

**Fonte:** Elaboração da autora.

Primeiramente, saliento que a sequência discursiva “Como expõe a reportagem” se caracteriza como um outro ponto de heterogeneidade mostrada *marcada* que, além de fazer referência ao texto-fonte, faz referência, também, ao posicionamento da autora da reportagem em uma certa altura do texto quando ela caracteriza Iracemápolis como uma cidade medieval murada. Nesse sentido, além de referenciar o outro da reportagem, o sujeito-resenhista se identifica com a posição assumida por Verano no que diz respeito à Iracemápolis parecer uma cidade medieval murada. Entretanto, percebo um deslocamento de sentido quando o sujeito diz “Como expõe a reportagem, a enorme cerca servirá mais efetivamente para tornar Iracemápolis uma analogia medieval do que torná-la mais imune à violência.”, pois, esse enunciado produz um sentido de que Verano parece expor que a cerca servirá mais para parecer uma cidade medieval do que para conter a violência, sentido esse que escapa àquilo que está dito no texto-fonte. Assim, percebe-se como o posicionamento do sujeito-resenhista incide sobre o dizer do outro (autora da reportagem) e constitui tanto o seu dizer quanto o próprio dizer do outro, por aquilo que escapa ao sujeito, diluindo o outro no “eu” e o “eu” no outro.

Ainda no que diz respeito à relação da primeira escrita com a reescrita, pode-se perceber que aquilo que, anteriormente, se parecia mais como um resumo das informações do texto-fonte, agora, está mais marcado pelo sujeito que se inscreve em seu dizer e se estabelece em uma contra-identificação com a atitude do prefeito e em uma identificação com a posição da jornalista. Assim, a função-autor vai se constituindo a partir desse posicionamento do sujeito que visa produzir o efeito de unidade e de fecho.

Com relação ao terceiro parágrafo, destaco algumas sequências discursivas:

**Quadro 21:** Recorte constitutivo de fragmento da reescrita de P02

<b>3º parágrafo da reescrita</b>
<p>“A cerca já possui um trecho de 500 metros, e divide um bairro de classe média aonde foi praticado, o último roubo, <b>segundo a reportagem</b>, ande raramente viam-se crianças já é possível avistá-las brincando tranquilamente. <b>A partir daí o texto torna-se ambíguo</b>, após criticar o cercamento de uma pequena e pacata cidade, afirma que: graças a mesma cerca, antes criticada, crianças podem brincar tranquilas com a anuência de seus pais.” (grifos meus).</p>

**Fonte:** Transcrição da autora.

Nesse excerto percebe-se mais um ponto de heterogeneidade mostrada *marcada* (“segundo a reportagem”) e, também, um posicionamento com relação ao texto da reportagem, aspecto não apresentado na escrita. Nesse sentido, destaco a SD “A partir daí o texto torna-se ambíguo” como uma forma do sujeito se posicionar perante a reportagem e que é justificado pela relação de Verano com a “pacata cidade medieval” em contraposição à visão da cidade como um espaço em que as crianças podem brincar livremente.

Por último, destaco o último parágrafo da escrita e da reescrita:

**Quadro 22:** Relação (2) da primeira escrita com a reescrita de P02

Último parágrafo da escrita	Último parágrafo da reescrita
<p>“A efetividade da cerca contra criminosos é contestável, para além disso, podemos aventar a teoria de que aparatos de segurança possuem efeitos reversos. Quanto mais magnânimo e ostensivo o aparato de segurança com o qual nos cercamos, mais aumentada é a sensação de insegurança trazida pela presença do próprio aparato.”</p>	<p>“<b>Acreditado</b> que a efetividade da cerca contra a violência é <b>extremamente</b> contestável, para além disso, podemos aventar a teoria que aparatos de segurança possuem efeito reverso. Quanto maior a magnitude e ostensividade do aparato de segurança com o qual nós cercamos, mais aumentada é a sensação de insegurança trazida pela presença do próprio aparato.” (grifos meus).</p>

**Fonte:** Elaboração da autora.

Inicialmente, percebe-se que na reescrita, além do uso da primeira pessoa do plural, tem-se o uso da primeira pessoa no singular, aspecto que marca ainda mais o dizer do sujeito como seu, pois, traz o sujeito para a voz de seu dizer e não o escamoteia na busca de um efeito de objetividade. Entretanto, semelhante à escrita, essa primeira pessoa do singular só aparece nesse momento em que o sujeito se posiciona, explicitamente, acerca da temática do texto-fonte, como se esse fosse o momento em que se autoriza, de fato, a inscrição em seu dizer. Dizer isso não quer dizer, porém, que o sujeito não se posicione no restante da resenha, pois, como já visto, toda a reescrita da resenha apresenta o posicionamento de P02, porém, quero dizer, somente, que aqui é o momento em que tanto a primeira pessoa do singular quanto a do plural vem à tona, momento em que seu posicionamento acerca do assunto da reportagem é reforçado e que se produz o efeito de fecho.

Com relação a esse efeito de fecho e de unidade, considera-se que tanto na escrita como na reescrita esse efeito é produzido de forma semelhante, pois a função-autor se efetiva através da incorporação desse outro discurso no dizer do sujeito-resenhista, constituindo “tudo” aquilo que ele sabe sobre o tema e que escolheu utilizar para justificar seu posicionamento. É nesse momento, então, que o sujeito se responsabiliza pelo texto construído, e, nesse caso, responsabiliza-se de tal forma que até mesmo a primeira pessoa do singular se materializa.

Além disso, resalto que na reescrita a SD “extremamente contestável” enfatiza ainda mais o posicionamento do sujeito contra a medida adotada pelo prefeito, como se a partir dos apontamentos do LABEAL o sujeito quisesse se inscrever ainda mais em seu dizer, talvez por entender esse posicionamento como característico das resenhas acadêmicas.

Enfatizo, ainda, que quando comparadas às resenhas de P01, P02 não se aproxima tanto da resenha acadêmica pela forma como ele usa as referências na reescrita (já tomando como dado o conhecimento dos leitores sobre o texto que se fala) e, também, por algumas questões de ordem linguística como repetições, escolhas lexicais, pontuações, que não caracterizam o foco desta análise. Porém, esse aspecto de estar um pouco menos próximo de uma resenha acadêmica não corroborou o apagamento do sujeito-resenhista P02, pelo contrário, parece que a sua inscrição se deu, no nível enunciativo, de forma ainda mais evidente do que P01, por abordar, constantemente, seu posicionamento de forma a se inscrever em seu texto. Essa característica poderia apontar para a questão de que os alunos possuem mais dificuldade de se inscrever em seu dizer ao reconhecer o funcionamento dos gêneros acadêmicos,

justamente por não saber como se posicionar, porém, como já dito, não pretendo me estender nessa questão nesta pesquisa, mas sim, apenas apontar uma possibilidade de estudo.

Outro aspecto que gostaria de ressaltar consiste em uma diferença no que tange ao uso da heterogeneidade mostrada *marcada* e ao modo como ela opera nas resenhas de P01 e nas resenhas de P02. Como havia dito, o uso dos pontos de heterogeneidade mostrada podem limitar o dizer do sujeito à voz do outro, ou, ainda, abrir ainda mais espaço para a voz do “eu”. Diferentemente do texto de P01, em especial da reescrita, em que os pontos de heterogeneidade mostrada *marcada* operavam de modo a deixar o texto o mais próximo possível de uma resenha acadêmica, na reescrita de P02 esses pontos parecem corroborar a inscrição da voz do sujeito que diz. Nesse sentido, nos exemplos “Como expõe a reportagem, a enorme cerca servirá mais efetivamente para tornar Iracemápolis uma analogia medieval do que torná-la mais imune à violência.” e “A partir daí o texto torna-se ambíguo, após criticar o cercamento de uma pequena cidade, afirma que: graças a mesma cerca, antes criticada, crianças podem brincar tranquilas...”, o sujeito traz, respectivamente, esse outro para se aproximar ou se afastar do posicionamento da reportagem, ou seja, o sujeito traz o outro para funcionar em *seu* texto. Não quero dizer, com isso, que P01 não utiliza essas referências ao outro da reportagem para funcionar em seu texto, ao contrário, ele faz, também, esse mesmo jogo, porém, enquanto P01 parece fazer para constituir seu dizer como uma resenha acadêmica, P02 parece trazer o outro para constituir o seu posicionamento com relação à temática do texto. Ou seja, é o mesmo jogo com a heterogeneidade mostrada *marcada*, porém com funcionamentos distintos. Assim, entende-se que o outro fala nos diferentes textos produzindo diferentes efeitos de sentido.

Por último, em relação à escrita e a reescrita de P02 me parece que ainda que ambas as produções textuais façam esse jogo com um outro discurso para produzir o efeito de fechamento, e, portanto, ambas operem na função-autor, a reescrita se aproxima mais de uma resenha acadêmica através dos pontos de heterogeneidade mostrada *marcada* e, também, pelo uso de termos como “extremamente contestável” e da primeira pessoa do singular no último parágrafo que evidenciam o posicionamento do sujeito e que reverbera à composição da resenha como uma prática discursiva que demanda que o sujeito se posicione. Desse modo, pela forma como P02 compreende o funcionamento da resenha acadêmica a partir dos apontamentos dos mediadores do LABEAL, P02 busca, em um caminho inverso ao de P01, constituir

ainda mais seu posicionamento na reescrita, enfatizando o elemento crítico que caracterizam as resenhas. Em direção oposta, P01 modaliza seu dizer para aproximar seu texto do funcionamento dos textos acadêmicos, enfatizando os elementos de ordem acadêmica (e não o posicionamento crítico) que constituem uma resenha *acadêmica*. Nesse sentido, ainda que de maneira oposta, a meu ver, ambos se alçam na função-autor que constitui as resenhas acadêmicas a partir daquilo que constitui a compreensão do funcionamento dessa prática discursiva de cada um.

### 3.2.2.2 Análise do Efeito-Autor

Como já exposto na análise do efeito-autor nas resenhas de P01, o sujeito ao escrever e se inscrever no Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura está determinado pelos discursos científico e acadêmico e é a partir da prática de TEXTUALIZAÇÃO do discurso científico que o efeito-autor é produzido. Assim, se pensa em um efeito-autor do discurso acadêmico-científico na medida em que aquele que escreve no LABEAL já escreve a partir desses dois discursos e das formações discursivas que os constituem.

Nessa perspectiva, compreendo que a presença de pontos de heterogeneidade mostrada *marcada* na reescrita de P02, se constituem como uma determinação do discurso científico-acadêmico e como resultado da prática de TEXTUALIZAÇÃO do LABEAL, pois, como se sabe, escrever na academia implica em explicitar o(s) outro(s) que constitui aquilo que eu digo, ou seja, realizar referências aos autores e aos textos consultados. Nesse sentido, a reescrita de P02 se aproxima mais de uma resenha acadêmica porque se coloca nesse lugar discursivo do discurso científico e do acadêmico e nas formações discursivas que constituem esses discursos. Entretanto, essas referências, como visto na análise de nível enunciativo, se apresentam de uma forma que pressupõe que o leitor já sabe de que texto se está falando (“Como aponta a reportagem”; “Como expõe a reportagem”), aspecto que descaracteriza, de certo modo, a resenha acadêmica, mas que se relaciona às condições de produção do Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura como espaço de ensino e aprendizagem da escrita acadêmica e não como espaço em que o discurso científico próprio se constitui.

Além disso, saliento que a própria configuração sintática e textual de ambas as resenhas analisadas, organizadas em com um resumo do texto-fonte e com um posicionamento sobre o assunto e/ou sobre a própria reportagem, se remetem às determinações das formações



discursivas em que o sujeito se inscreve. Porém, ao utilizar a primeira pessoa do plural na escrita e, também, a primeira pessoa do singular na reescrita o sujeito busca ir ao encontro do efeito de objetividade almejado pelo DC e pelo DA, procurando enfatizar o seu “eu” que se põe a dizer. Entretanto, esses usos da primeira pessoa, como já visto na análise da função-autor, se restringem, em ambas as resenhas, aos últimos parágrafos, isto é, ao momento em que o sujeito se vê “autorizado” a expor seu posicionamento. Assim, o próprio uso da 1ª pessoa também é determinado pelas FDs do discurso científico e do discurso acadêmico, visto que não é em qualquer lugar, nem de qualquer forma que essa pessoa pode ser utilizada nesses discursos. Ou seja, uma liberdade determinada por aquilo que o sujeito pode dizer e como ele pode se inscrever em seu dizer.

Com base no exposto, trago os últimos parágrafos da escrita e da reescrita de P02 para pensar no modo como se dá o efeito-autor e, também, no modo como o sujeito opera determinado pelo discurso científico e pelo acadêmico.

**Quadro 23:** Relação (3) da primeira escrita com a reescrita de P02

Escrita	Reescrita
<p><b>“A efetividade da cerca contra criminosos é contestável, para além disso, podemos aventar a teoria de que aparatos de segurança possuem efeitos reversos. Quanto mais magnânimo e ostensivo o aparato de segurança com o qual nos cercamos, mais aumentada é a sensação de insegurança trazida pela presença do próprio aparato.”</b> (grifos meus).</p>	<p><b>“Acredito que a efetividade da cerca contra a violência é extremamente contestável, para além disso, podemos aventar a teoria que aparatos de segurança possuem efeito reverso. Quanto maior a magnitude e ostensividade do aparato de segurança com o qual nós cercamos, mais aumentada é a sensação de insegurança trazida pela presença do próprio aparato.”</b> (grifos meus).</p>

**Fonte:** Elaboração da autora.

Como já vimos na análise discursiva de P01, entende-se que o efeito-autor é o efeito de “fim”, de fechamento e, em ambos os casos, ele se dá através da presença desse outro discurso que vem operar no dizer do sujeito-resenhista. Em outras palavras, esse “tudo” ou “pouco” que o sujeito tem é o que dá o efeito de fechamento para seu texto e que efetiva a prática de TEXTUALIZAÇÃO, produzindo, assim, o efeito-

autor enquanto efeito da realidade do sujeito no confronto das formações discursivas do DC e do DA no LABEAL.

Entretanto, da mesma forma como em P01, a mudança desse efeito da escrita para a reescrita está, justamente, pelas próprias escolhas que o sujeito faz, a partir da prática de **TEXUALIZAÇÃO** do LABEAL, para que seu texto funcione dentro do discurso científico-acadêmico. Como já visto, o sujeito-resenhista P02 apresenta de forma muito mais evidenciada seu posicionamento sobre a construção da cerca em Iracemápolis na reescrita do que na escrita, aspecto que se relaciona, justamente, com aquilo que ele interpreta dos comentários/sugestões dos mediadores do LABEAL e, nesse caso específico, com aquilo que ele entende como uma das características da resenha: o posicionamento crítico. Assim, esse efeito-autor é evidenciado na reescrita, na medida em que o sujeito procura estabelecer esse fecho, isto é, ele se responsabiliza por isso e se constitui como autor, a partir daquilo que ele entende que é produzir uma resenha acadêmica.

Ainda, acrescento que esse outro discurso que o P02 traz para o seu texto além de produzir esse efeito de fecho também reverbera o universo da escrita acadêmica na medida em que o sujeito utiliza esse outro para proporcionar maior “validade” e justificar seu posicionamento. Para explicar melhor o que estou propondo, trago a sequência discursiva “Acredito que a efetividade da cerca contra a violência é extremamente contestável, **para além disso**, podemos aventar **a teoria** que aparatos de segurança possuem efeito reverso.” (grifos meus). Nessa SD, quando o sujeito diz “para além disso, podemos aventar a teoria”, isto é, para além da sua opinião sobre a construção da cerca ser extremamente contestável, pode-se apontar que há teorias que asseguram que a construção de uma cerca para conter a violência não é uma medida muito válida, o sujeito se utiliza do DC e do efeito de objetividade e de veracidade característico desse discurso para justificar sua posição contrária à construção da cerca. Em outras palavras, percebe-se que o discurso científico opera, em conjunto com o discurso acadêmico, para ressaltar aquilo que o sujeito coloca durante toda a sua reescrita, ou seja, o sujeito faz uso desse outro discurso para constituir o seu próprio dizer. Assim, esse efeito de objetividade do DC opera na constituição da própria inscrição do sujeito em seu dizer, uma vez que ele traz aquilo que é “objetivo” e “neutro” (enquanto efeitos) para sustentar seu posicionamento e, conseqüentemente, a sua inscrição em seu dizer.

### 3.2.3 Recorte 03 – P03

O terceiro recorte selecionado para a pesquisa se aproxima das resenhas de P01 na medida em que faz referência ao texto-fonte logo na primeira escrita, mas, também, se aproxima daquelas desenvolvidas por P02, pois, é somente na reescrita que P03 apresenta seu posicionamento com relação à reportagem. Entretanto, o que me chama atenção nesse recorte é a ausência de um posicionamento específico sobre o assunto do texto-fonte, diferentemente de P01 e P02 que o apresentam, mais explicitamente, no último parágrafo. Para esclarecer esse aspecto, trago na íntegra<sup>51</sup> a escrita de P03 para desenvolver, de início, uma análise de nível enunciativo.

---

<sup>51</sup> Para melhor visualização, a transcrição desse recorte encontra-se disponível em anexo.

A notícia "Atrás dos muros" publicada na revista Veja é sobre (a cidade de) Iracemápolis, uma pequena cidade com quingenta mil habitantes no interior do estado de São Paulo que está tomando medidas drásticas contra a violência.

segundo

A cidade é conhecida por ser pacata e (p) registrar pouquíssimos crimes anualmente, conta com somente três presas e dezesseis policiais militares. Mas o recuo do aumento da violência levou o prefeito a iniciar uma obra para cercar a cidade inteira.

A previsão  
é de que  
as obras

O objetivo da obra é fazer abrigados com dois metros e meio de altura para isolar a cidade das rodovias que a contornam. Serão nove quilômetros de muros, cujas em que <sup>nas portas</sup> entradas do município terão gueltes de segurança com vigilância por câmeras vinte e quatro horas por dia com disciplinização da polícia militar.

O orçamento previsto é de trezentos mil reais, que segundo o prefeito, vale a pena para manter a qualidade de vida e evitar crimes. Inclusive os moradores apoiam a ideia de morar em um condomínio pechado, já que terão mais proteção. Quem <sup>no momento</sup> <sup>temporário</sup> está

As obras já começaram e a separação do perímetro urbano das rodovias deixou as áreas já ocasionou mudanças sociais, como o patô dos pais deixarem crianças

brincar livremente próximo às áreas

### 3.2.3.1 Análise da função-autor

A princípio, relaciono os primeiros parágrafos da escrita com o texto-fonte para refletir sobre a questão da inscrição do sujeito em seu dizer e observar os pontos de heterogeneidade mostrada (AUTHIER-REVUZ, 1990).

**Quadro 24:** Relação do texto-fonte com a primeira escrita de P03

Texto-fonte	1º e 2º parágrafo da escrita
<p><b>“Iracemápolis é uma pacata cidade</b> de 15 000 habitantes, a 160 quilômetros de São Paulo, que se gaba de contar nos dedos de uma mão o número de presos que cumprem pena: são apenas três. A violência é coisa tão rara lá que nem chega a dar trabalho para os dezesseis homens do efetivo da Polícia Militar. Em todo este ano, foram registrados apenas sete roubos. Ainda assim, Iracemápolis deixou-se contaminar pelo mesmo pavor que aflige as metrópoles <b>e tomou uma providência inusitada para manter a bandidagem longe de suas ruas.</b> Nos próximos meses, será a primeira cidade inteiramente cercada de que se tem notícia no país. O prefeito Cláudio Consenza está tocando uma obra para isolar todo o perímetro urbano das rodovias que margeiam o município.[...]” (grifos meus).</p>	<p><b>“A notícia “Atrás dos muros” publicada na revista Veja</b> é sobre Iracemápolis, uma pequena cidade com quinze mil habitantes no interior do estado de São Paulo <b>que está tomando medidas drásticas contra a violência.</b></p> <p><b>A cidade é conhecida por ser pacata</b> e registrar pouquíssimos crimes anualmente, conta com somente três presos e dezesseis policiais militares. Mas o receio do aumento da violência levou o prefeito a iniciar uma obra para cercar a cidade inteira.”(grifos meus).</p>

Fonte: Elaboração da autora.

De início, como já dito, aponto para a sequência discursiva que inicia a resenha de P03 “A notícia “Atrás dos muros” publicada na revista Veja” que se caracteriza como um ponto de heterogeneidade mostrada *marcada* e que já situa o leitor sobre o que irá ser tratado na

resenha. Além disso, é interessante observar, nesse excerto, enunciados que se estabelecem em relação entre o texto-fonte e a resenha, como as seqüências discursivas grifadas “[...]e tomou uma providência inusitada para manter a bandidagem longe de suas ruas[...]” no texto-fonte, e “[...]que está tomando medidas drásticas contra a violência[...]” na resenha, em que o enunciado do sujeito-resenhista se configura como sendo efeito de um deslizamento de sentido do texto-fonte. Nesse sentido, semelhante ao que acontece com a SD “mas o curioso” na primeira escrita da resenha de P01, P03 ao dizer que a cidade está tomando medidas drásticas contra a violência se estabelece em relação com a “providência inusitada” do texto de Verano. Esse deslizamento, porém, produz um outro sentido (diferentemente do adjetivo curioso em P01) que vai além do que é tomar uma medida inusitada, mas sim drástica. Isto é, ao dizer que a cidade está tomando uma medida drástica, o sujeito-resenhista já expõe seu julgamento com relação à construção da cerca, como além de inusitado, além de algo curioso ou fora do comum, mas como uma medida radical, exagerada e, até, violenta, de acordo com definições dadas pelo Dicionário Priberam da Língua Portuguesa *Online*<sup>52</sup>.

Desse modo, o efeito metafórico que se dá entre o texto-fonte para a resenha de P03 produz um sentido que desloca do texto-fonte, abrindo espaço para essa visão da construção do alambrado como radical, excessiva, e apontando para o posicionamento do sujeito com relação à medida do prefeito. Assim, esse movimento se caracteriza como uma inscrição do sujeito em seu dizer, pois, ele julga a atitude do prefeito como drástica e, desse modo, se mostra mais presente na resenha. Em outras palavras, ao não marcar o dizer como não seu intui-se que o dito constitui o posicionamento do sujeito.

Ainda com relação a essa seqüência discursiva, acrescento que ao não marcar o texto-fonte e, conseqüentemente, ao assumir que é seu posicionamento a caracterização da construção da cerca como uma medida drástica, o sujeito parece estar operando em uma negociação inconsciente com a heterogeneidade constitutiva do discurso. Isto é, o sujeito assumiu aquele posicionamento como seu, ainda que ele esteja constituído nessa relação com o dizer do outro. Saliento, porém, que essa relação se dá, diferentemente da primeira escrita de P02 em que o

---

<sup>52</sup> De acordo com o dicionário citado o adjetivo drástico tem as seguintes definições: “1. Que tem energia = energético; 2. Que efetua uma alteração violenta ou uma ação extrema ou excessiva [...] = radical.” Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/dr%C3%A1stico> acessado em 23/02/2017.

sujeito não faz quaisquer referências ao texto-fonte, pois, apresentar as informações que lhe são interpretadas a partir da leitura da reportagem é diferente de estabelecer uma relação entre enunciados como, a relação entre medida inusitada e medida drástica, pois, neste caso essa relação evidencia um julgamento sobre a atitude do prefeito e um posicionamento do sujeito-resentista e não apenas realiza um resumo das informações.

Ressalto, por fim, a SD “A cidade é conhecida por ser pacata” que produz um deslocamento de sentido em relação à afirmação do texto-fonte “Iracemápolis é uma pacata cidade de 15 000 habitantes”. Quando o sujeito diz que a cidade é conhecida por ser pacata se tem a ideia de que ela é conhecida dessa forma por algo ou por alguém. Assim, essa sequência discursiva produz um sentido (dentre os outros possíveis) que a cidade pode ser conhecida por ser pacata pelos próprios moradores, ou até mesmo, conhecida em um nível maior como conhecida pelo Estado de SP, ou pela Revista Veja, de qualquer forma, ela pode ser conhecida por vários grupos de pessoas ou entidades, mas, de fato, seria conhecida por algo ou alguém como pacata. Diferentemente, no texto-fonte Verano coloca Iracemápolis como uma pacata cidade, ou seja, é a própria autora da reportagem que caracteriza a cidade de tal forma e isso não implica, necessariamente, que Iracemápolis seja conhecida por tal.

No que se refere, também, a deslocamento de sentido ressalto o quarto parágrafo de P03:

**Quadro 25:** Recorte constitutivo de fragmento da primeira escrita de P03

4º parágrafo da escrita
<p>“O orçamento previsto é de trezentos mil reais, que segundo o prefeito, vale a pena para manter a qualidade de vida e evitar crimes. <b>Inclusive os moradores apoiam a ideia de morar em um condomínio fechado, já que terão mais proteção.</b>” (grifos meus).</p>

**Fonte:** Transcrição da autora.

Quando o sujeito diz que “Inclusive os moradores apoiam a ideia de morar em um condomínio fechado, já que terão mais proteção” percebe-se um deslocamento de sentido com relação ao texto-fonte, pois, se dá a ideia de que, de forma geral, os moradores apoiam a construção da cerca. Considero esse gesto de interpretação, a partir da leitura do texto-fonte, como relacionado a alguns apontamentos de Verano, como o relato de um morador que, após ser assaltado, passa a se

sentir mais seguro com construção da cerca e, também, à atitude de alguns pais que passaram a permitir que seus filhos brincassem na rua livremente. Além disso, nessa mesma sequência discursiva, chamo a atenção para uma contradição que se estabelece no dizer do próprio sujeito com o que antes considerou uma “medida drástica”. Isso porque ao dizer: “já que terão mais proteção” e, ao não marcar o outro do texto-fonte, intui-se que a construção da cerca dará mais proteção aos moradores e um dos possíveis sentidos produzidos é que mesmo sendo uma medida drástica, os moradores terão mais proteção. Assim, a resenha de P03 me parece seguir uma contradição semelhante àquela do texto-fonte que, apesar de apontar os pontos negativos, também apresenta a “tranquilidade” que a cerca garante aos moradores.

No último parágrafo, vê-se, ainda, a reverberação do texto-fonte na resenha:

**Quadro 26:** Recorte constitutivo (2) de fragmento da primeira escrita de P03

**Último parágrafo da escrita**

“As obras já começaram e a separação do perímetro urbano das rodovias já ocasionou mudanças sociais, como o fato dos pais deixarem crianças brincar livremente próximo às áreas muradas.”

**Fonte:** Transcrição da autora.

Diferentemente das resenhas de P01 e P02, P03 na posição-sujeito-resenhista não desenvolve um último parágrafo se posicionando acerca do assunto nem mesmo da reportagem. Nesse último excerto, o sujeito faz seu fechamento de maneira muito próxima ao que se vê no texto-fonte, falando sobre as mudanças ocorridas com o início da construção da cerca. Nesse sentido, a função-autor, nessa resenha, parece assumir mais um caráter de função-autor da produção de um resumo do que da produção de uma resenha, justamente por essa ausência de um posicionamento que produziria um efeito de fecho dentro do que se espera de uma resenha acadêmica. A meu ver, a forma como o sujeito encerra a sua resenha não produz esse efeito de fecho de resenha acadêmica, ainda que o efeito de unidade esteja presente, justamente pela sua aproximação ao que poderia ser um efeito de fecho de um resumo (e não de uma resenha). Em outras palavras, o que estou propondo é que, nessa primeira escrita, a função-autor do sujeito que diz se aproxima da função-autor do sujeito na posição daquele que escreve um resumo e não uma resenha acadêmica, tendo em mente que toda a



produção que implica em uma responsabilização do dizer e um efeito de unidade possui um “patamar” de função-autoria.

Para compreender melhor a inscrição do sujeito na escrita acadêmica, atento para a reescrita de P03 na íntegra<sup>53</sup>.

---

<sup>53</sup> Para melhor visualização, a transcrição desse recorte encontra-se disponível em anexo.

A notícia "Atrás dos muros" publicada na revista Vega explica sobre <sup>123456</sup>Tracemópolis, uma pequena cidade com quinze mil habitantes no interior do estado de São Paulo que está tomando uma medida inusitada contra a violência.

Segundo a relatora, a cidade é conhecida por ser pacata e registrar pouquíssimos crimes anualmente, possui somente três presas e dezesseis policiais militares. Mas o recuo do aumento da violência das grandes cidades, <sup>de cerca de 500 mil</sup> e seu possível elastamento para o interior, levou o prefeito a iniciar uma obra para cercar a cidade.

A obra, orçada em 300 mil reais, de acordo com a notícia, tem como objetivo construir um cercado com dois metros e meio de altura para contornar a cidade. A previsão, na época <sup>em que se escreveu</sup> do texto, são nove quilômetros de muros e as estradas de entrada da cidade <sup>ganharão</sup> guaritas de segurança com vigilância por câmeras e fiscalização da polícia militar.

<sup>22a página</sup> Segundo o prefeito, a obra que isola o município das rodovias, são essenciais para manter a qualidade de vida e evitar problemas de segurança.

Quando escrita a matéria, a cerca já tinha 500 metros, e os moradores da área informaram que se sentiam mais protegidos e os pais deixaram as crianças brincar livremente perto do muro, uma clara mudança no cotidiano segundo a relatora, que demonstra que os moradores apoiam a ideia de viver em um condomínio fechado.

A redação da notícia, possivelmente para captar a atenção do leitor, está recheada de sensacionalismo. Utiliza palavras como "pacata" para definir a cidade, o que sugere não ser uma cidade somente pequena e tranquila, mas também sem muita coisa para se fazer. Trata a violência com agravantes de "pavor", "hordidagem" e descreve um roubo com sequestro para <sup>justificar</sup> ressaltar o Tema.

Sobre o mero em si a relatora fornece diversas opiniões pessoais, afirmando ser uma "providência inusitada", "primeira cidade cercada do país" e "parecer uma cidade medieval murada". Apesar das opiniões negativas da obra, afirmando inclusive que a cidade será uma ilha separada do mundo real, a relatora construiu o texto com diversas passagens que justificam a obra, afirmando as mudanças sociais positivas nas vidas dos moradores, o que não deixa clara seu posicionamento e só resalta o sensacionalismo.

Para realizar a análise da reescrita trago, primeiramente, um recorte dos parágrafos iniciais dessa produção textual, estabelecendo uma relação com esses mesmos parágrafos da escrita. Conforme o quadro abaixo:

**Quadro 27:** Relação (1) da primeira escrita com a reescrita de P03

1º e 2º parágrafo da escrita	1º e 2º parágrafo da reescrita
<p><b>“A notícia ‘Atrás dos muros’ publicada na revista Veja é sobre Iracemápolis, uma pequena cidade com quinze mil habitantes no interior do estado de São Paulo que está tomando</b></p>	<p><b>“A notícia ‘Atrás dos muros’ publicada na revista Veja explica sobre Iracemápolis uma pequena cidade com quinze mil habitantes no interior do estado de São Paulo que está</b></p>

<p><b>medidas drásticas contra a violência.</b></p> <p>A cidade é conhecida por ser <b>pacata</b> e registrar pouquíssimos crimes anualmente, conta com somente três presos e dezesseis policiais militares. Mas o receio do aumento da violência levou o prefeito a iniciar uma obra para cercar a cidade inteira.” (grifos meus).</p>	<p><b>tomando uma medida inusitada contra a violência.</b></p> <p>Segundo a relatora, a cidade é conhecida por ser <b>pacata</b> e registrar pouquíssimos crimes anualmente, e possui somente três presos e dezesseis policiais militares. Mas o receio do aumento da violência das grandes cidades, e seu possível alastramento para o interior, levou o prefeito a iniciar uma obra para cercar a cidade.” (grifos meus).</p>
---	---

**Fonte:** Elaboração da autora.

A princípio, destaco as sequências discursivas “A notícia “Atrás dos muros” publicada na revista Veja” e “Segundo a relatora” como pontos de heterogeneidade mostrada *marcada* na reescrita de P03. Em acréscimo, percebe-se que o sujeito optou, na reescrita, por manter a forma de caracterização da construção da cerca com o mesmo adjetivo utilizado no texto-fonte, substituindo “está tomando medidas drásticas” por “está tomando uma medida inusitada”, sendo que essa forma pode ser considerada um ponto de heterogeneidade mostrada *não marcada*, já que reverbera o dizer do texto-fonte, porém, sem marcá-lo. Assim, o sujeito, na reescrita, opta por retirar um adjetivo que marcava mais seu posicionamento e, ao invés, inclui um termo já utilizado no texto-fonte para se referir à construção da cerca. Essa característica pode ser compreendida como uma forma de modalizar o dizer, operando em um efeito de maior distanciamento, característico, como já visto, da escrita acadêmica.

Na sequência, ainda a respeito desse mesmo excerto, ressalto a SD “Segundo a relatora, a cidade é conhecida por ser pacata” como uma tentativa do sujeito trazer o outro para o seu texto (“Segundo a relatora”) e responsabilizar esse outro pelo uso do adjetivo “pacata”. Entretanto, assim como na escrita, esse enunciado ainda produz um deslocamento de sentido do texto-fonte na medida em que o termo “conhecida por” permanece, dando a ideia de que a cidade é conhecida por ser pacata por algo ou alguém.

Dando continuidade à análise, faço o recorte de alguns parágrafos da escrita e da reescrita para refletir sobre mais alguns pontos de

heterogeneidade mostrada e deslocamentos que o sujeito faz entre essas duas escritas.

**Quadro 28:** Relação (2) da primeira escrita com a reescrita de P03

3º, 4º e 5º parágrafos da escrita	3º e 5º parágrafo da reescrita
<p>“O objetivo da obra é fazer alambrados com dois metros e meio de altura para isolar a cidade das rodovias que a contornam. Serão nove quilômetros de muros, cujas em que entradas do município terão guaritas de segurança com vigilância por câmaras vinte e quadro horas por dia com fiscalização da polícia militar.</p> <p>[...] <b>Inclusive os moradores apoiam a ideia de morar em um condomínio fechado, já que terão mais proteção.</b></p> <p>As obras já começaram e a separação do perímetro urbano das rodovias já ocasionou mudanças sociais, como o fato dos pais deixarem crianças brincar livremente próximo às áreas muradas.” (grifos meus.)</p>	<p>“A obra, orçada em 300 mil reais <b>de acordo com a notícia</b>, tem como objetivo construir alambrado com dois metros e meio de altura para contornar a cidade. A previsão, <b>na época do texto</b>, são nove quilômetros de muros e as estradas de entrada da cidade ganharão guaritas de segurança com vigilância por câmeras e fiscalização da polícia militar. [...]</p> <p><b>Quando escrita a matéria</b>, a cerca já tinha 500 metros, e os <b>moradores da área informaram que se sentiam mais protegidos e os pais deixava as crianças brincar livremente perto do muro</b>, uma clara mudança no cotidiano <b>segundo a relatora</b>, que demonstra que os moradores apoiam a ideia de viver em um condomínio fechado.”(grifos meus).</p>

**Fonte:** Elaboração da autora.

Primeiramente, aponto para as sequências discursivas: “de acordo com a notícia”, “na época do texto”, “Quando escrita a matéria” e “segundo a relatora” como pontos de heterogeneidade mostrada *marcada* presentes, somente, na reescrita. Isto é, assim como em P01 e P02, na reescrita essa marcação do outro se dá mais efetivamente do que na primeira escrita, aspecto que aponta, novamente, para a constituição da escrita acadêmica como prática discursiva que precisa estar bem referenciada para se caracterizar como acadêmica e, assim, entrar no jogo do discurso científico e acadêmico.

Ainda sobre esse excerto, observo um deslocamento do sujeito em seu próprio dizer na medida em que, na primeira escrita P03 diz: “[...]Inclusive **os moradores** apoiam a ideia de morar em um condomínio fechado, já que terão mais proteção.”, para dizer, na reescrita: “**os moradores da área** informaram que se sentiam mais protegidos[...]”, pois o que antes estava generalizado (os moradores, poderiam ser todos) agora se especificou para “os moradores da área”. Além disso, ao dizer que “os moradores da área **informaram que se sentiam mais protegidos**” o sujeito destitui a contradição em dizer que uma “medida drástica” providenciará “mais proteção”, e, também, se destitui de seu próprio dizer como aquele apresentava um posicionamento de que a cerca providenciará mais proteção. Na reescrita, essa “responsabilização” pelo dito está marcada para os próprios moradores da área, pois, foram eles que informaram que se sentiam mais protegidos e não o sujeito-resentista. Novamente, tem-se um maior distanciamento do sujeito em seu dizer e maior instauração do outro para que o próprio outro justifique o texto. Esse aspecto é ressaltado ao final do quinto parágrafo da reescrita, quando o sujeito coloca “[...] uma clara mudança no cotidiano **segundo a relatora**, que demonstra que os moradores apoiam a ideia de viver em um condomínio fechado.”, pois, aqui, também, o sujeito traz o outro da reportagem para dizer que é pela relatora que se tem a ideia de que os moradores apoiam viver em um condomínio fechado.

Como visto na primeira escrita, a resenha apresentava um efeito de fechamento típico de um resumo, porém, na reescrita P03 acrescenta mais esses dois parágrafos:

**Quadro 29:** Recorte constitutivo de fragmento da reescrita de P03

Últimos parágrafos – Reescrita
<p>“<b>A redação da notícia, possivelmente para captar a atenção do leitor, está recheada de sensacionalismo.</b> Utiliza palavras como “<b>pacata</b>” para definir a cidade, o que sugere não ser uma cidade somente pequena e tranquila, mas também sem muita coisa para se fazer. Trata a violência com agravantes de “<b>pavor</b>”, “<b>bandidagem</b>” e descreve um roubo com sequestro para ressaltar o tema.</p> <p>Sobre o muro em si a relatora fornece diversas opiniões pessoais, afirmando ser uma “<b>providência inusitada</b>”, “<b>primeira cidade cercada do país</b>” e “<b>parecer uma cidade medieval murada</b>”. Apesar das opiniões negativas da obra, afirmando inclusive que <b>a cidade será uma ilha separada do mundo real, a relatora construiu o texto</b> com diversas passagens que justificam a obra, afirmando as mudanças sociais</p>

positivas nas vidas dos moradores, o que não deixa claro seu posicionamento e só ressalta o sensacionalismo.” (grifos meus).

**Fonte:** Transcrição da autora.

Pode-se observar a partir da leitura desses dois últimos parágrafos que P03 apresenta seu posicionamento sobre a reportagem “Atrás dos Muros”, diferentemente de P01 e P02 que optam por produzir o efeito de fecho das resenhas através do posicionamento sobre a temática da reportagem. Esse movimento de P03 pode ser considerado com um resultado das discussões no Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura uma vez que os mediadores procuram apontar que a resenha é, enquanto prática discursiva, composta pelo posicionamento do sujeito acerca do texto resenhado. Assim, percebe-se tanto na reescrita de P01 como de P02 e de P03 esse posicionamento, a diferença é que P03 opta por “deixar de lado” (sabendo que não se deixa de lado totalmente) um posicionamento sobre o assunto tratado para enfatizar questões que são produzidas pela discursividade do texto-fonte, a partir de sua leitura.

Nessa acepção, o sujeito utiliza pontos de heterogeneidade mostrada *marcada* para justificar e sustentar seu posicionamento sobre o texto-fonte, sendo que muitos deles estão grifados com aspas, como “pacata”, “pavor”, “bandidagem”, “providência inusitada”, “primeira cidade cercada do país” e “parecer uma cidade medieval murada”, e outros não como a sequência discursiva “a cidade será uma ilha separada do mundo real”. Dessa forma, a posição-sujeito resenhista relaciona essas definições sobre a cidade ou sobre o cercamento de Iracemápolis com o seu próprio posicionamento sobre a reportagem se constituir de forma sensacionalista. Assim, esses pontos de heterogeneidade mostrada *marcada* não funcionam, apenas, para demarcar o outro, mas sim para constituir o que o próprio “eu” do sujeito diz. Nesse sentido, refuta-se, novamente, a ideia, inicialmente pensada, de que o excesso de heterogeneidade mostrada *marcada* poderia “apagar” a voz do sujeito que diz, uma vez que a inscrição do sujeito em seu dizer, neste caso, se constitui a partir do modo como ele se relaciona com esse outro que o constitui.

Ainda sobre esse excerto, ao falar de sensacionalismo o sujeito aponta para fora de seu texto, para um universo que se relaciona, muitas vezes, com o discurso jornalístico, discurso esse no qual a reportagem é inscrita. Nesse sentido, ainda que o P03 não traga um outro discurso sobre o assunto como P01 e P02 para produzir o efeito de fechamento, esse se dá, justamente por seu posicionamento acerca da reportagem, trazendo trechos que constituem a contradição da reportagem e fazendo

ecoar FDs que constituem o discurso jornalístico ao apontar questões que ele considera como sensacionalismo. Nesse sentido, a função-autor, se dá, na reescrita da resenha, de forma mais efetiva do que na primeira escrita (que se aproximava muito de um resumo) porque traz para o seu texto questões que dizem respeito a constituição da reportagem, questionando-a através do uso de marcas linguísticas presentes no próprio texto-fonte.

### 3.2.3.2 Análise do efeito-autor

De forma semelhante à P01 e P02, através da prática de TEXTUALIZAÇÃO do discurso científico no Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura, observa-se que a reescrita de P03 se aproxima mais do pré-construído que constitui a resenha, principalmente, por dois motivos: i) maior número de referências ao texto-fonte, característica que reverbera a determinação da escrita acadêmica e do discurso científico e do discurso acadêmico, uma vez que, como se sabe, escrever na academia implica em realizar referências aos autores e aos textos consultados; ii) desenvolvimento de um posicionamento crítico, ausente na primeira escrita, que constitui o gênero resenha acadêmica. Nesse sentido, a escrita que se assemelhava muito com um resumo, passa a incorporar, na reescrita, questões de ordem de reconhecimento da prática discursiva e de como essa prática está implicada nos discursos científico e acadêmico. Assim, procuro compreender como se dá o efeito-autor nessas resenhas de P03 tendo em vista que esse efeito se constitui nas formações discursivas do DC e do DA, em específico do discurso-científico-acadêmico que constitui o Laboratório.

De início, intento refletir sobre como se dá o jogo entre os processos de AUTENTICAÇÃO e LEGITIMAÇÃO através de alguns recortes da escrita e da reescrita, para refletir como se dá a prática de TEXTUALIZAÇÃO no LABEAL e, também, compreender como o sujeito se inscreve na escrita acadêmica tendo em vista o jogo entre o DC e o DA. Assim, trago um primeiro recorte para análise:

**Quadro 30:** Relação (3) da primeira escrita com a reescrita de P03

2º parágrafo da escrita	2º parágrafo da reescrita
<p>“<b>A cidade é conhecida por ser pacata</b> e registrar pouquíssimos crimes anualmente,[...]” (grifos meus).</p>	<p>“<b>Segundo a relatora, a cidade é conhecida por ser pacata</b> e registrar pouquíssimos crimes anualmente,[...]” (grifos meus).</p>



**Fonte:** Elaboração da autora.

Nesse excerto, percebo, pelo deslocamento da primeira para a segunda escrita, que o sujeito procura lidar com o processo de AUTENTICAÇÃO do discurso, uma vez que substitui “A cidade é conhecida por ser pacata” por “Segundo a relatora, a cidade é conhecida por ser pacata”. Ao adicionar o outro na resenha “Segundo a relatora” o sujeito procura lidar com a ambiguidade constitutiva do dizer através do processo de LEGITIMAÇÃO, procurando estabelecer um efeito de sentido único para seu dizer. Porém, como comentei na análise de nível enunciativo, esse acréscimo do outro mantém a ambiguidade do sentido que o sujeito procura fazer parecer único, isso porque, o sentido de que Iracemópolis é conhecida por ser pacata por algo ou por alguém permanece, como mencionado na análise da função-autor. Assim, esse recorte aponta para a prática de TEXTUALIZAÇÃO do LABEAL na medida em que o sujeito procura conter o processo de AUTENTICAÇÃO, ainda que essa ambiguidade permaneça.

Outro excerto que trata da mesma questão do jogo entre AUTENTICAÇÃO e LEGITIMAÇÃO e que aponta para a forma como o sujeito se inscreve no LABEAL se dá no terceiro parágrafo da escrita e da reescrita.

**Quadro 31:** Relação (4) da primeira escrita com a reescrita de P03

<b>3º parágrafo da escrita</b>	<b>3º parágrafo da reescrita</b>
“[...] <b>Serão</b> nove quilômetros de muros, cujas em que entradas do município terão guaritas de segurança com vigilância por câmeras vinte e quatro horas por dia com fiscalização da polícia militar.” (grifos meus.)	“ <b>A previsão, na época do texto, são</b> nove quilômetros de muros e as estradas de entrada da cidade <b>ganharão</b> guaritas de segurança com vigilância por câmeras e fiscalização da polícia militar.” (grifos meus).

**Fonte:** Elaboração da autora.

Equivalente ao recorte analisado acima, neste excerto o sujeito procura, através dos apontamentos dos mediadores do LABEAL e da prática de TEXTUALIZAÇÃO, lidar com a ambiguidade constitutiva que reverbera na escrita com a sequência discursiva: “Serão nove quilômetros de muros, cujas em que entradas[...]”, através desse deslocamento produzido na reescrita “A previsão, na época do texto, são nove quilômetros de muros [...]”. Isso porque, ao acrescentar o

enunciado “na época do texto” o sujeito procura situar para o leitor que se está falando de um texto já publicado e de uma obra já iniciada “na época do texto”, ou seja, o sujeito procura produzir o efeito de sentido único, produto do processo de LEGITIMAÇÃO. Entretanto, ao dizer “A previsão, na época do texto, **são** nove[...]” pelo uso do verbo ser no presente a ambiguidade acaba se mantendo. Nesse sentido, ainda que o sujeito busque situar o leitor de que aquilo que ele está dizendo não se configura como o presente, mas como o presente de uma determinada notícia publicada na revista Veja, o uso desse verbo no presente acaba reverberando uma ambiguidade de sentido que se relaciona com a noção de que em diferentes FDs diferentes sentidos são produzidos.

Ainda em relação a esses dois processos na prática de TEXTUALIZAÇÃO, trago alguns movimentos do quarto parágrafo da escrita e da reescrita.

**Quadro 32:** Relação (5) da primeira escrita com a reescrita de P03

4º parágrafo da escrita	4º parágrafo da reescrita
“[...] Inclusive os moradores apoiam a ideia de morar em um condomínio fechado, já que terão mais proteção.”	“[...] e os moradores da área informaram que se sentiam mais protegidos e os pais deixavam as crianças brincar livremente perto do muro,[...]”

**Fonte:** Elaboração da autora.

Nesse deslocamento, percebe-se que o sujeito, tendo em vista o processo de LEGITIMAÇÃO a partir da prática de TEXTUALIZAÇÃO, procura LEGITIMAR um sentido único e conter o processo de AUTENTICAÇÃO presente na sequência discursiva “Inclusive os moradores apoiam a ideia[...]”. Isso porque, como já mencionado na análise da função-autor, ao deslocar o enunciado de que os moradores apoiam a ideia para “[...] os moradores **da área** informaram que se sentiam mais protegidos[...]”, o sujeito procura legitimar um efeito de sentido único de que alguns moradores (e não todos, de forma geral como na escrita) se sentem mais protegidos com o alambrado. Assim, ainda que o processo de AUTENTICAÇÃO não possa ser contido totalmente e que constitua a prática de TEXTUALIZAÇÃO, é por essa mesma prática que o sujeito procura produzir um efeito de sentido único e é na reescrita que se pode perceber esse jogo efetivo entre dispersão e fechamento, tendo em vista a forma como o LABEAL opera na constituição desses TEXTOS (enquanto efeito).

A partir dessa análise da inscrição do sujeito nas resenhas produzidas no LABEAL enquanto resultado da prática de TEXTUALIZAÇÃO, trago os dois últimos parágrafos da reescrita de P03 para refletir sobre o efeito-autor.

**Quadro 33:** Recorte constitutivo (2) de fragmento da reescrita de P03

6º e 7º parágrafo da reescrita

“A redação da notícia, possivelmente para captar a atenção do leitor, está recheada de sensacionalismo. Utiliza palavras como “pacata” para definir a cidade, o que sugere não ser uma cidade somente pequena e tranquila, mas também sem muita coisa para se fazer. Trata a violência com agravantes de “pavor”, “bandidagem” e descreve um roubo com sequestro para ressaltar o tema.

Sobre o muro em si a relatora fornece diversas opiniões pessoais, afirmando ser uma “providência inusitada”, “primeira cidade cercada do país” e “parecer uma cidade medieval murada”. Apesar das opiniões negativas da obra, afirmando inclusive que a cidade será uma ilha separada do mundo real, a relatora construiu o texto com diversas passagens que justificam a obra, afirmando as mudanças sociais positivas nas vidas dos moradores, o que não deixa claro seu posicionamento e só ressalta o sensacionalismo.”

**Fonte:** Transcrição da autora.

A princípio, saliento que todos os termos que se remetem ao texto-fonte utilizados por P03 (“pacata”; “pavor”; “bandidagem”; “providência inusitada”; “primeira cidade cercada do país”; “parecer uma cidade medieval murada” e “uma ilha separada do mundo real”) passam, na resenha, a produzir outros efeitos de sentido, diferentes daqueles que o outro do texto-fonte, sentidos que corroboram e sustentam o posicionamento de P03. Desse modo, o uso desse outro na resenha, ao produzir outros efeitos de sentido próprios ao da resenha, funciona como um jogo do sujeito com o processo de LEGITIMAÇÃO, uma vez que esse outro opera em seu texto para LEGITIMAR um efeito de sentido único, de que a reportagem trabalha com o sensacionalismo e que não apresenta um posicionamento claro sobre a construção da cerca em Iracemápolis. Em outras palavras, o sujeito busca confirmar seu argumento de que a reportagem não tem um claro posicionamento e joga com o sensacionalismo ao utilizar esses enunciados que remetem ao texto-fonte. Nesse sentido, esses termos funcionam como justificativas para aquilo que o sujeito quer que seja entendido, na ilusão de ter

controle de seu dizer, ou seja, ele joga com o processo de LEGITIMAÇÃO para conter a AUTENTICAÇÃO<sup>54</sup>.

No que se refere ao efeito-autor, como já vimos, ele resulta da prática de TEXTUALIZAÇÃO do LABEAL que se constitui pelo confronto das formações discursivas do discurso científico e do discurso acadêmico. Nesse sentido, busco observar como o sujeito na posição de resenhista efetua esse fechamento do seu texto, implicado nessas formações discursivas. Para isso ressalto que, diferentemente de P01 e P02, P03 não traz argumentos exteriores ao texto-fonte para inscrever seu posicionamento, ao contrário, ele usa o próprio texto-fonte para se inscrever em seu dizer e se colocar em uma posição de resenhista. Entretanto, ao se referir ao sensacionalismo o sujeito traz para a resenha algo que opera em outros discursos (boa parte em discursos jornalísticos) para seu próprio dizer, constituído no discurso acadêmico-científico. Em outras palavras, o sujeito aponta para uma exterioridade discursiva ao relacionar o texto de Verano ao sensacionalismo, pois, como se sabe, o sensacionalismo se constitui, em muitas das suas manifestações, no discurso jornalístico, isto é, é por estar inscrito nesse discurso que a reportagem pode ser avaliada pelo sujeito-resenhista como “sensacionalista”, enunciado que, talvez, não aparecesse em um texto inscrito no discurso científico, por exemplo. Assim, o sujeito aponta para o texto-fonte como um texto constituído no discurso jornalístico, questionando a própria constituição dessa reportagem.

Desse modo, a produção do efeito-autor se dá reescrita de P03 na medida em que o sujeito produz o seu efeito de fechamento trazendo uma outra discursividade (discurso jornalístico) e operando com o próprio texto-fonte para se inscrever em seu dizer. É esse movimento do sujeito sob um discurso outro que produz o efeito-autor enquanto efeito de fecho que se dá no jogo de formações discursivas. Em outras palavras, o efeito-autor, enquanto efeito da realidade do sujeito, é produzido justamente nesse momento de fechamento em que o sujeito-resenhista faz considerações que estão no texto-fonte, mas que se inscrevem de maneira à constituir o seu dizer, apontando, ainda, para

---

<sup>54</sup> Saliento que nos momentos em que trago alguns recortes que explicitam esse jogo entre os processos de AUTENTICAÇÃO e LEGITIMAÇÃO não tenho a intenção de dizer que são apenas esses os momentos em que o jogo se dá, pois, como se sabe, estamos a todo tempo lidando com a dispersão e o fechamento. Meu propósito com essas análises é explicitar que esses são alguns dos momentos em que os processos se explicitam enquanto resultado da prática de TEXTUALIZAÇÃO do LABEAL.

uma outra discursividade. Da mesma forma que em P01 e P02, abre-se espaço para a polissemia, através da paráfrase.

Entretanto, a primeira escrita de P03, por estar muito próxima de um resumo, não parece efetivar esse efeito-autor, na medida em que a resenha se resume ao dizer do texto-fonte e que o sujeito não produz um efeito de fechamento próprio da resenha acadêmica. Assim, como já visto, não se pode pensar em uma prática discursiva que implica em responsabilização do dizer como destituída de autoria, porém, o efeito-autor que se dá em um resumo é diferente daquele produzido na resenha acadêmica. Desse modo, entendo que a primeira escrita de P03 produz um efeito de fecho que poderia ser aplicado a um resumo, mas não a uma resenha. Em outras palavras, pode-se dizer que o efeito-autor do sujeito na posição de resenhista não se efetiva na escrita de P03, de maneira diversa de P01 e P02.

Por último, acrescento que, a partir da prática de TEXTUALIZAÇÃO do LABEAL e, devido a essa inscrição do sujeito-resenhista na reescrita e da efetivação do efeito-autor, pode se entender que, ainda que de forma inconsciente, o sujeito percebe a não transparência da linguagem, na medida em que a questiona e a expõe através de seu posicionamento, e, também, que a forma de dizer implica na de produção diferentes efeitos de sentidos.

### **3.2.4 Problematizando o LABEAL**

Sabe-se que tanto a primeira produção escrita como a reescrita são determinadas pelo modo de funcionamento do LABEAL e, por isso, acredito ser relevante pensar em como a escrita e a reescrita foram determinadas pelo projeto, após a análise realizada no nível enunciativo e discursivo. Primeiramente, percebeu-se pela análise da escrita e da reescrita de P01 que, em relação a um nível enunciativo, a reescrita está mais próxima do que se considera uma resenha acadêmica, ganha um gesto autoral devido à maior autonomia da estruturação sintática, porém, opera em uma modalização do dizer e produz um efeito de distanciamento do sujeito, característica que pode ser considerada como uma determinação do discurso científico e do discurso acadêmico e, por isso, a função-autor, na reescrita, se aproxima da função-autor de um sujeito inscrito nesses discursos. Nesse sentido, o visível aumento de pontos de heterogeneidade mostrada *marcada*, nessa resenha, acabou aproximando mais o texto de uma resenha acadêmica mesmo que, em

certo nível, possa ter limitado o dizer à instauração do outro, aspecto, também, relacionado com o modo de funcionamento do DC e do DA.

No que tange à análise de nível discursivo, como já dito, tanto a escrita como a reescrita de P01 produzem o efeito-autor a partir de um outro discurso que opera no dizer do sujeito-resenhista. O que diferencia, porém, uma produção da outra, a meu ver, seria a própria prática de TEXTUALIZAÇÃO do LABEAL, visto que é a partir dos comentários/sugestões dos mediadores que o sujeito na posição de aluno-resenhista desenvolve/repensa/reorganiza o seu texto, através de seleções e exclusões na tentativa de que nessa nova produção escrita as características do discurso acadêmico sejam mais evidenciadas. Assim, o sujeito-resenhista parece reconhecer essas características ao realizar as modificações com relação à primeira escrita. Nessa acepção, o efeito-autor se evidencia na reescrita de P01, visto que as alterações do sujeito operam, justamente, para uma aproximação do que se espera de um texto acadêmico, sendo possível dizer, então, que a prática de TEXTUALIZAÇÃO se efetivou na produção do efeito-TEXTO e do efeito-AUTOR.

Já em P02, percebe-se que a reescrita está mais próxima do que se espera de uma resenha acadêmica, pelo uso de algumas referências ao texto-fonte (ausentes na primeira escrita) e, também, pelo posicionamento do sujeito que se inscreve ainda mais em seu dizer na reescrita. Isto é, em um nível enunciativo, pode-se dizer que a função-autor se efetiva mais na reescrita de P02 por estar mais próxima do gênero resenha e apresentar durante toda a produção textual, o posicionamento do sujeito em relação à temática. Entretanto, essa reescrita se aproxima menos de uma resenha acadêmica do que a reescrita de P01, por exemplo, visto que P02 opera de forma a se inscrever no *gênero* resenha acadêmica, mas está mais distante das determinações do *discurso* acadêmico, justamente porque o sujeito não opera com muitos elementos de heterogeneidade mostrada *marcada* e, quando opera, muitas vezes, faz o uso já tendo em vista os mediadores do LABEAL, além de fazer algumas escolhas lexicais não muito recorrentes no DA, e apresentar alguns problemas de ortografia.

Em contraposição, o efeito-autor nas resenhas de P02 se dá de maneira muito próxima a de P01, na medida em que tanto a escrita como a reescrita de P01 e P02 produzem o efeito-autor a partir de um outro discurso que passa operar no efeito de fechamento da resenha. Nessa perspectiva, o que diferencia uma produção textual da outra, também, é a própria prática de TEXTUALIZAÇÃO do LABEAL e as formas como o sujeito lida com os comentários/sugestões dos

mediadores e realiza as modificações em seu texto. O que chama atenção em P02, especificamente, é que o sujeito-resenhista parece reconhecer e operar com mais evidência para que o texto se torne uma *resenha* (com bastante desenvolvimento do posicionamento crítico) do que para que a resenha opere no discurso acadêmico. Esse aspecto não modifica, porém, o fato de que o efeito-autor se torna mais evidente na reescrita, porque o sujeito realiza essas modificações a partir daquilo que ele compreende e reconhece como sendo característico das resenhas acadêmicas.

Por fim, em P03 percebe-se, inicialmente na dimensão enunciativa, que, de forma semelhante à P01, P03 realiza na reescrita, algumas modalizações e apresenta maior número de pontos de heterogeneidade mostrada *marcada* para poder referenciar o texto-fonte. Entretanto, diferente de P01 e P02, a primeira escrita de P03 está mais próxima de um resumo do que de uma resenha acadêmica, pois, o sujeito-resenhista não desenvolve, em uma primeira prática textual, posicionamento sobre o texto ou sobre a temática. Essa característica, a meu ver, corrobora o entendimento de que P03 se inscreve, inicialmente, na função-autor a partir da posição daquele que desenvolve apenas um resumo (ou seja, inscrito no que se espera de um resumo) sobre um texto e, somente na reescrita, a função-autor do sujeito-*resenhista* é efetivada. Assim, a reescrita de P03 se aproxima mais de uma resenha acadêmica, na medida em que traz o posicionamento do sujeito acerca do texto e opera com o próprio texto-fonte para realizar seu efeito de fecho.

Na dimensão discursiva, o efeito-autor é efetivado na reescrita a partir do jogo que o sujeito-resenhista estabelece com o texto-fonte instaurando uma nova discursividade ao seu dizer, a do discurso jornalístico. Assim, da mesma forma que em P01 e em P02 o efeito de fechamento se dá, mais efetivamente, na reescrita porque o sujeito seleciona e organiza seu dizer a partir da prática de TEXTUALIZAÇÃO e faz as modificações que julga necessária tendo em vista os apontamentos dos mediadores. O que se diferencia de P01 e P02, porém, é que esse efeito de fechamento de uma resenha acadêmica não parece se efetivar na primeira escrita, pois, como já dito, ela se aproxima mais de um resumo do que de uma resenha.

Nessa acepção, compreende-se que a próprio trabalho com a prática de TEXTUALIZAÇÃO faculta que os alunos percebam que a escrita acadêmica não segue um modelo exato e que diferentes sentidos são produzidos a partir de diferentes formas de dizer, como no recorte observado em que P01 optou por retirar o termo “o cenário”. Pela reescrita, percebe-se que, a partir dos apontamentos, o sujeito-resenhista

procura lidar com as ambiguidades constitutivas (ainda q ela constitua a própria prática de TEXTUALIZAR) e passa a fazer algumas mudanças (como mais referências) a partir do que entende que estabiliza um efeito de sentido único e de fechamento. O fato da reescrita se parecer mais com uma resenha acadêmica é determinado por esse funcionamento do LABEAL, mas, resalto que o próprio Laboratório é determinado pelo discurso científico e pelo acadêmico operando, então, dentro dessas limitações que lhes são constitutivas. Assim, em resumo, o LABEAL procurou fazer observações, da primeira para a segunda escrita, que dizem respeito a uma tentativa de conter a ambiguidade constitutiva do discurso e aproximar o texto mais do que se espera na escrita acadêmica, através de referências que marcassem o dizer do texto-fonte, aspecto que pode ser observado em todas as resenhas analisadas.

Com relação à análise dos *e-mails*, a meu ver, as resenhas produzidas vão ao encontro do imaginário que reverbera em alguns dizeres de alunos para o ingresso no Laboratório. Isso porque, ao trabalhar com a prática de TEXTUALIZAÇÃO e de reescrita, o Laboratório suscita reflexões sobre os modos de produção de efeitos sentido (justamente como efeitos) e faculta a compreensão de que o(s) sentido(s), muitas vezes, escapa(m) ao sujeito. Esse aspecto é perceptível nas análises realizadas pelos próprios movimentos/deslocamentos que o sujeito-resenhista faz em seu texto e, em especial, pela reescrita da resenha de P03 que coloca em xeque, justamente, a forma como o texto-fonte se desenvolve, facultando uma interpretação de que o sujeito reconhece, ainda que inconscientemente, a não transparência da linguagem e como a forma de dizer implica em diferentes efeitos de sentido.

Assim, se a visão do LABEAL sobre a escrita corroborasse os imaginários que ecoam nos *e-mails*, no que diz respeito a uma escrita pomposa e passível de seguir um modelo, o que se observaria nas análises, a meu ver, seriam resenhas que não lidam com a prática de TEXTUALIZAÇÃO, ou seja, com o texto enquanto efeito, mas sim como fragmento. Dessa forma, a inscrição do sujeito na escrita acadêmica no Laboratório se dá a partir de uma compreensão de língua, de discurso e de sujeito que não suscita o trabalho com fragmentos, isto é, com a matéria linguística por ela mesma, mas sim com práticas discursivas determinadas pelos discursos científico e acadêmico que constituem e determinam o sujeito, mas também, que o próprio sujeito determina e constitui. Nessa perspectiva, as seis resenhas analisadas, apesar de traçarem alguns percursos semelhantes, lidam com o dizer do outro e com o Outro constitutivo da maneira que cada sujeito interpreta



tanto o texto trabalhado como os apontamentos feitos pelos mediadores. Assim, os acréscimos que os próprios alunos fazem sobre os seus textos apontam para um entendimento (ainda que não de forma consciente) da linguagem como não transparente e do sentido como não já-posto no texto. Ou seja, o sujeito constitui o dizer em seu gesto de interpretação, bem como o leitor e o analista se constituem nesse gesto.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei, no desenvolvimento deste trabalho, refletir sobre a inscrição do sujeito na escrita acadêmica e, em específico, no Laboratório de Escrita Acadêmica e Leitura (LABEAL/UFSC). Nesse sentido, analisei seis resenhas acadêmicas em processos de escrita e reescrita para observar os modos como se dá a inscrição do sujeito em seu dizer, procurei refletir sobre algumas formações imaginárias que ecoam nos *e-mails* de participantes do projeto e, ainda, intentei problematizar o Laboratório enquanto condições de produção das resenhas que se constitui na confluência do discurso científico (DC) e do acadêmico (DA).

Sobre esse percurso traçado para se compreender a inscrição do sujeito na escrita acadêmica, ressalto que a própria delimitação da pesquisa ao trabalhar com práticas de escrita específicas do espaço do LABEAL, pode suscitar uma limitação do entendimento dessa inscrição do sujeito, visto que é a escrita acadêmica que se dá nesse próprio ambiente e não em outros. Mas, como se sabe, também, esse recorte é constitutivo da própria pesquisa para que ela possa se realizar. Entretanto, busquei, mesmo com as limitações, discutir sobre a escrita em sua constituição histórica conforme Gallo (1995) e também sobre os discursos acadêmico e científico com base em Foucault (2012 [1970]) e Taschetto (2004), para compreender como se constitui a prática de escrita acadêmica e refletir no por que da dificuldade dos alunos em se inscreverem em seu dizer, tanto na graduação como na pós-graduação.

Como alguns resultados desta pesquisa, é possível inferir que as práticas de escrita acadêmica no LABEAL, através da TEXTUALIZAÇÃO, corroboram a inscrição do sujeito na posição-sujeito resenhista e, ainda, reverberam determinações do DC e do DA de modo que o sujeito opera em seu dizer de forma a se inscrever nesses discursos. É nesse sentido que se percebe, por exemplo, que P01 e P03, na reescrita, procuram modalizar o seu dizer, pois, esta me parece ser uma característica desses discursos que determinam o dizer do sujeito, uma vez que se busca o efeito de objetividade que constitui o efeito de “veracidade” (destituído do sujeito ideológico). Ainda, é por essas determinações discursivas (do DA e do DC) que todos os participantes, na reescrita, passam a incluir maior referenciação ao outro, buscando lidar com a heterogeneidade constitutiva através de pontos de heterogeneidade mostrada que explicitam o outro que constitui o dizer.

Assim, o sujeito se inscreve na função-autor e produz o efeito-autor determinado por esses discursos, porém, não limitados a eles, isto é, cada sujeito opera dentro do que é possível dizer na academia (formações discursivas), mas de maneira a constituir o seu próprio dizer, acentuando o seu posicionamento e sua inscrição como sujeito. É nesse sentido que as três resenhas produzem efeitos de fecho trazendo outros discursos e produzindo, em sua singularidade, diferentes efeitos de sentido de acordo com diferentes gestos de interpretação. Dessa forma, a meu ver, os modos como se dá a função-autor e como o é produzido efeito-autor nas resenhas, em especial nas produções de reescrita, corroboram o jogo entre a paráfrase e a polissemia que constituem esses dizeres. Ainda, na reescrita, acredito que a autoria se dá de forma ainda mais evidenciada porque é o sujeito-resenhista que, a partir das colocações e dos comentários dos mediadores, que opta por fazer as suas modificações e inclusões de maneira a aproximar o texto do que se espera de uma resenha acadêmica, lidando, então, com o DC e com o DA.

Para finalizar, gostaria de retomar algumas reflexões introdutórias, a respeito do funcionamento da escrita acadêmica, para pensar o que opera nessa prática discursiva que suscita numa grande procura de interessados em participar do LABEAL, mas, que ao mesmo tempo, parece afastar o sujeito na medida em que esses mesmos alunos, no decorrer do processo, acabam, muitas vezes, desistindo do projeto, talvez por, mais uma vez, estarem expostos a essa prática discursiva. Como o discurso acadêmico e o científico operam no dizer do sujeito de modo a colocá-lo em um lugar discursivo e em uma posição-sujeito que implica em uma dificuldade do sujeito colocar a sua voz? Digo dificuldade porque é justamente isso que ouvimos dos participantes do LABEAL ao ingressarem no projeto e não porque, de fato, eles apresentem uma dificuldade explícita. Ao contrário, muitos participantes que permanecem no projeto, e eu poderia dizer que nos dois anos que participei das intervenções, a grande maioria dos alunos que frequentaram por mais tempo não tinham tantos “problemas” de ordem linguística, então qual é a dificuldade? Com o gênero? Com a forma de lidar com o discurso científico implicado no acadêmico? A meu ver, essa “dificuldade” se dá, justamente, pela forma que o sujeito precisa lidar com o DA e com o DC se estabelecendo em um entre-lugar em que se pede efeito de objetividade e responsabilização do dizer. Assim, o sujeito procura se constituir assumindo diferentes posições, conforme as condições de produção, e tentando se situar no entre-meio aceitável (possível de ser dito) que caracteriza a autoria na universidade.

A pesquisa realizada, certamente, deixa algumas lacunas que podem suscitar trabalhos posteriores, mas também, buscou problematizar essa questão da autoria na escrita acadêmica sem almejar respostas definitivas. É um processo de reflexão, de construção de pensamento que constitui a escrita e, conseqüentemente constitui a pesquisa. O que procurei desenvolver e espero, de alguma forma, ter produzido um efeito de unidade e completude, é problematizar essa prática de escrita e pensar nos modos como a autoria opera nas resenhas, na relação do sujeito com as heterogeneidade enunciativas, e com a heterogeneidade discursiva, isto é, com aquilo que é da ordem do discurso e que escapa ao sujeito que diz da mesma forma que o determina, mas não o limita.

E, por fim, é dessa forma que produzo meu efeito de fecho, efeito esse tão custoso na medida em que se tenta estabelecer um ponto final a um processo passível, sempre, de transformação.



## REFERÊNCIAS

ACOSTA-PEREIRA, R.; BRAGA, S. Ler e escrever na universidade: um fazer sócio-histórico-cultural. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 15, n. 2, p. 303-320, maio/ago. 2015.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativas(s). Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. Cad. Est. Ling., Campinas, (19): 25-42, jul./dez.1990.

BALTAR, M. A. R.; CERUTTI-RIZZATTI, M. E.; ZANDOMENEGO, D. **Leitura e produção textual acadêmica I**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

BARBOSA, W. V. In: LYOTARD, J. **A condição pós-moderna**. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa; posfácio: Silviano Santiago. 12ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

BAKHTIN, M. M. **Estética da Criação Verbal**. 2ª ed. São Paulo Martins Fontes, 1997.

BRAGA, S.; ACOSTA-PEREIRA, R. A inscrição do sujeito na escrita acadêmica numa perspectiva dialógica. **Fórum Linguístico**. Florianópolis, v. 13, n. 3, jul./set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2016v13n3p1506>. Acesso em: 15/12/2016.

BRAGA, S. O sujeito submetido à língua escrita sob o viés dos gêneros acadêmicos: é possível ser autor na posição-sujeito aluno-universitário? In: FLORES, G. G. B.; NECKEL, N. R. M.; GALLO, S. M. L (Orgs). **Análise do Discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas: Pontes, p. 127-154, 2015.

CALDAS, G. Comunicação, educação e cidadania: o papel do jornalismo científico. In: GUIMARÃES, E. (org.). **Produção e Circulação do Conhecimento II**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.

CALVET, L. J. **Tradição oral e tradição escrita**. Tradução: Waldemar Ferreira Netto, Maressa de Freitas Vieira – São Paulo; Parábola Editorial, 2011.

- FERNANDES, C. A. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013 [1969].
- FOUCAULT, M. Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: \_\_\_\_\_. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. MOTTA, M. B. da (org). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1968].
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012 [1970].
- FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. MACHADO, R. (org). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989 [1979]. p. 1-14.
- FOUCAULT, M. O que é um autor. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e escritos: Estética, literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.p. 264 – 298.
- FURLANETTO, M. M. Gênero e autoria: relação, possibilidades e perspectivas de ensino. In: VIII Encontro do CELSUL, 2008, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, 2008.
- GALLO, S. L. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- GALLO, S. L. A ciência da linguagem e a tecnologia. Revista da ABRALIN, v. Eletrônico, n. Especial, p. 279-293, 2011.
- GALLO, S. L. Da escrita à escritaoralidade: um percurso em direção do autor *online*. In: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L. dos; CASTELLO BRANCO, L. K. A. (orgs.). **Análise de Discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi**. Campinas. Editora RG, 2011.



GALLO, S. L. **Como o texto se produz: uma perspectiva discursiva**. Blumenau: Nova Letra, 2008.

GALLO, S. L. Novas fronteiras para a autoria. **Organon**, Porto Alegre, nº53, julho-dezembro, p. 53-64, 2012.

GALLO, Solange Leda. Autoria: função do sujeito e efeito do discurso. In: TASSO, Ismara (Org.). **Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

GALLO, Solange Leda. Autoria: Questão enunciativa ou discursiva? Revista Linguagem em (Dis)curso, volume 1, número 2, jan/jun. 2001.

GRIGOLETTO, E. Do lugar discursivo à posição-sujeito: os movimentos do sujeito-jornalista no discurso de divulgação científica. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A. (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Por Alegre: Nova Prova, 2008.

GUIMARÃES, E. A ciência entre as políticas científicas e a mídia. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Produção e Circulação do Conhecimento I**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.

GUIMARÃES, E. As bolsas de produtividade em pesquisa – Política de fomento do CNPq. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Produção e Circulação do Conhecimento I**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.

GUIMARÃES, E. Política Científica e Produção de Conhecimento no Brasil (uma aliança tecnológica?). In: \_\_\_\_\_. (org.). **Produção e Circulação do Conhecimento II**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. Texto e autoria. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs). **Introdução às ciências da linguagem: Discurso e textualidade**. Pontes Editores, 2015: Campinas, SP. 3ª edição.

LUCAS NÁPOLI PSICANÁLISE EM HUMANÊS. **O que é o grande Outro lacaniano?**. Disponível em: <<https://lucsnapoli.com/2014/02/23/o-que-e-o-grande-outro-lacaniano/>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

LYOTARD, J. **A condição pós-moderna**. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa; posfácio: Silvano Santiago. 12ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009 [1979].

MORELLO, R. Do cultural ao civilizado: quando o conhecimento nos transporta. In: GUIMARÃES, E. (org.). **Produção e Circulação do Conhecimento II**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.

ORLANDI, E. P. Colonização, Globalização, Tradução e Autoria Científica. In: GUIMARÃES, E. (org.). **Produção e Circulação do Conhecimento II**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 11ª Edição, Campinas, SP. Pontes Editores, 2013.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014 [1988].

PEREIRA, M. V. A escrita acadêmica do excessivo ao razoável. **Revista Brasileira de Educação**. v.18 n.52. p. 213-144. jan-mar. 2013.

SOUSA, P. **Análise do discurso**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

TASCHETTO, T. R. A nomeação do sujeito no discurso acadêmico. In: VII Congresso Nacional de Linguística e Filologia-I Congresso Internacional de Estudos Filológicos e Linguísticos. Rio de Janeiro, VIICNLF/Anais/Cadernos 05-05.html. Rio de Janeiro: Instituto de Letras/UERJ, 2004, v. viii.

## ANEXOS

ANEXO 01: Reportagem da Revista Veja apresentada para os alunos no Laboratório.

### ATRÁS DOS MUROS

*Para prevenir o crime, cidadezinha está sendo inteiramente cercada por alambrados*

Rachel Verano, *de Iracemápolis*

Iracemápolis é uma pacata cidade de 15 000 habitantes, a 160 quilômetros de São Paulo, que se gaba de contar nos dedos de uma mão o número de presos que cumprem pena: são apenas três. A violência é coisa tão rara lá que nem chega a dar trabalho para os dezesseis homens do efetivo da Polícia Militar. Em todo este ano, foram registrados apenas sete roubos. Ainda assim, Iracemápolis deixou-se contaminar pelo mesmo pavor que aflige as metrópoles e tomou uma providência inusitada para manter a bandidagem longe de suas ruas. Nos próximos meses, será a primeira cidade inteiramente cercada de que se tem notícia no país. O prefeito Cláudio Consenza está tocando uma obra para isolar todo o perímetro urbano das rodovias que margeiam o município. É um alambrado de 2,5 metros de altura construído ao redor de toda a área habitacional, num percurso de quase 9 quilômetros. "Quero transformar a cidade num grande condomínio fechado", diz Consenza. "Só assim será possível manter a qualidade de vida que temos aqui e evitar futuros problemas de segurança."

Quando a obra, orçada em 300.000 reais, estiver concluída, no início do próximo ano, ninguém entrará ou sairá despercebido de Iracemápolis. As entradas do município receberão portais com guaritas de segurança monitoradas por câmaras de vídeo 24 horas por dia, ligadas a uma central da Polícia Militar. Por enquanto, a cerca ocupa um trecho de 500 metros e divide um bairro de classe média de uma movimentada rodovia, a SP 151. Foi exatamente ali que aconteceu o último e mais violento roubo registrado no município, há dois meses. O aposentado José da Silva saía de casa para uma caminhada quando foi surpreendido por dois assaltantes armados que levaram sua caminhonete zero-quilômetro e o fizeram refém por uma hora sob a mira de um revólver. Hoje, a cerca passa bem em frente a sua casa. "Estamos bem mais protegidos agora", diz ele.

A idéia de viver em condomínio fechado está sendo levada a sério pelos moradores. Eles não dão a mínima importância ao fato de

Iracemápolis mais parecer uma cidade medieval murada, uma ilha separada do mundo real por um alambrado. Alguns hábitos já começaram a mudar no cotidiano das pessoas que vivem do lado de dentro da cerca. Até bem pouco tempo atrás, raramente se viam crianças nas ruas nas áreas próximas às rodovias. Hoje, os pais deixam que elas brinquem tranqüilamente por ali.

*Veja*, ed. 1662, 16 de agosto de 2000.

## ANEXO 02: Transcrição da escrita da resenha do P01.

## Resenha do texto: Atrás dos muros.

O texto “Atrás dos Muros” de Rachel Verano, retrata o cenário da cidade de Iracemápolis. De acordo com a autora Iracemápolis é uma pacata cidade de 15000 habitantes que apresenta baixo índice de violência. Neste contexto Rachel relata dois fatos ‘surpreendentes’ da cidade, o primeiro relacionado à quantidade de presos, sendo apenas 3 pessoas e o segundo, ao número de roubos registrado no ano XX, que somou em 7. Mas o curioso não para nesta instância, pois o prefeito de Iracemápolis está tocando uma obra para isolar todo o perímetro urbano, com uma cerca. A justificativa desta obra de acordo com o prefeito é manter a qualidade de vida dos indivíduos que ali habitam e para evitar problemas futuros de segurança.

Até o momento da publicação a cerca ocupa 500 metros, onde divide um bairro de classe média de uma movimentada rodovia. Foi neste local onde ocorreu o último e mais violento roubo e a vítima diz que com a cerca sente-se bem mais protegido.

A autora parece fazer uma crítica em relação a este cenário, onde diz que os moradores não estão preocupados ao fato de Iracemápolis parecer uma “cidade medieval murada”, “uma ilha separada do mundo real por um alambrado”. Embora em outros momentos ela mostre pontos positivos dessa medida, parecendo estar de acordo com ela.

Este texto pode ser utilizado para a realização de discussões sociais, por abordar como a questão da violência é preocupante e como está aflingindo até mesmo os lugares mais tranquilos. Isso nos leva então às seguintes questões: será a solução investir em cercas ou as medidas não deveriam ser mais sofisticadas? Que sociedade estamos construindo?

**Fonte:** Transcrição da autora.

## ANEXO 03: Transcrição da reescrita da resenha do P01.

Resenha do texto *Atrás dos muros*.

O texto “*Atrás dos Muros*” de Rachel Verano, retrata a construção de uma cerca ao redor da cidade de Iracemápolis. De acordo com a autora o intuito da cerca é manter a “bandidagem” longe das ruas da cidade.

Segundo Verano, Iracemápolis é uma cidade de 15000 habitantes que apresenta baixo índice de violência. Para justificar o baixo índice de violência, a autora apresenta dois fatos da cidade, o primeiro relacionado ao número de presos somando 3, e aos 7 roubos que ocorreram ao longo do ano. De acordo com o texto, mesmo com a baixa violência a população de Iracemápolis “deixou-se contaminar pelo pavor que aflinge as metrópoles”. Diante deste contexto, o prefeito da cidade, Cláudio Consenza, está tocando uma obra para isolar todo o perímetro urbano com um alambrado de 2,5 metros de altura, um percurso de quase 9 quilômetros. De acordo com a fala do prefeito, apresentada na obra, só assim será possível manter a qualidade de vida dos indivíduos que ali habitam.

Durante ao texto, a autora parece fazer uma crítica em relação a este cenário, dizendo que os moradores não estão preocupados ao fato de Iracemápolis parecer uma “cidade medieval murada”, “uma ilha separada do mundo real por um alambrado”, embora em outros momentos ela aponte pontos positivos dessa medida, relatando que com ela os moradores sentem-se mais tranquilos.

Este texto pode ser utilizado para a realização de discussões sociais, por abordar como a questão da violência é preocupante e como está aflingindo até mesmo os lugares mais tranquilos. Além disso, pode discutir quais as melhores medidas a serem tomadas para que haja a diminuição da violência nas cidades e a melhoria da qualidade de vida.

**Fonte:** Transcrição da autora.

## ANEXO 04: Transcrição da escrita da resenha de P02.

Numa cidade em que durante todo este ano foram registrados um total de sete roubos, que possui um total de três apenados, e um efetivo de dezesseis policiais militares, será a primeira cidade totalmente cercada do país.

A cidade é Iracemápolis, possui 15.000 habitantes, fica a 160 quilômetros de São Paulo. Sua prefeitura está construindo um alambrado de 2,5 metros de altura que cercará toda a área habitacional num percurso de aproximadamente 9 quilômetros.

Após a conclusão de uma obra com o custo de 300.000 reais, as entradas da cidade serão vigiadas durante 24hs por câmeras ligadas à central da polícia militar.

A cerca atualmente já ocupa um trecho de 500 metros, dividindo um bairro de classe média que foi palco do último e mais violento crime cometido na cidade: um aposentado foi rendido e mantido refém por uma hora, teve sua caminhonete roubada por dois assaltantes armados. A vítima declarou que hoje sente-se bem protegido devido à cerca.

A efetividade da cerca contra criminosos é contestável para além disso, podemos aventar a teoria de que aparatos de segurança possuem efeitos reversos. Quando mais magnânimo e ostensivo o aparato de segurança com o qual nos cercamos, mais aumentada é a sensação de insegurança trazida pela presença do próprio aparato.

**Fonte:** Transcrição da autora.

## ANEXO 05: Transcrição da reescrita da resenha de P02.

Iracemápolis é uma cidade em que em um ano foram registrados sete roubos, a cidade possui 15.000 habitantes e localiza-se a 16 quilômetros de São Paulo. Iracemápolis está para se tornar a primeira cidade do Brasil totalmente a sua área de aproximadamente 9 quilômetros, atitude que pode ser considerada drástica, como aponta a reportagem, chamando a atenção ao fato de Iracemápolis ser uma cidade pacata e pouco povoada.

O imenso alambrado, de 2,5 metros de altura e custo de 300.000 reais, terá todas as suas entradas vigiadas por câmeras ligadas à central da polícia militar durante 24h. Como expõe a reportagem, a enorme cerca servirá mais efetivamente para tornar Iracemápolis uma analogia medieval do que torná-la mais imune à violência.

A cerca já possui um trecho de 500 metros, e divide um bairro de classe média aonde foi praticado o último roubo, segundo a reportagem, ande raramente viam-se crianças já é possível avistá-las brincando tranquilamente. A partir daí o texto torna-se ambíguo, após criticar o cercamento de uma pequena e pacata cidade, afirma que: graças a mesma cerca, antes criticada, crianças podem brincar tranquilas com a anuência de seus pais.

Acredito que a efetividade da cerca contra a violência é extremamente contestável, para além disso, podemos aventar a teoria que aparatos de segurança possuem efeito reverso. Quanto maior a magnitude e ostensividade do aparato de segurança com o qual nós cercamos, mais aumentada é a sensação de insegurança trazida pela presença do próprio aparato.

**Fonte:** Transcrição da autora.



## ANEXO 06: Transcrição da escrita da resenha de P03.

A notícia “Atrás dos muros” publicada na revista Veja é sobre Iracemápolis, uma pequena cidade com quinze mil habitantes no interior do estado de São Paulo que está tomando medidas drásticas contra a violência.

A cidade é conhecida por ser pacata e registrar pouquíssimos crimes anualmente, conta com somente três presos e dezesseis policiais militares. Mas o receio do aumento da violência levou o prefeito a iniciar uma obra para cercar a cidade inteira.

O objetivo da obra é fazer alambrados com dois metros e meio de altura para isolar a cidade das rodovias que a contornam. Serão nove quilômetros de muros, cujas em que entradas do município terão guaritas de segurança com vigilância por câmaras vinte e quadro horas por dia com fiscalização da polícia militar.

O orçamento previsto é de trezentos mil reais, que segundo o prefeito, vale a pena para manter a qualidade de vida e evitar crimes. Inclusive os moradores apoiam a ideia de morar em um condomínio fechado, já que terão mais proteção.

As obras já começaram e a separação do perímetro urbano das rodovias já ocasionou mudanças sociais, como o fato dos pais deixarem crianças brincar livremente próximo às áreas muradas.

**Fonte:** Transcrição da autora.

## ANEXO 07: Transcrição da reescrita da resenha de P03.

A notícia “Atrás dos muros” publicada na revista Veja explica sobre Iracemápolis uma pequena cidade com quinze mil habitantes no interior do estado de São Paulo que está tomando uma medida inusitada contra a violência.

Segundo a relatora, a cidade é conhecida por ser pacata e registrar pouquíssimos crimes anualmente, e possui somente três presos e dezesseis policiais militares. Mas o receio do aumento da violência das grandes cidades, e seu possível alastramento para o interior, levou o prefeito a iniciar uma obra para cercar a cidade.

A obra, orçada em 300 mil reais de acordo com a notícia, tem como objetivo construir alambrado com dois metros e meio de altura para contornar a cidade. A previsão, na época do texto, são nove quilômetros de muros e as estradas de entrada da cidade ganharão guaritas de segurança com vigilância por câmeras e fiscalização da polícia militar.

Segundo o prefeito, a obra que isola o município das rodovias, são essenciais para manter a qualidade de vida e evitar problemas de segurança.

Quando escrita a matéria, a cerca já tinha 500 metros, e os moradores da área informaram que se sentiam mais protegidos e os pais deixava as crianças brincar livremente perto do muro, uma clara mudança no cotidiano segundo a relatora, que demonstra que os moradores apoiam a ideia de viver em um condomínio fechado.

A redação da notícia, possivelmente para captar a atenção do leitor, está recheada de sensacionalismo. Utiliza palavras como “pacata” para definir a cidade, o que sugere não ser uma cidade somente pequena e tranquila, mas também sem muita coisa para se fazer. Trata a violência com agravantes de “pavor”, “bandidagem” e descreve um roubo com sequestro para ressaltar o tema.

Sobre o muro em si a relatora fornece diversas opiniões pessoais, afirmando ser uma “providência inusitada”, “primeira cidade cercada do país” e “parecer uma cidade medieval murada”. Apesar das opiniões negativas da obra, afirmando inclusive que a cidade será uma ilha separada do mundo real, a relatora construiu o texto com diversas passagens que justificam a obra, afirmando as mudanças sociais positivas nas vidas dos moradores, o que não deixa claro seu posicionamento e só ressalta o sensacionalismo.

**Fonte:** Transcrição da autora.